

GUIA ORIENTADOR

Consultas em razão da localização

Sistema de Informação do Regime Jurídico
de Urbanização e Edificação



Fonte: <https://www.nesta.org.uk/sites/default/files/cityplanning.jpg> (blogue)

Nota de apresentação

As sucessivas alterações ao D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação da Lei n.º 60/2007 de 4 de setembro, criaram diferentes modos de ação para os procedimentos de gestão urbanística, designadamente em relação a uma nova forma de consulta das entidades que necessitam de se pronunciar em razão da localização.

Neste âmbito, relevam-se os artigos 13.º, 13.º-A e 13.º-B, que definem todo o processo das consultas às entidades externas, determinando prazos, definindo novos procedimentos, sua clarificação e simplificação, nomeadamente com a instituição de uma entidade coordenadora. Conforme disposto no artigo 13.º-A, do RJUE, a consulta de entidades da administração central, direta ou indireta, do setor empresarial do Estado, bem como de entidades concessionárias que exerçam poderes de autoridade, que se devam pronunciar sobre a operação urbanística em razão da localização, é efetuada através de uma única entidade coordenadora, a CCDR territorialmente competente, a qual emite uma decisão global e vinculativa de toda a administração.

O sistema informático do RJUE (SIRJUE), conforme previsto e regulamentado na Portaria n.º 216-A/2008, de 3 de março, permite de forma desmaterializada, agilizar, simplificar e tornar menos onerosa a tramitação das consultas às entidades externas aos municípios, da Administração Central, direta e indireta, nos procedimentos consagrados no regime jurídico da urbanização e da edificação.

Ficha técnica

Coordenação

Margarida Bento

Direção de Serviços do Ordenamento do Território

Lurdes Abrunhosa

Divisão de Gestão Territorial

Autoria

Edição

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Rua Bernardim Ribeiro, nº80

3000-069 Coimbra

www.ccdrc.pt

Índice

NOTA DE APRESENTAÇÃO	2
FICHA TÉCNICA.....	3
ÍNDICE.....	4
ÍNDICE DE FIGURAS	5
ÍNDICE DE GRÁFICOS	7
ÍNDICE DE QUADROS.....	7
LISTA DE ACRÓNIMOS.....	8
1. OBJETIVOS DO GUIA.....	10
2. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO	11
2.1. Consultas às EE, em razão da localização	14
2.2. Procedimentos.....	16
2.2.1. Saneamento	16
2.2.2. Criação do requerimento pela CM.....	18
2.2.3. O requerimento e os diversos “Separadores”	18
2.3. A CCDR enquanto entidade coordenadora	28
2.3.1. Monitorização da atividade da entidade coordenadora.....	32
2.4. Consulta direta à CCDRC, enquanto EE.....	34
2.4.1. Estatística.....	35
3. IDENTIFICAÇÃO DE RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVAS.....	36
3.1. Restrições de Utilidade Pública.....	38
3.1.1. Reserva Ecológica Nacional	40
3.1.2. Reserva Agrícola Nacional.....	52
3.2. Serviços administrativos.....	58
3.2.1. Infraestruturas - Estradas Nacionais (IP, IC e outras estradas) e ferrovias	58
3.2.2. Infraestruturas – Faróis	62
3.2.3. Infraestruturas - Rede Rodoviária Nacional	64
3.2.4. Infraestruturas – Gasodutos nacionais	71
3.2.5. Infraestruturas – Metro Mondego.....	77
3.2.6. Infraestruturas - Serviços radioelétricas.....	80
3.2.7. Equipamentos – Instalações militares.....	82
3.2.8. Recursos geológicos.....	84
3.2.9. Rede Elétrica- Linhas elétricas de muita alta tensão (tensão > 110Kv).....	90
3.2.10. Serviço Aeronáutica.....	92

3.2.11.	Estabelecimentos industriais: tipos 1 e 2	94
3.2.12.	Áreas classificadas - Áreas protegidas, Rede Natura 2000, ZPE e ZEC	96
3.2.13.	Domínio Público Marítimo.....	106
3.2.14.	Obras de aproveitamento agrícola.....	112
3.2.14.1.	Aproveitamentos hidroagrícolas dos tipos I, II e III.....	112
3.2.14.2.	Obras de aproveitamentos agrícolas do tipo IV.....	117
3.2.15.	Património edificado.....	121
3.2.15.1.	Obras em imóveis classificados.....	121
3.2.15.2.	Obras em edificações situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação	126
3.2.15.3.	Edifícios públicos e outras construções de interesse publico.....	130
3.2.15.3.1.	Tribunal da Relação de Coimbra	130
3.2.15.3.2.	Zona de proteção OGAUC	132
3.3.	Medidas preventivas	134
3.4.	Outras consultas em razão da localização	134
AGRADECIMENTOS		135
ANEXOS		137

Índice de figuras

Figura 1.	Adesão ao SIRJUE (2008-2018), por municípios	12
Figura 2.	Interligação requerente/câmara municipal	13
Figura 3.	Criação do requerimento	17
Figura 4.	Tarefas desenvolvidas pela CM na criação de um processo no sistema informático	18
Figura 5.	Separador "Detalhe"	19
Figura 6.	Separador "Requerente"	20
Figura 7.	Separador "Intervenientes"	21
Figura 8.	Separador "Processo"	21
Figura 9.	Separador "peças processuais"	22
Figura 10.	Peça processual	23
Figura 11.	Separador "Histórico"	24
Figura 12.	Separador "Entidades"	25
Figura 13.	Exemplo de "âmbito" de consulta.....	26
Figura 14.	Registo das EE pela DGAL.....	27
Figura 15.	Interligação requerente/CM/CCDRC e EE	28
Figura 16.	Identificação da data, hora e local da realização da CD.....	29

Figura 17. Fluxograma requerente/município/CCDR/EE	31
Figura 18. Lista de requerimentos	34
Figura 19. Operações urbanísticas, condicionantes e forma de tramitação das mesmas.....	36
Figura 20. Extrato de carta da REN e tipologias.....	38
Figura 21. Extrato de planta de condicionantes RAN.....	39
Figura 22. Praia da Cortegaça, Ovar.....	41
Figura 23. Rio Alva, Arganil Leitos e margens dos cursos de água.....	43
Figura 24. Ilha da Morraceira, Figueira da Foz.....	45
Figura 25. Cabo Mondego, Figueira da Foz Barreiras detríticas e praias	47
Figura 26. Apresentação do comprovativo de pagamento (ambiente SIRJUE).....	51
Figura 27. Imagem ilustrativa de áreas RAN. Fonte: Sítio da ERRANC.....	52
Figura 28. Reserva Agrícola Nacional.....	54
Figura 29. Ponte das Várzeas, Mealhada Infraestrutura ferroviária da Linha da Beira Alta.....	59
Figura 30. Farol do Penedo da Saudade São Pedro de Moel	63
Figura 31. IC1/A17 - Servidão rodoviária.....	70
Figura 32. Gás natural Fonte: Sítio da REN - Gasodutos	76
Figura 33. Base aérea n.º 5 – Monte Real, Leiria Instalação militar.....	83
Figura 34. Tensão nominal (kV) – REN	90
Figura 35. Linhas de muito alta tensão Servidão administrativa da REN. Fonte: Sítio da REN	91
Figura 36. Aeródromo Bissaya Barreto, Coimbra Servidão aeronáutica	93
Figura 37. Parque Natural de Serras de Aire e Candeeiros Fonte: patiodovale.com/pt.....	98
Figura 38. Porto da Figueira da Foz Fonte: http://figueira.tv	107
Figura 39. Alguns exemplos dos aproveitamentos hidroagrícolas na Região Centro. Fonte: DRAPC ...	118
Figura 40. Mosteiro da Batalha Fonte: Sítio da DGPC.....	125
Figura 41. Palácio de São Marcos, Coimbra Património Cultural	127
Figura 42. Edifício do tribunal da relação de Coimbra Palácio da Justiça. Fonte: Folha do Centro	130
Figura 43. Extrato da planta de condicionantes de Coimbra, onde está fixada a zona de proteção do OGAUC	133
Figura 44. Municípios aderentes e ainda não aderentes ao SIRJUE.....	137
Figura 45. Representação cartográfica das CIM da Região Centro, com os municípios correspondentes à área de atuação da CCDRC/Utilização do SIRJUE	137
Figura 46. Pareceres emitidos no SIRJUE (2008 a 09/2018) por município.....	139
Figura 47. Talasnal, Lousã	145
Figura 48. Parque eólico Pampilhosa da Serra.....	147
Figura 49. Ponte de Cartamil – Arganil/Pampilhosa da Serra	148
Figura 50. Pomar de cerejeiras Fundão.....	149
Figura 51. Pinhal Leiria	149
Figura 52. Ilha da Morraceira Figueira da Foz	150
Figura 53. Aquicultura de água doce Aveiro.....	151
Figura 54. Exploração de massas minerais (pedreira) Portunhos, Cantanhede	152
Figura 55. Praia fluvial das Rocas Castanheira de Pêra.....	153
Figura 56. Campo de Golfe – Montebelo Viseu.....	154
Figura 57. Quiaios, Figueira da Foz Praia. Fonte: Google Earth.....	156

Figura 58. Praia de Mira Dunas costeiras. Fonte: http://www.mygola.com	160
Figura 59. Serra da Boa Viagem, Figueira da Foz Arribas e respetivas faixas de proteção.	162
Figura 60. Rio Zêzere, Vila de Rei Leitos e nas margens dos cursos de água.....	165
Figura 61. Pateira de Fermentelos, Águeda Lagos e lagoas	167
Figura 62. Serra de Aires e Candeeiros, Leiria Áreas estratégicas e recarga de aquíferos.....	169
Figura 63. Furadouro, Ovar Zonas ameaçadas pelo mar. Fonte: Google Earth.....	171
Figura 64. Parque Verde do Mondego, Coimbra Zonas ameaçadas pelas cheias	173
Figura 65. Estrada da Beira, Coimbra Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo. Fonte: SIC	
Notícias.....	173

Índice de gráficos

Gráfico 2. Adesão cronológica dos municípios	12
Gráfico 3. Decisões globais pela CCDRC entre 2008 e 2018.....	32
Gráfico 4. Decisões globais, por município (2008-setembro de 2018).....	33

Índice de quadros

Quadro 1. Restrições de utilidade pública e servidões administrativas com respetivas entidades a consultar	37
---	----

Lista de acrónimos

CCDRC | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CM | Câmara Municipal

CIM | Comunidade Intermunicipal

D.L. | Decreto-Lei

DR | Decreto Regulamentar

EAC | Entidade de Administração Central

EC | Entidade coordenadora

EE | Entidade Externa

ERRANC | Entidade Regional de Reserva Agrícola Nacional do Centro

IGT | Instrumentos de gestão territorial

NUT | Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OGAUC | Observatório Geofísico e Astronómico da Universidade de Coimbra

PDM | Plano Diretor Municipal

POAP | Plano de Ordenamento de Áreas Protegidas

PP | Plano de Pormenor

PU | Plano de Urbanização

RAN | Reserva Agrícola Nacional

REN | Reserva Ecológica Nacional

RJOAH | Regime Jurídico das Obras de Aproveitamento Hidroagrícola

RJREN | Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional

RJUE | Regime Jurídico da Urbanização e Edificação

RMUE | Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação

RNTGN | Rede Nacional de Transporte de Gás Natural

SIRJUE | Sistema de Informação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação

1. OBJETIVOS DO GUIA

Por forma a facilitar o trabalho do gestor de procedimento e das entidades externas com necessidade de emitir parecer, em razão de localização, e orientar o requerente sobre a devida instrução dos pedidos que tramitam de forma desmaterializada, elaborou-se este guia.

Tem, assim, um objetivo orientador, pelo que o seu conteúdo, de carácter geral, deverá ser adaptado às realidades relativas a servidões administrativas e a restrições de utilidade pública de cada município, e ser encarado como ponto de partida e um instrumento auxiliar para uma melhor compreensão das abordagens a desempenhar pelos vários os intervenientes (requerente; câmara municipal; entidade externa).

2. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO

O sistema de informação do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (SIRJUE) foi criado como a mais recente forma de tramitação de processos sobre operações urbanísticas em razão da localização, com o objetivo de dar maior celeridade e transparência nos procedimentos, implementando a sua desmaterialização, através da Lei n.º 60/2007, de 4 de setembro, conforme artigo 8.º-A, e regulamentado pela Portaria n.º 216-A/2008, de 3 de março.

O SIRJUE ao serviço de autarquias, das CCDR e EE que tenham de se pronunciar em relação às suas competências sobre restrições de utilidade pública e servidões administrativas, permitirá ainda a consulta e acompanhamento do respetivo processo pelo requerente.

Com o SIRJUE em funcionamento a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) tem feito um esforço contínuo e crescente para que todos os municípios da Região Centro adiram à sua utilização e à implementação de melhorias e de boas práticas (figura 1 e gráfico 1).

Esta novidade procedimental tornou mais céleres as consultas e toda a realização de ações com elas relacionadas, deixando de haver em circulação grandes volumes de papel, e dando origem a processos mais simples e menos onerosos.

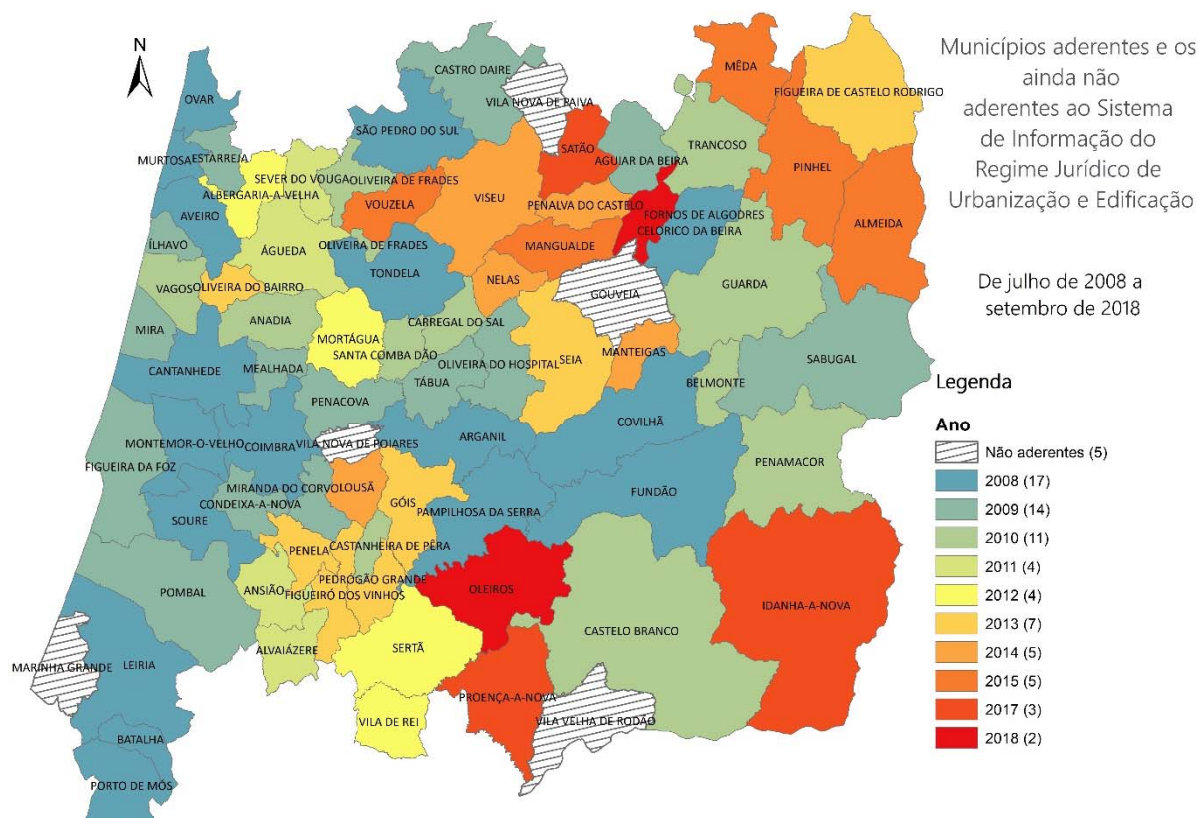


Figura 1. Adesão ao SIRJUE (2008-2018), por municípios

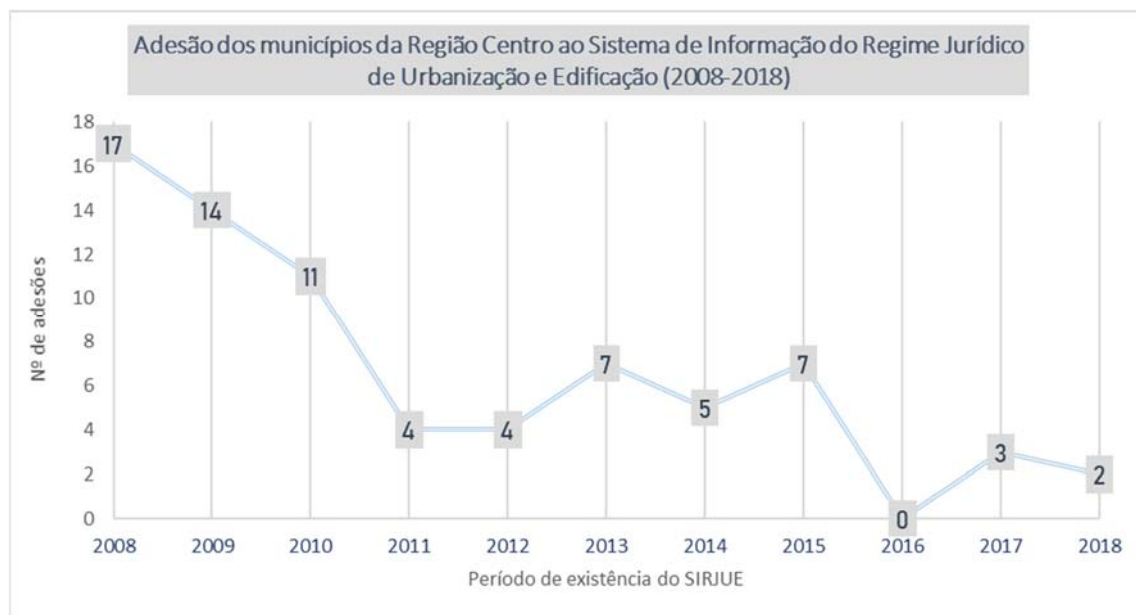


Gráfico 1. Adesão cronológica dos municípios

Agilizaram-se, desse modo, os tempos de resposta das consultas a efetuar, 20 dias a contar da data de distribuição do processo, sendo que a ausência desta resposta pelas Entidade Externas (EE), implica a concordância destas com as pretensões formuladas (n.º 6 do artigo 13.º do RJUE). Assim, encontrando-se em funcionamento o SIRJUE, desde 10/7/2008, a sua utilização passou a ser obrigatória, constituindo o único meio de receção dos pedidos de parecer, aprovação ou autorização de localização, e emissão da respetiva decisão.

Com a entrega do processo na câmara municipal, e após o seu devido saneamento pelo gestor de procedimento, são identificadas as EE a consultar, formulado e inserido o âmbito de cada consulta a efetuar, disponibilizadas as peças processuais necessárias à análise da pretensão e os comprovativos de pagamento de taxa, quando aplicável, além de outras informações/esclarecimentos julgados por convenientes (figura 2).

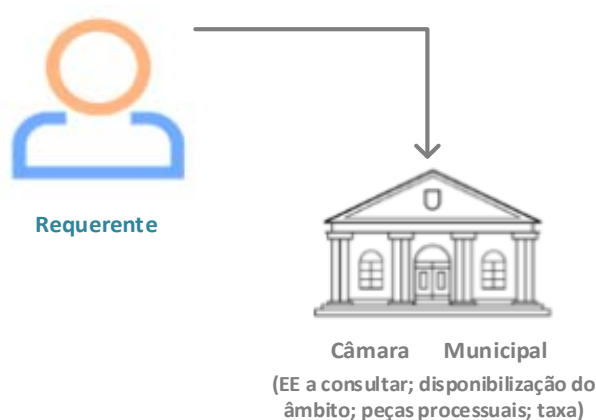


Figura 2. Interligação requerente/câmara municipal

Deste modo, os procedimentos sobre operações urbanísticas previstos no RJUE, começam a realizar-se de forma desmaterializada, com recurso ao sistema informático próprio.

2.1. Consultas às EE, em razão da localização

Em matéria de consultas em razão da localização, relevam-se os artigos 13.º, 13.º-A e 13.º-B do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE).

O artigo 13.º estabelece as regras aplicáveis às consultas externas, nomeadamente em relação à identificação das EE a consultar pelo gestor de procedimento da Câmara Municipal (CM), à definição dos prazos limite para emissão dos pareceres, ao seu carácter vinculativo (que só se verifica quando estes se fundamentam em condicionalismos legais ou regulamentares aplicáveis e sejam recebidos dentro do prazo previsto) e as consequências que resultam da sua não emissão dentro do prazo legal (considera-se haver concordância com a pretensão formulada, conforme dispõe o n.º 6 do citado artigo 13.º).

Os pareceres referidos nos artigos 13.º, 13.º-A e 13.º-B do RJUE são obrigatórios, conforme decorre da alínea c) do seu artigo 68.º, ao referir a nulidade dos atos que não tenham sido precedidos de consulta das entidades cujos pareceres, autorizações ou aprovações sejam legalmente exigíveis e que estejam em desconformidade com os mesmos.

O artigo 13.º-A criou a figura de entidade coordenadora, a CCDDR territorialmente competente, a qual emite uma decisão global e vinculativa, às consultas em razão da localização direcionadas às entidades da administração central, direta ou indireta, do setor empresarial do Estado, entidades concessionárias ou entidades que detenham poderes de autoridade.

O artigo 13.º-B permite que o requerente possa solicitar previamente junto das entidades competentes os pareceres, autorizações ou aprovações que sejam legalmente exigíveis, entregando-os na câmara municipal, com o requerimento inicial, caso em que não há

lugar a nova consulta desde que, até à data da apresentação de tal pedido ou comunicação, não haja decorrido mais de dois anos desde a emissão dos pareceres, autorizações ou aprovações emitidas ou desde que, caso tenha sido esgotado este prazo, não se tenham verificado alterações dos pressupostos de facto ou de direito em que os mesmos se basearam.

Acresce que nos casos em que o interessado não tiver promovido todas as consultas necessárias, o gestor do procedimento promove as consultas a que haja lugar, de acordo com o previsto nos artigos 13.º e 13.º-A.

As EE quando convocadas a pronunciarem-se, deverão fazê-lo no prazo de 20 dias (n.º 5 do artigo 13.º e n.º 3 do artigo 13.º-A do RJUE), sendo que os pareceres emitidos pelas mesmas apenas se tornam vinculativos se forem fundamentados em condicionamentos legais ou regulamentares e forem recebidos dentro do prazo acima previsto, conforme estabelecido no n.º 7 do artigo 13.º do RJUE.

A Portaria n.º 216-A/2008, de 3 de março, que regulamenta o funcionamento do SIRJUE, conforme previsto no n.º 2 do artigo 8.º-A do RJUE, possibilita as seguintes funcionalidades:

- Envio de pedido
- Envio de decisão/parecer
- Tramitação procedimental desmaterializada
- Realização de todas as comunicações e notificações no âmbito das consultas efetuadas pelos municípios (fornecendo aos requerentes o nome de “utilizador” e a “palavra-passe” para acesso direto ao SIRJUE)
- Gestão da informação documental e processual dos procedimentos
- Registo, gestão e disponibilização de informação estatística acerca dos procedimentos.

2.2. Procedimentos

2.2.1. Saneamento

A fase de saneamento a efetuar pela Câmara Municipal é de grande importância, sendo uma das tarefas fundamentais do procedimento, uma vez que a devida instrução do processo determina a sua subsequente análise com a celeridade devida.

- **Apresentação dos elementos instrutórios** (conforme anexo II do Portaria nº 113/2015, de 22 de abril):

- 1 - Em formato digital, assumindo formato "pdf", ou, caso contenham peças desenhadas, o formato ".dwf" e o formato ".dwg" ou formatos abertos equivalentes, adotados nos termos da Lei n.º 36/2011, de 21 de junho no que respeita à implantação da operação urbanística.
- 2 - As peças escritas devem respeitar o formato A4.
- 3 - Os elementos instrutórios devem incluir um índice que indique os documentos apresentados e estes devem ser paginados.
- 4 - As peças desenhadas devem incluir legendas, contendo todos os elementos necessários à identificação da peça: o nome do requerente, a localização, o número do desenho, a escala, a especificação da peça desenhada e o nome do autor do projeto.
- 5 - Todas as peças escritas e desenhadas dos projetos devem ser datadas e assinadas pelo autor ou autores do projeto.
- 6 - Sempre que a operação urbanística a apreciar compreenda alterações ou demolições parciais e/ ou afetar a via pública, devem ser utilizadas para a sua representação as seguintes cores convencionais:
 - a) A vermelha para os elementos a construir;
 - b) A amarela para os elementos a demolir;

c) A preta para os elementos a manter;

d) A azul para elementos a legalizar.

7 - As escalas indicadas nos desenhos não dispensam a cotagem, quer nos desenhos com as cores convencionais, quer nos desenhos com a proposta final.

- Verificação das restrições de utilidade pública e/ou servidões administrativas, que interferem com a pretensão, de forma a que numa única consulta haja uma total e correta identificação de todas as entidades, permitindo que a pronuncia sobre a pretensão seja efetuada no prazo máximo de 20 dias.

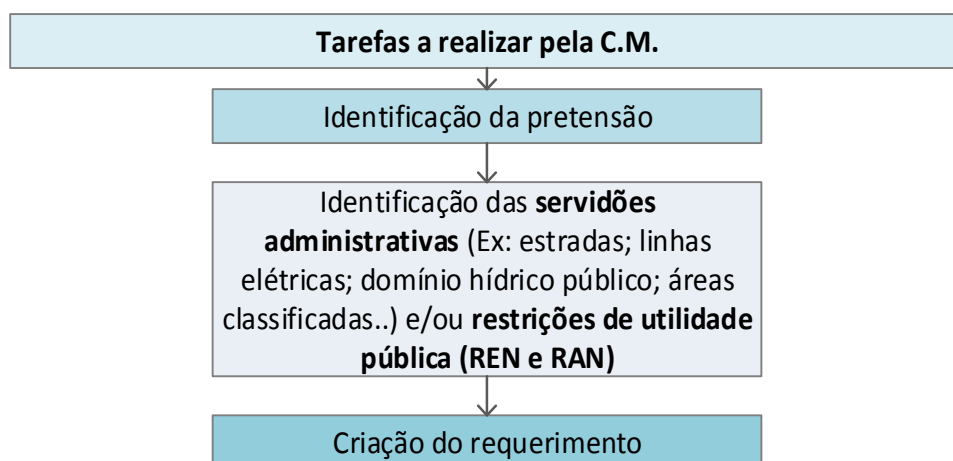


Figura 3. Criação do requerimento

2.2.2. Criação do requerimento pela CM

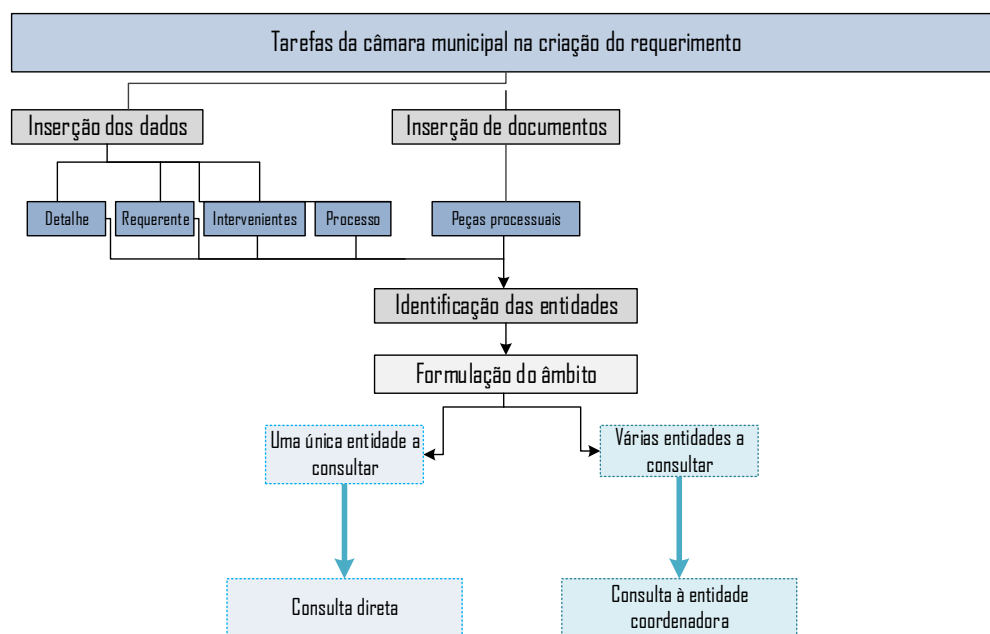


Figura 4. Tarefas desenvolvidas pela CM na criação de um processo no sistema informático

2.2.3. O requerimento e os diversos “Separadores”

- Detalhe

No separador “detalhe”, é possível visualizar o tipo de requerimento, qual é a operação a realizar (ex: operação de edificação não abrangida por operação de loteamento); a data de entrada; as coordenadas de localização da operação; o respetivo estado; se a área é abrangida por PDM e qual é a tipologia.

Requerimento VGS2017/00086 // Aguarda Decisão

Detalhe
Requerente
Intervenientes
Processo
Peças Processuais
Histórico
Entidades
Conferência Decisória

Requerente

Tipo de requerimento
Licença

Operação do cidadão
Obras de edificação (construção,reconstrução,alteração, ampliação) em área não abrar

Obras de edificação (construção,reconstrução,alteração, ampliação) em área não abrangida por operação de loteamento;

Operação
Obra de Edificação (Construção, Alteração e Ampliação em área não abrangida por Op

Obra de Edificação (Construção, Alteração e Ampliação em área não abrangida por Operação de Loteamento) em área abrangida por PMOT

Data de entrada
2017-10-13 00:00:00

Latitude

Longitude

Data de entrada no SIRJUE
2017-11-02 16:23:42

Estado
Aguarda Decisão

Área abrangida por
Plano director municipal

Tipologia
Outros

Figura 5. Separador "Detalhe"

- Requerente

No separador "requerente", é identificado o seu **nome**, qual a sua qualidade (ex: proprietário), bem como outros dados pessoais, incluindo os contactos (morada, telefone, e-mail,...).

Requerimento LRA2017/0
// Aguarda Decisão

Detalhe
Requerente
Intervenientes
Processo
Peças Processuais
Histórico
Entidades
Conferência Decisória

Detalhe do Requerente

Qualidade

Outro

Nome *

Cartão do Cidadão

NIF/NIPC *

(9 dígitos)

BI

de

Morada/Sede *

RUA

Código Postal *

Localidade *

SANTA EUFÉMIA

Concelho

Freguesia

Telefone

E-mail

@hotmail.com

Figura 6. Separador “Requerente”

- Intervenientes

Neste separador, identificam-se os diversos **intervenientes da CCDRC** no procedimento da consulta, a sua função e qualidade, o respetivo nome (omitido na imagem) e o seu e-mail institucional.

Requerimento LRA2017/00630 // Aguarda Decisão

Detalhe

Requerente

Intervenientes

Processo

Peças Processuais

Histórico

Entidades

Conferência Decisória

Externos

Qualidade	Público	Nome	Telefone	Email
Outro	✓			@hotmail.com

Internos

Função	Qualidade	Nome	Telefone	Email
Técnico da CCDR	CCDR - Técnico			lccdr@ccdr.pt
Chefe de Divisão da CCDR	CCDR-Despachante			lccdr@ccdr.pt
Director de Serviço da CCDR	CCDR-Despachante			lccdr@ccdr.pt

Figura 7. Separador “intervenientes”

- Processo

Em “processo”, visualiza-se o **número do requerimento em curso**, a data de entrada respectiva e o estado, e no caso desse processo já ter tido **antecedentes**, são demonstrados os requerimentos anteriores.

Requerimento CVL2017/00630 // Aguarda Decisão

Detalhe

Requerente

Intervenientes

Processo

Peças Processuais

Histórico

Entidades

Conferência Decisória

Processo do requerimento

Processo do requerimento P-CVL2017/00630

Lista de processos relacionados

Processo	Requerimento	Data de entrada	Estado
P-CVL2016/00563	CVL2016/00563	2016-11-29	Decisão Emitida - Arquivado

Figura 8. Separador “Processo”

- Peças processuais

Nas “peças processuais”, visualizam-se as peças que fazem parte integrante do processo, inseridas pelo gestor do procedimento. Os nomes das referidas peças deverão estar devidamente identificados, tanto no nome da peça, como no nome do ficheiro. Neste separador é possível descarregar as peças.

Detalhe	Requerente	Intervenientes	Processo	Peças Processuais	Histórico	Entidades
---------	------------	----------------	----------	-------------------	-----------	-----------

Lista de Peças

☐ Ver apenas obrigatórias
 ☐ Ver apenas carregadas
 ☐ Ver peças inativas
 [pesquisar](#)
[limpar](#)

[Exportar todas as Peças](#)

Peça	Obrigatória	Criado por	Ficheiro	Modelo
Certidão da Conservatória do Registo Predial de Tábua			Certidão da Conservatória do Registo Predial.pdf 2016-12-28 - 263,71 kb	
Comprovativo do pagamento da taxa no valor de € 130,70, para a CCDRC, nos termos da Portaria nº 360/...			comprovativo - transferência CCDRC.pdf 2017-01-04 - 6,85kb	
Comprovativo do pagamento da taxa no valor de € 200,00 para as Infraestruturas de Portugal, nos term...			comprovativo - transferência Infraestruturas de Portugal.pdf 2017-01-04 - 6,85kb	
Extrato da carta da REN			Extrato da carta da REN.pdf 2016-12-28 - 715,81 kb	
Implantação à escala 1/200			IMPLANTAÇÃO 200 OUT 2016 REN.dwf 2016-12-28 - 32,78kb	
Implantação à escala 1/500			IMPLANTAÇÃO 1 500 OUT 2016 REN.dwf 2016-12-28 - 34,99kb	
Levantamento Topográfico			LEV TOPOGRAFICO 500 OUT 2016 REN.dwf 2016-12-28 - 34,84kb	
Memória Descritiva e Justificativa			Memória Descritiva.pdf 2016-12-28 - 585,16kb	
Perfis			PERFIS 200 NOV 2016 REN.dwf 2016-12-28 - 17,99kb	
Planta			PLANTA GOOGLE.pdf 2016-12-28 - 627,33kb	
Planta de localização à escala 1/10000			Planta de localização à escala 1.2000.pdf 2016-12-28 - 516,76kb	
Planta de localização à escala 1/25.000			Planta de localização à escala 1.25.000.pdf 2016-12-28 - 1.079,28kb	
Planta de Ordenamento Síntese e Condicionantes do Plano Diretor Municipal			Planta de ordenamento síntese e de condicionantes do PDM.pdf 2016-12-28 - 1.936,05kb	
Plantas			PLANTA ESTRADAS DE PORTUGAL.pdf 2016-12-28 - 205,66kb	
Termo de responsabilidade			Termo de responsabilidade.pdf 2016-12-28 - 969,80kb	

Figura 9. Separador “peças processuais”

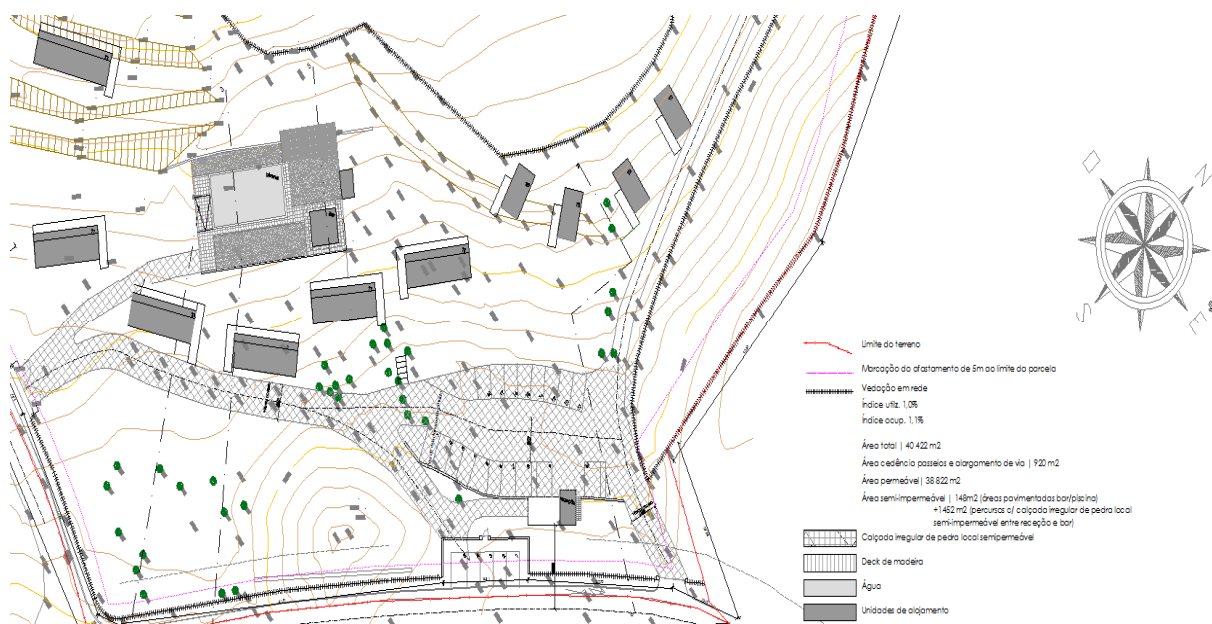


Figura 10. Peça processual

Como referido anteriormente, as peças processuais, com a sua correta designação, são essenciais para uma adequada e célere análise da pretensão.

No campo “Peça” deverá ser atribuída a identificação correspondente ao conteúdo da mesma, seguindo as indicações dos “elementos instrutórios” constantes na legislação específica que determina a emissão do parecer.

Exemplos: Planta de localização à escala 1:25000, planta de localização à escala 1:1000, levantamento topográfico georreferenciado à escala 1:200, planta de implantação georreferenciada à escala 1:200, memória descritiva e justificativa, certidão da Conservatória do Registo Predial, projeto de arquitetura (plantas, alçados e cortes).

- Histórico

No separador “Histórico”, encontram-se assinaladas as diversas etapas, permitindo um ponto de situação do requerimento (por exemplo, se está a aguardar pareceres da EE, se

está a aguardar a decisão, ou se a mesma já foi emitida). Neste separador os registos são preenchidos de forma automática.

Detalhe	Requerente	Intervenientes	Processo	Peças Processuais	Histórico	Entidades		
Interviente		<input type="text"/>			<input checked="" type="checkbox"/>	Ver intervenções que não alteram estado		
Ver notificações		<div>(Todos) ▼</div>		Ver ocorrências		<div>(Todos) ▼</div>		<div>pesquisar</div> <div>limpar</div> <div>nova ocorrência</div>
Ação	Estado	Organismo	Início	Fim	Interviente	Ocorrência	Notificação	
Parecer Despachado	Decisão Emitida - Arquivado	CCDR Centro ->Ovar	2017-06-29	2017-06-29		<div>✖</div>	<div></div>	<div>?</div>
Técnico Anexa Parecer	Decisão em Despacho	CCDR Centro	2017-06-29	2017-06-29		<div>✖</div>	<div>✖</div>	
Despachar	Decisão em Despacho	CCDR Centro	2017-06-29	2017-06-29		<div>✖</div>	<div></div>	
Envio de notificação	Decisão em Despacho	CCDR Centro	2017-06-29	2017-06-29		<div>✖</div>	<div></div>	
Envio de notificação	Decisão em Despacho	CCDR Centro	2017-06-28	2017-06-28		<div>✖</div>	<div></div>	
Despachar	Decisão em Despacho	CCDR Centro	2017-06-27	2017-06-29		<div>✖</div>	<div></div>	
Despachar	Decisão em Despacho	CCDR Centro	2017-06-27	2017-06-27		<div>✖</div>	<div></div>	
Técnico propõe a despacho	Aguarda Decisão	CCDR Centro	2017-06-27	2017-06-27		<div>✖</div>	<div>✖</div>	
Técnico Anexa Parecer	Aguarda Decisão	CCDR Centro	2017-06-27	2017-06-27		<div>✖</div>	<div>✖</div>	
Técnico Analisa Parecer Externo	Aguarda Decisão	CCDR Centro	2017-06-21	2017-06-29		<div>✖</div>	<div>✖</div>	
EAC Despacha Parecer	Aguarda Decisão	DGRDN - Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional ->CCDR Centro	2017-06-21	2017-06-21		<div>✖</div>	<div></div>	
Envio de notificação	Aguarda Parecer das Entidades Externas	CCDR Centro	2017-06-21	2017-06-21		<div>✖</div>	<div></div>	
EAC Despacha Parecer	Aguarda Parecer das Entidades Externas	Infraestruturas Portugal - Porto e Aveiro ->CCDR Centro	2017-06-20	2017-06-20		<div>✖</div>	<div></div>	
Envio de notificação	Aguarda Parecer das Entidades Externas	CCDR Centro	2017-06-20	2017-06-20		<div>✖</div>	<div></div>	
CCDR envia Processo para Consulta	Aguarda Parecer das Entidades Externas	CCDR Centro ->Infraestruturas Portugal - Porto e Aveiro	2017-05-24	2017-05-24		<div>✖</div>	<div>✖</div>	
CCDR envia Processo para Consulta	Aguarda Parecer das Entidades Externas	CCDR Centro ->DGRDN - Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional	2017-05-24	2017-05-24		<div>✖</div>	<div>✖</div>	
Envio de notificação	Aguarda Envio às Entidades Externas	CCDR Centro	2017-05-22	2017-05-22		<div>✖</div>	<div></div>	
Técnico Nomeado	Aguarda Envio às Entidades Externas	CCDR Centro	2017-05-17	2017-05-24		<div>✖</div>	<div></div>	
Nomeação de Técnico	Aguarda Envio às Entidades Externas	CCDR Centro	2017-05-17	2017-06-29		<div>✖</div>	<div>✖</div>	
Envio de notificação	Aguarda Envio às Entidades Externas	CCDR Centro	2017-05-17	2017-05-17		<div>✖</div>	<div></div>	
Envio à CCDR	Aguarda Envio às Entidades Externas	Ovar ->CCDR Centro	2017-05-17	2017-05-17		<div>✖</div>	<div>✖</div>	

- Entidades

Neste separador visualizam-se as **entidades** indicadas para consulta, os respetivos âmbitos, os pareceres e os seus resultados, bem como as datas da sua emissão.

Requerimento PBL2015/00023 // Decisão Emitida – Arquivado

Detalhe	Requerente	Intervenientes	Processo	Peças Processuais	Histórico	Entidades
---------	------------	----------------	----------	-------------------	-----------	-----------

Consulta a entidades externas da Administração Central no âmbito da Localização (D.L. 60/2007 de 4 de Setembro)


Consulte as entidades que deve consultar [aqui](#)

Entidade	Consultar	Âmbito	Parecer	Resultado	Emissão	Validade
ERRAN Centro – Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro	✓			Favorável	2015-12-16	2016-12-15
APA – Agência Portuguesa do Ambiente	✓			Favorável Condicionado	2015-12-18	2016-12-17
CCDR Centro (a consultar)	✓			Favorável	2015-12-16	2016-12-15
Infraestruturas Portugal – Leiria e Santarém	✓			Desfavorável	2015-12-17	2016-12-16
REN-Gasodutos, S.A	✓			Favorável	2015-11-27	2016-11-26
REN – Rede Eléctrica Nacional	✓			Favorável Condicionado	2015-12-23	2016-12-22
EDPD – DRCTejo	✓			Não há Lugar a Parecer	2015-12-11	2016-12-10
DGEG – Direcção Geral de Energia e Geologia	✓			Favorável Condicionado	2015-12-22	2016-12-21
Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, SA	✓			Parecer Não Emitido		
Direcção Regional de Economia do Centro	✓			Parecer Não Emitido		
DGT – Direcção-Geral do Território	✓			Favorável	2015-12-18	2016-12-17

Figura 12. Separador “Entidades”

- 📍 As peças processuais deverão ser disponibilizadas pela CM na sua totalidade, antes do envio dos requerimentos para consulta. Em casos excepcionais poderá ser admitida a inserção de peças processuais adicionais com aviso prévio à EE interveniente. É fundamental que as peças processuais sejam apresentadas em formatos legalmente estabelecidos na Portaria n.º 113/2015 e a escalas apropriadas quando se trate de peças gráficas, de forma a ser possível a obtenção dos valores reais das dimensões e áreas das pretensões.

- Além dos elementos previstos na Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, devem ser ainda disponibilizados os que constam da legislação específica de cada uma das entidades a consultar.
- Previamente à submissão do requerimento, deve ser verificada a abertura/acesso a todos ficheiros ali inseridos.
- A inserção do “âmbito”, específico por cada EE a consultar deverá incluir a razão da consulta e respetivo enquadramento legal.



penela
MUNICÍPIO

Ex.ma Senhora
Presidente da Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro

Assunto: Comunicação prévia no âmbito do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN)

Para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 22.º do RJREN, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2/11, vem apresentar a V. Ex.ª a comunicação prévia a que se refere a subalínea ii) da alínea b) do n.º 3 do artigo 20.º do RJREN em relação à pretensão a seguir identificada:

- DADOS DA PRETENSÃO**

Designação da ação: Reabilitação de edificações existentes para fins turísticos

Artigos matriciais: [] (urbano); [] (urbano); [] (urbano); [] (rústico); [] (rústico);

Locais: []

Freguesia: União de Freguesias S. Miguel, Sta. Eufémia e Rabaçal

Concelho: Penela

Área total de REN afetada pela pretensão:	1624.4 m2
Área de REN por tipologia:	
Zona Ameaçada pelas Cheias	1066.7 m2
Zona de Máxima Infiltração	1624.4 m2
Leitos dos Cursos das Linhas de Água	0 m2

Figura 13. Exemplo de “âmbito” de consulta

As EE a consultar deverão ser inseridas em linhas distintas, com o correspondente âmbito. A CCDDR só deve ser indicada como entidade a consultar, nos casos em que haja lugar a

emissão de parecer por esta entidade (comunicações prévias de acordo com o Anexo II do Regime Jurídico da REN, ou por força do estabelecimento de Medidas Preventivas (MP).

NOTA: Previamente ao envio do requerimento, poderá ser necessário confirmar o registo das EE a consultar, junto da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).



Figura 14. Registo das EE pela DGAL

O processo das consultas inicia-se quando o gestor de procedimento submete um requerimento no portal do SIRJUE.

Notas:

- 📍 A CM promove uma consulta à entidade coordenadora quando uma pretensão interfira com mais do que uma restrição de utilidade pública e ou servidão administrativa.
- 📍 A CM promove a consulta direta a uma determinada EE, quando uma pretensão interfere apenas com uma única restrição de utilidade pública ou servidão administrativa.

2.3. A CCDR enquanto entidade coordenadora

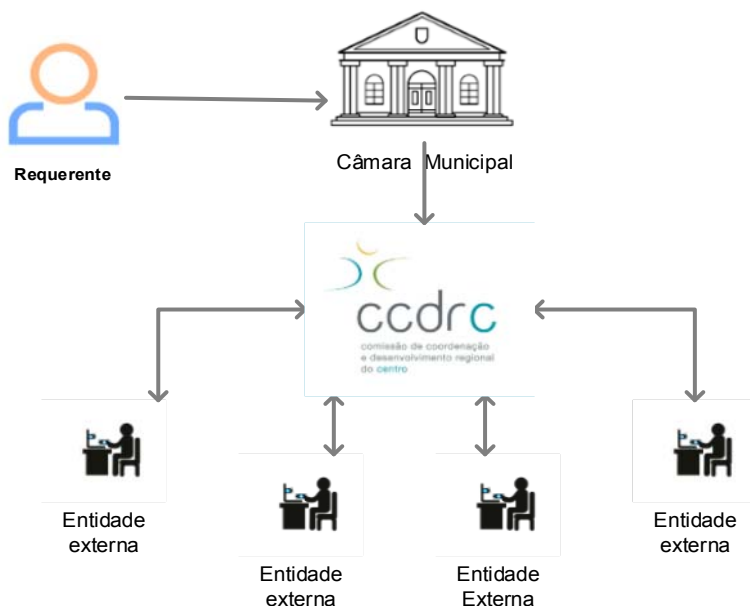


Figura 15. Interligação requerente/CM/CCDRC e EE

A CCDRC enquanto entidade coordenadora, desenvolve algumas tarefas:

- Previamente à promoção das consultas, verifica as entidades indicadas pela CM:
 - confirmando-as;
 - excluindo as que não são em razão da localização;
 - adicionando outras EE que necessitam de ser consultadas.
- Emite uma decisão global vinculativa de toda a administração central, após a emissão dos pareceres pelas EE ou decorridos os prazos para a sua emissão (20 dias) ou após a realização da conferência decisória (CD).

- Conferência decisória

- Enquanto entidade coordenadora, a CCDR tem o poder de convocação de uma conferência decisória definida no art.º 13º-A do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE). Este tipo de procedimento é necessário sempre que existirem pareceres negativas, entre entidades externas, sobre uma pretensão.

-As entidades convocadas devem apresentar na conferencia a posição assumida na consulta efetuada, com fundamentação de facto e de direito, ao que se segue a discussão da mesma com vista à obtenção de solução ou alternativa concertada com as diversas posições manifestadas.

- Após a discussão e análise das eventuais soluções ou alternativa concertada, a CCDR toma decisão final, tendo em atenção a natureza dos condicionantes legais suscitados.

The screenshot shows the Sirjue system interface. At the top left is the Sirjue logo with the text 'Sistema de Informação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação'. The main header displays 'Requerimento GOI2017/00044 // Aguarda Conferência Decisória'. Below this is a navigation bar with tabs: 'Detalhe', 'Requerente', 'Intervenientes', 'Processo', 'Peças Processuais', 'Histórico', 'Entidades', and 'Conferência Decisória'. The 'Conferência Decisória' tab is active. The content area shows the title 'Conferência decisória' followed by the date and time 'Data proposta/agendada: 2017-11-06 10:00:00' and the location 'Localização: Rua Bernardim Ribeiro, 80 – Coimbra'.

Figura 16. Identificação da data, hora e local da realização da CD

O separador “Conferência Decisória” é preenchido, nos casos em que há lugar à sua convocatória, com os dados referentes ao seu agendamento (data, hora e local da sua realização).

O aspeto inovador nestas conferências, com a entrada em vigor do D.L. n.º 136/2014 atualizado pela Retificação n.º 46-A/2014, de 10 de novembro, é a “participação direta do próprio interessado no processo de decisão, (...) que contribui para a maior transparência do processo de licenciamento e, consequentemente, para a aproximação entre os cidadãos e a Administração”.



A experiência resultante destas conferências, com uma interligação estreita entre a Administração Local e Central, cidadãos, empresas e equipas projetistas, tem-se mostrado profícua, traduzindo-se numa mais-valia na superação das objeções constantes nos pareceres, com esclarecimentos e sugestão de soluções alternativas.

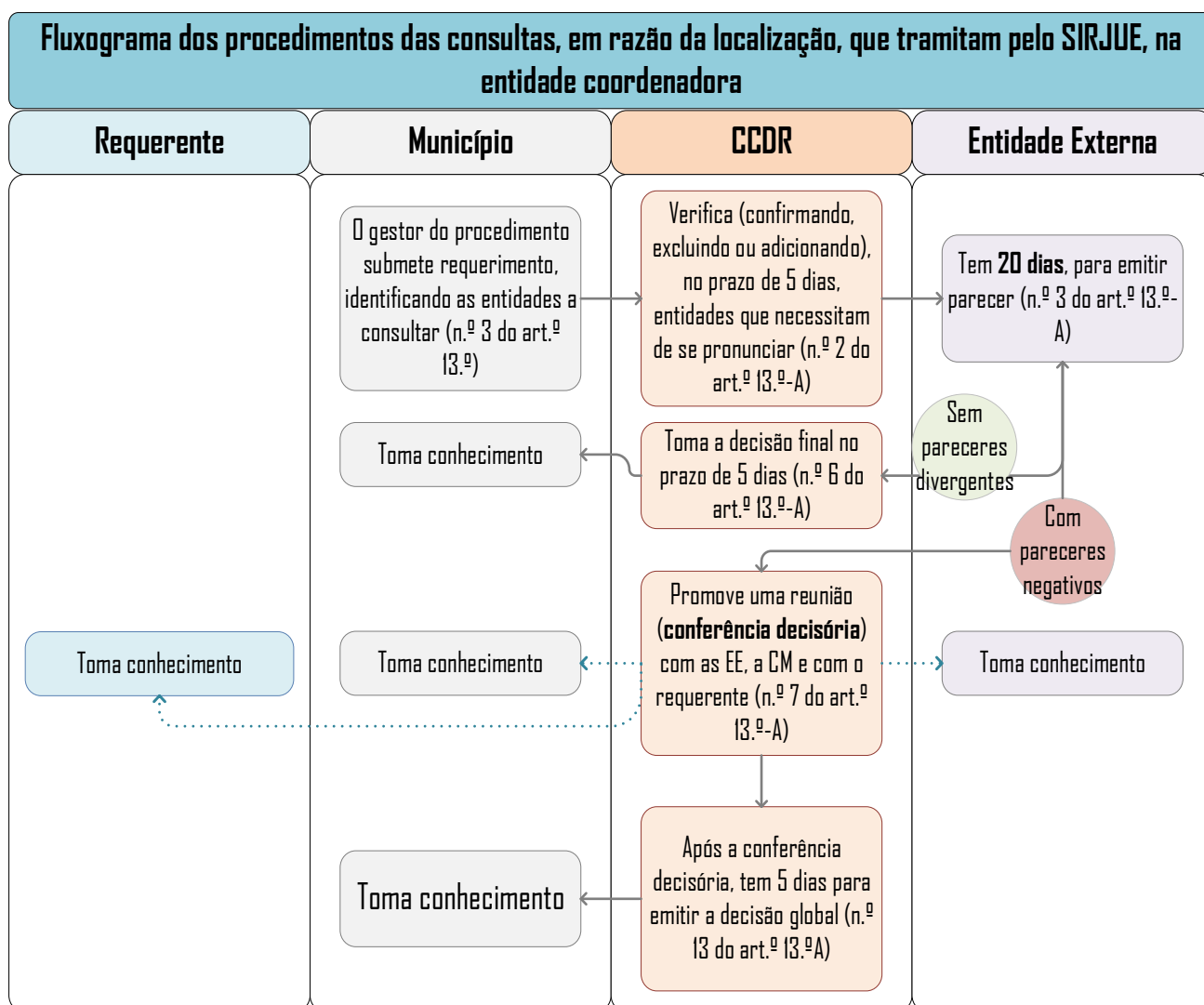


Figura 17. Fluxograma requerente/município/CCDR/EE

Notas:

- o A decisão da CCDRC, inclui quando aplicável, a conferência de serviços, ao abrigo do artigo 24.º do RJREN. (fluxograma da conferência de serviços – anexo, pág. 132)
- o Quando há intenção de emissão parecer desfavorável ao abrigo do RJREN a audiência dos interessados, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro é realizada na CD, onde o requerente pode apresentar as alegações que entender por convenientes.

2.3.1. Monitorização da atividade da entidade coordenadora

De forma a colher, tratar e disponibilizar informação relevante que caracterize a região centro, a CCDRC tem-se focado na monitorização das suas atividades enquanto entidade coordenadora, verificando-se o seguinte:

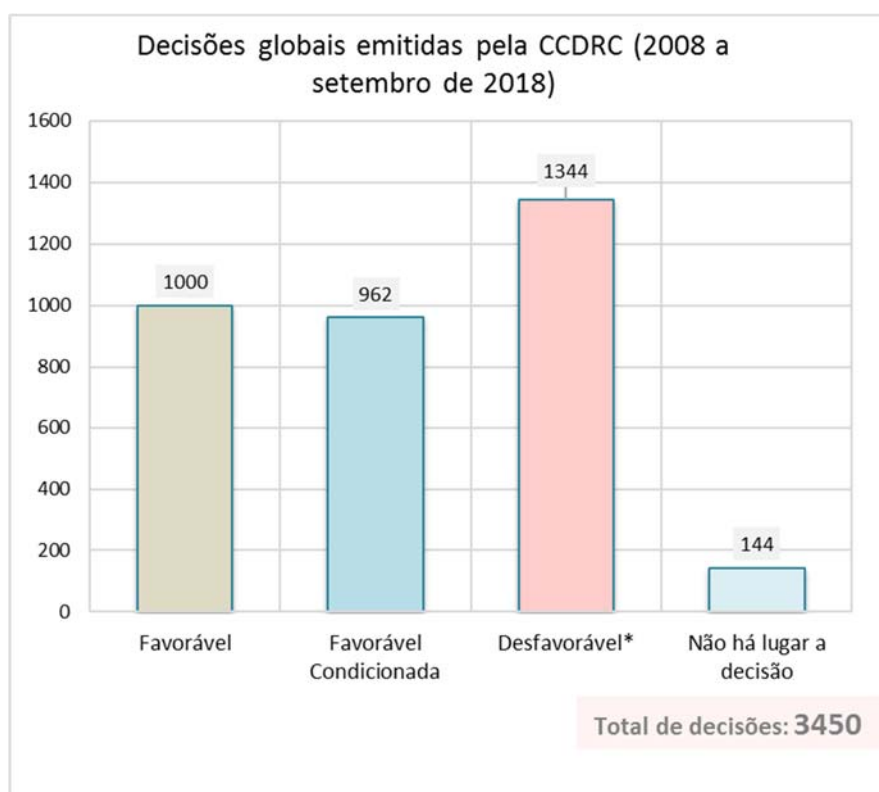


Gráfico 2. Decisões globais pela CCDRC entre 2008 e 2018

* Refere-se que uma grande parte das decisões desfavoráveis resulta da falta de elementos instrutórios indispensáveis para a apreciação das pretensões

Nota:

Os pareceres e decisões desfavoráveis são emitidos por razões objetivas, resultantes de condicionamentos legais. Assim, sugere-se que, antes do envio dos processos pelo Portal do SIRJUE, por parte do gestor de procedimento da câmara municipal, seja confirmado se o requerimento se encontra devidamente instruído, de acordo com a especificidade temática.

NÚMERO TOTAL DE DECISÕES: 3450

Nº de decisões por município (2008 a setembro de 2018)

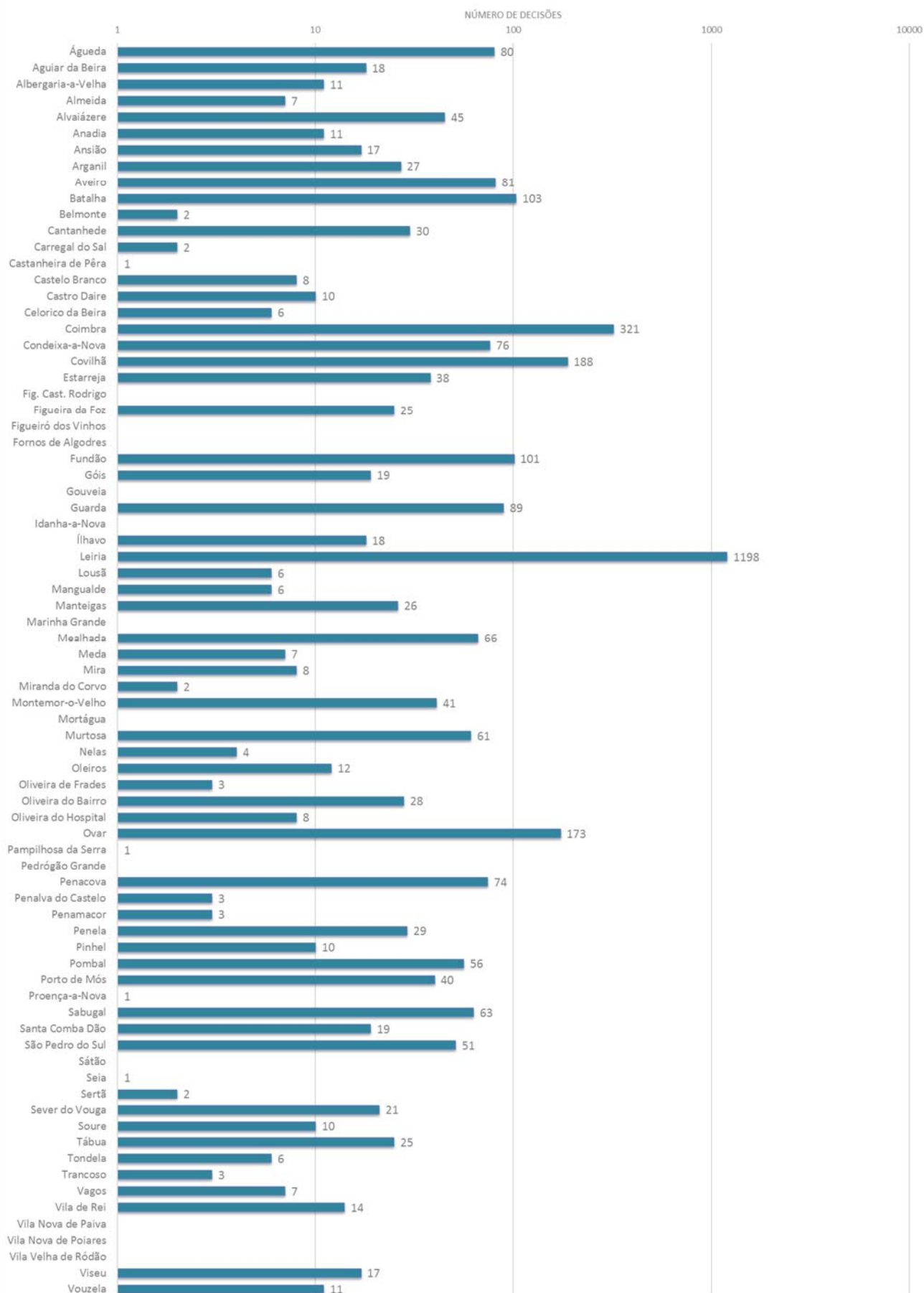


Gráfico 3. Decisões globais, por município (2008-setembro de 2018)

- Ambiente de trabalho pela entidade coordenadora

- Exemplo de listagem de requerimentos, nomeadamente com **data de entrada**, **nome do requerente** (não visível), estado, progresso.

Requerimento	Data entrada	Requerente	Procedimento	Operação	Estado	Progresso	Técnicos	Ações
BTL2018.00075	(não definida)		Licença	Obras de edificação (construção, reconstrução, alteração, ampliação) em área não abrangida por operação de loteamento;	Decisão em Despacho	Novo	1	
AVR2018.00956	2018-11-09		Licença	Obras de edificação (construção, reconstrução, alteração, ampliação) em área não abrangida por operação de loteamento;	Aguarda Envio às Entidades Externas	Novo	1	
AVR2018.00955	2018-11-09		Licença	Obras de edificação (construção, reconstrução, alteração, ampliação) em área não abrangida por operação de loteamento;	Aguarda Envio às Entidades Externas	Novo	1	
AVR2018.00950	2018-10-17		Licença	Obras de edificação (construção, reconstrução, alteração, ampliação) em área não abrangida por operação de loteamento;	Aguarda Parecer das Entidades Externas	Pendente	1	
AVR2018.00946	2018-10-10		Licença	Obras de edificação (construção, reconstrução, alteração, ampliação) em área não abrangida por operação de loteamento;	Aguarda Parecer das Entidades Externas	Pendente	1	
AVR2018.00944	2018-10-02		Informação Prévia	Obras de edificação (construção, reconstrução, alteração, ampliação) em área não abrangida por operação de loteamento;	Aguarda Decisão	Pendente	1	
AND2018.00018	2018-10-12		Licença	Obras de edificação (construção, reconstrução, alteração, ampliação) em área não abrangida por operação de loteamento;	Aguarda Parecer das Entidades Externas	Pendente	1	
AND2018.00017	2018-10-12		Licença	Obras de edificação (construção, reconstrução, alteração, ampliação) em área não abrangida por operação de loteamento;	Aguarda Parecer das Entidades Externas	Pendente	1	
ABL2018.00067	2018-11-07		Informação Prévia	Obras de edificação (construção, reconstrução, alteração, ampliação) em área não abrangida por operação de loteamento;	Aguarda Parecer das Entidades Externas	Novo	1	
ABL2018.00054	2018-10-09		Licença	Obras de edificação (construção, reconstrução, alteração, ampliação) em área não abrangida por operação de loteamento;	Aguarda Parecer das Entidades Externas	Novo	1	

Figura 18. Lista de requerimentos

2.4. Consulta direta à CCDRC, enquanto EE

Como EE, a CCDRC emite pareceres no âmbito da REN e de Medidas Preventivas (suspensão de instrumento de gestão territorial (IGT) em área para a qual tenha sido decidida a elaboração, alteração ou revisão desse IGT).

Estas matérias estão devidamente explanadas posteriormente neste guia, a partir do ponto 3.1.1 – Reserva Ecológica Nacional (página 40).

2.4.1. Estatística

Também enquanto EE, e no sentido de poder ser caracterizada a Região Centro, nomeadamente na DATACENTRO, a CCDRC quantifica o n.º de processos, o sentido dos pareceres, as EE intervenientes e os municípios que promoveram as respetivas consultas. Como exemplo, no período de 2008 a setembro de 2018, os pareceres emitidos pela CCDRC e restantes entidades intervenientes, foram, num total de 18232 consultas (anexos, pág. 139).

3. IDENTIFICAÇÃO DE RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA E SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS

Tendo em conta a legislação aplicável a cada uma das restrições de utilidade pública e servidões administrativas e as suas especificidades próprias, torna-se imprescindível que este Guia reflita as orientações das respetivas entidades. Foi assim solicitada a sua colaboração, nomeadamente sobre a legislação aplicável, características da restrição/servidão, elementos instrutórios, taxa, bem como outras informações/elementos que considerassem relevantes.

Nas consultas efetuadas pelos municípios através do SIRJUE, as entidades externas devem pronunciar-se, em razão da localização, consoante as atribuições e competências que lhes estão conferidas.

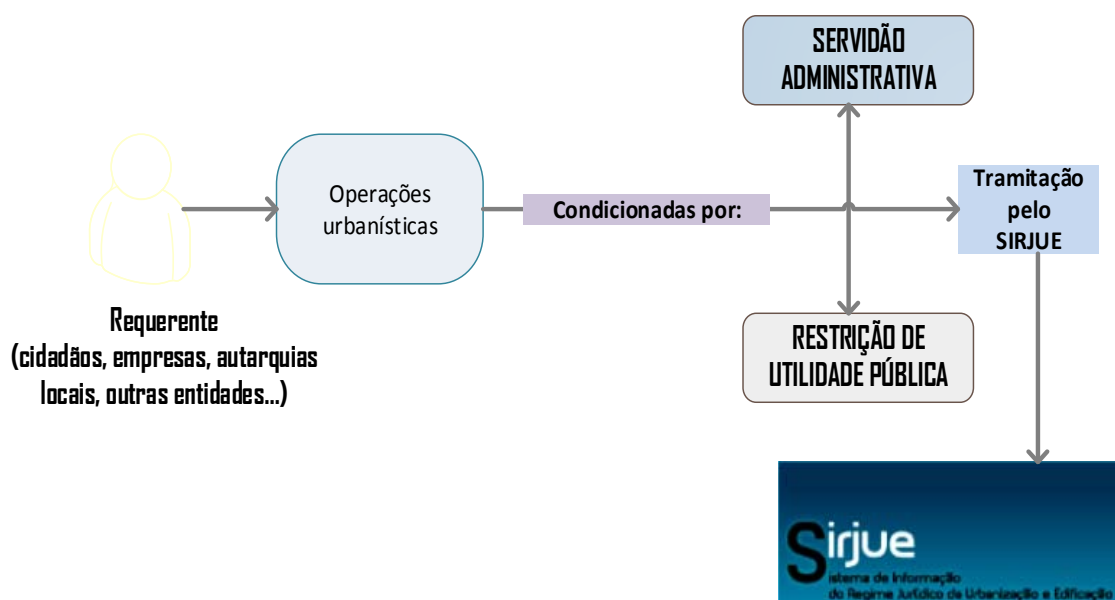


Figura 19. Operações urbanísticas, condicionantes e forma de tramitação das mesmas

Apresentam-se, no quadro 1, alguns exemplos de entidades a consultar decorrentes das diversas servidões administrativas e restrições de utilidade pública existentes:

Restrições de utilidade pública e Servidões administrativas	Entidades para consulta
Reserva Ecológica Nacional	CCDR Centro
Reserva Agrícola Nacional	ERRAN Centro - Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro
Estradas Nacionais (IP, IC e outras estradas); ferrovias	Infraestruturas de Portugal, S.A.
Estradas concessionadas (Ex: A1, A8, A17,...)	Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT, I.P.)
Obras em imóveis classificados ou em vias de classificação	Direção-Geral do Património Cultural - DGPC
Obras em edificações situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação	Direção Regional da Cultura do Centro - DRCC
Linhas elétricas de muita alta tensão (tensão > 110Kv)	REN - Rede Elétrica Nacional
Linhas elétricas de média e alta tensão (tensão < 110Kv)	EDPD
Bases aéreas, quartéis	DGRDN - Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
Áreas protegidas, Rede Natura 2000, ZPE e ZEC	ICNF, IP
Áreas de Reserva, Pedreiras, Águas Minerais, oleodutos e recursos geológicos	DGEG - Direção-Geral de Energia e Geologia
Aeronáuticas, radioelétricas e exploração aeroportuária	ANAC – Autoridade Nacional de Aviação Civil
Aproveitamentos hidroagrícolas dos tipos I, II e III	DGADR - Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Aproveitamentos hidroagrícolas do tipo IV	DRAP Centro - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
Gasodutos regionais	Lusitaniagás
Obras em edificações situadas em zonas de proteção de edifícios escolares	DGEstE - DSRC
Infraestruturas urbanas de comunicações	ICP-ANACOM (Inst Com Portugal - Aut. Nac. Comunicações)
Gasodutos nacionais	REN - Gasodutos
Marcos geodésicos	DGT – Direção-Geral do Território
Zonas cativas	IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP
Domínio público hídrico e marítimo	APA, I.P. - Agência Portuguesa do Ambiente

Quadro 1. Restrições de utilidade pública e servidões administrativas com respetivas entidades a consultar

3.1. Restrições de Utilidade Pública

A restrição de utilidade pública é definida como toda e qualquer limitação sobre o uso, ocupação e transformação do solo, que impede o proprietário de beneficiar do seu direito de propriedade pleno, sem depender de qualquer ato administrativo uma vez que decorre diretamente da lei. Estas limitações no uso, ocupação e transformação do solo derivam da necessidade de salvaguarda, seja do ambiente, dos recursos naturais, do solo agrícola ou da ecologia.

Em Portugal, existem duas restrições de utilidade pública: a **Reserva Ecológica Nacional** e a **Reserva Agrícola Nacional**.

Relativamente à primeira, a Reserva Ecológica Nacional (REN) – figura 20 - é da competência da CCDR territorialmente competente.

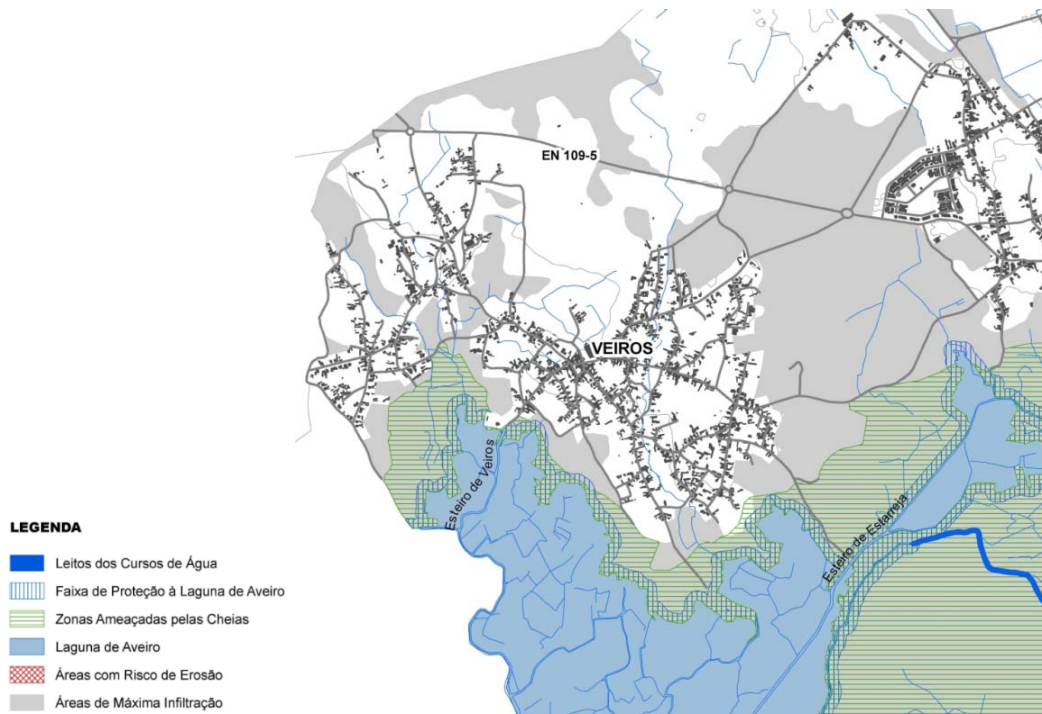


Figura 20. Extrato de carta da REN e tipologias

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) – figura 21 - é coordenada pelas ER-RAN (Entidades Regionais da Reserva Agrícola Nacional) correspondentes à área do território onde se localiza.

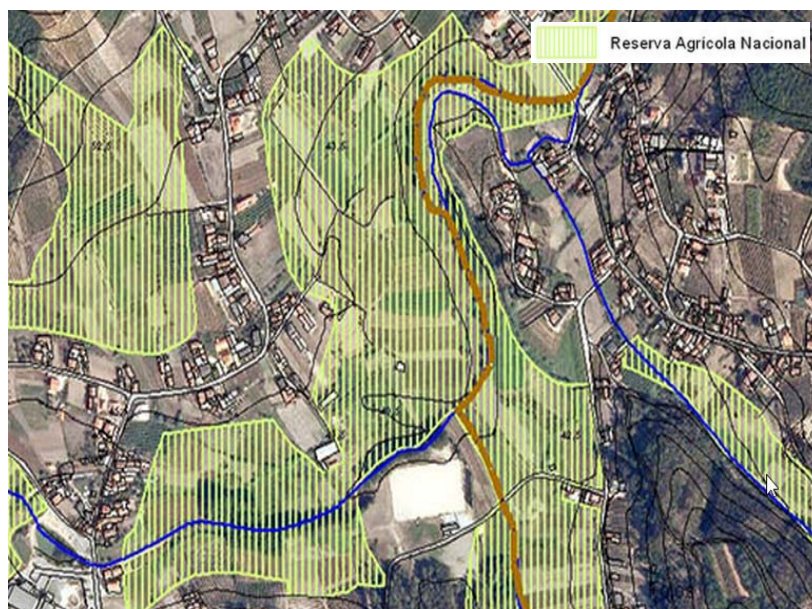


Figura 21. Extrato de planta de condicionantes | RAN

Seguidamente, indica-se a legislação específica que determina a emissão de parecer, as características das duas restrições de utilidade pública, os elementos instrutórios e as taxas em vigor.

3.1.1. Reserva Ecológica Nacional



Legislação aplicável

-D.L. n.º 166/2008 de 22 de agosto

-1ª alteração: D.L. n.º 239/2012, de 2 de novembro

-2ª alteração: Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro, na redação dada pela Lei nº 77/2017, de 17 de agosto

Características da restrição de utilidade pública

- HISTÓRICO

A Reserva Ecológica Nacional (REN) é uma restrição de utilidade pública com conceito criado em 1983 através da publicação do D.L. n.º 321/83, de 5 de julho.

A sua criação foi uma consequência da evolução da política ambiental em Portugal, tal como o reconhecimento da incapacidade do sistema de áreas protegidas (1976), que não conseguia fazer face ao crescimento desmesurado dos espaços urbanos da década 60 e 70, no âmbito da conservação e manutenção dos espaços naturais. Portanto, era necessário criar, em ordenamento do território, um instrumento que salvaguardasse o uso racional do solo e recursos.

A REN é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial e estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas.

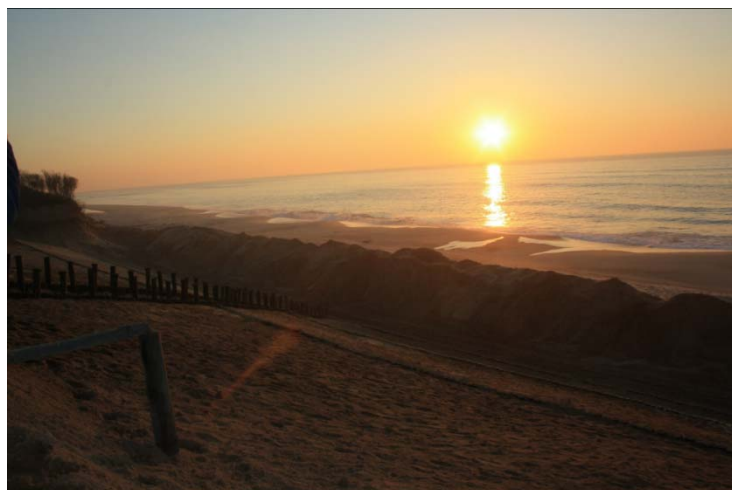


Figura 22. Praia da Cortegaça, Ovar

Um novo regime legal, o D.L. n.º 93/90, de 19 de março, veio redefinir conceitos de REN, sem alterar os seus princípios fundamentais.

O D.L. n.º 93/90 estabelecia como regra, nas áreas incluídas na REN, a proibição de qualquer ação de iniciativa pública ou privada que se traduzisse em operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal, admitindo, porém, algumas exceções àquela proibição, como sejam as ações que pela sua natureza ou dimensão fossem insuscetíveis de prejudicar o equilíbrio ecológico.

Com a alteração do referido diploma, através do D.L. n.º 213/92, de 12 de outubro, retirou-se a possibilidade de se admitirem genericamente aquelas ações insuscetíveis de prejudicar o equilíbrio ecológico e contrariou-se o caráter excessivamente amplo e discricionário da mencionada exceção.

Assim, o regime jurídico da REN passou a ser demasiado restritivo e rígido, inviabilizando a realização de diversas ações de ocupação, uso e transformação do solo que, pelas suas características, se mostravam compatíveis com a proteção dos recursos, valores e processos biológicos a salvaguardar nas áreas da REN.

Tal facto, não só não permitia acautelar e valorizar os recursos que a REN visava proteger, como confinava a problemática da REN à questão do seu regime jurídico, o que prejudicou significativamente a função essencial desta reserva.

Perspetivavam-se assim, alterações significativas a este regime, as quais vieram a acontecer com a 5.^a alteração ao D.L. n.º 93/90 – o D.L. n.º 180/2006, de 6 de setembro.

De facto, existia um largo consenso, partilhado pelas várias entidades com competências na matéria, pelos municípios e pelos particulares em geral, sobre a necessidade de rever o regime da REN, com vista ao seu aperfeiçoamento, tendo por base a avaliação da experiência adquirida, desenvolvidos em mais de 20 anos desde a sua criação. Era, assim, urgente consagrar a possibilidade de viabilizar ações que, por reconhecidamente não porem em causa a permanência dos recursos, valores e processos ecológicos que a REN pretendia preservar, se justificavam plenamente para a manutenção e viabilização de atividades que podiam e deviam existir nestas áreas.

Alguns dessas ações já vinham sendo admitidas através da avaliação dos pedidos de reconhecimento de interesse público.

Identificou-se neste diploma, um conjunto de ações que podiam ser viabilizadas, ao serem consideradas insuscetíveis de prejudicar o equilíbrio ecológico das áreas afetas à REN, definindo-se, para cada caso, as regras para a sua implementação.

Reafirmavam-se, assim, os objetivos fundamentais deste regime jurídico, sem prejuízo do devido enquadramento dos usos e ações pretendidos, e definiam-se intervenções que,

pela sua natureza e dimensão, não pusessem em causa a manutenção dos recursos, valores e processos a salvaguardar, com a identificação das ações consideradas compatíveis com as funções da REN (em anexo a partir da pág.148).

O D.L. n.º 166/2008, de 22 de agosto, prosseguiu os objetivos já desenvolvidos com o D.L. n.º 180/2006, identificando de forma mais concreta os usos e ações compatíveis e os respetivos mecanismos de autorização, em articulação com outros regimes jurídicos e permitiu também clarificar e objetivar as tipologias de áreas integradas na REN (em anexo), assinalando as respetivas funções e identificando os usos e as ações que nelas são admitidos.



Figura 23. Rio Alva, Arganil | Leitos e margens dos cursos de água

A REN visa contribuir para a ocupação e o uso sustentáveis do território e tem por objetivos:

“a) Proteger os recursos naturais água e solo, bem como salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre, que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas;

- b) Prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, dos riscos de inundação marítima, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens;
- c) Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;
- d) Contribuir para a concretização, a nível nacional, das prioridades da Agenda Territorial da União Europeia nos domínios ecológico e da gestão transeuropeia de riscos naturais.” (art.º 2, nº3 do D.L. nº 166/2008).

A REN articula-se com os seguintes regimes:

1 - Recursos hídricos, uma vez que contribui para a sua utilização sustentável, em coerência e complementaridade com os instrumentos de planeamento e ordenamento e as medidas de proteção e valorização, nos termos do artigo 17.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro.

2 - Sistema Nacional de Áreas Classificadas, porque constitui uma das componentes da Rede Fundamental de Conservação da Natureza, que favorece a conectividade entre as áreas nucleares de conservação da natureza e da biodiversidade, constituindo um instrumento de regulamentação do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 7.º e no n.º 1 do artigo 7.º-C do D.L. n.º 140/99, de 24 de abril, na redação dada pelo D.L. n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, sempre que contribuir para a manutenção do estado de conservação favorável de habitats naturais e de espécies da flora e da fauna inscritos nos anexos desses mesmos diplomas.

3 - Reserva Agrícola Nacional (RAN), desempenhando um papel fundamental na concretização dos objetivos principais da preservação do recurso do solo e sua afetação à agri-

cultura e constituindo um instrumento de disponibilização do solo agrícola para os agricultores e contribuindo para a fixação da população ativa na agricultura, para a valorização da paisagem, para o melhoramento da estrutura fundiária e para o fomento da agricultura familiar.

Nos casos em que os usos e as ações previstos no anexo II do RJREN, recaiam em áreas cuja utilização necessite de título de utilização dos recursos hídricos, em áreas classificadas ou em áreas integradas na RAN, a CCDRC promove a realização de uma conferência de serviços prevista no artigo 24.º do citado RJREN, com as entidades intervenientes (ICNF, APA e ERRAN Centro).



Figura 24. Ilha da Morraceira, Figueira da Foz

A criação da REN teve, assim, por objetivo garantir um fundo de fertilidade de determinadas ocorrências físicas e de um mínimo de atividade biológica, que eram suscetíveis de serem postas em causa devido à agricultura moderna, que então começava a surgir, à exploração de inertes, à construção de infraestruturas e de conjuntos fabris, bem como à expansão de áreas urbanas em grande escala.

Os usos e as ações que se consideram compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em

REN, são aqueles que não coloquem em causa as funções das respetivas áreas; que constem do anexo II (em anexo ao documento) do RJREN. Contudo, para os devidos efeitos, a análise das ações inerentes aos projetos submetidos a autorização ou aprovação deve incorporar os princípios e objetivos da REN.

De salientar que, as áreas de REN estão devidamente cartografadas à escala municipal, e que deverão ser posteriormente consultadas em cartas temáticas específicas referentes à Reserva Ecológica Nacional, para efeitos de consultas em razão da localização.

Compete aos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente, do ordenamento do território, da agricultura, do desenvolvimento rural, das pescas, da economia, das obras públicas e dos transportes aprovar, por portaria, as condições a observar para a viabilização dos usos e ações referidos.

O regime da REN não se aplica à realização de ações já licenciadas à data da entrada em vigor da respetiva carta de delimitação da REN a nível municipal.

São interditos os seguintes usos e as ações de iniciativa pública ou privada, em áreas de REN que sejam das seguintes naturezas:

- a) Operações de loteamento;
- b) Obras de urbanização, construção e ampliação;
- c) Vias de comunicação;
- d) Escavações e aterros;
- e) Destruição do revestimento vegetal, não incluindo as ações necessárias ao normal e regular desenvolvimento das operações culturais de aproveitamento agrícola do solo e das operações correntes de condução e exploração dos espaços florestais.

Expectam-se os usos e ações sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental, de prevenção e redução dos riscos naturais e que não coloquem em causa as funções das áreas de REN, constantes do Anexo II do RJREN e estejam sujeitos a comunicação prévia.

O D.L. n.º 239/2012, de 2 de novembro, que alterou o D.L. n.º 166/2008, nomeou as orientações estratégicas à escala regional e nacional. Com este diploma, surgiu o estabelecimento de critérios e diretrizes para a delimitação de áreas integradas em REN.



Figura 25. Cabo Mondego, Figueira da Foz | Barreiras detríticas e praias

Ainda no ano de 2012, com a Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro, foram definidas os usos e ações que carecem de parecer obrigatório e vinculativo da APA I.P., conforme referido no n.º 5 do artigo 22.º do RJREN, bem como as condições e requisitos a observar para viabilização dos usos e ações (anexo – pág. 135 à 143)

O estabelecimento de novas medidas sucede-se com o D.L. n.º 96/2013 que altera o art.º 20 do RJREN, o qual veio estabelecer as medidas aplicáveis às ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais.

No âmbito da conferência de serviços no âmbito no artigo 24º do RJREN, sem prejuízo da emissão autónoma do título de utilização de recursos hídricos, é emitida uma comunicação única de todas as entidades competentes ao interessado, a qual colige todos os

atos que cada uma das entidades envolvidas deve praticar, nos termos legais e regulamentares. Essa comunicação deve refletir a posição manifestada por cada uma das entidades, observando as respectivas competências próprias.

Sempre que a pretensão em causa esteja sujeita a procedimento de avaliação de impacto ambiental ou de avaliação de incidências ambientais, a pronúncia favorável da CCDR no âmbito desses procedimentos compreende a aceitação da comunicação prévia.

Nos casos em que a CCDR emita parecer sobre uma pretensão ao abrigo de um regime específico, decide, nesse ato, sobre a possibilidade de afetação de áreas integradas na REN, sendo neste caso aplicável o prazo previsto no respetivo regime (n.º 9 do artigo 24.º do RJREN).

- **COMUNICAÇÃO PRÉVIA**

Os usos e as ações com enquadramento no Anexo II do RJREN, podem ser realizados mediante o procedimento de comunicação prévia, conforme subalínea ii) da alínea b) do n.º 3 do artigo 20.º do RJREN, e que constem como tal no Anexo II do referido RJREN (em anexo).

Elementos instrutórios

Os pedidos de parecer à CCDRC sobre comunicações prévias no âmbito da REN, podem ser acompanhados do modelo de requerimento disponível no portal da CCDRC (em anexos – págs. 140 à 143).

Os elementos instrutórios constantes no Anexo III da Portaria 419/2012, de 20 de dezembro:

1) Identificação do comunicante;

- ii) Descrição da situação existente e da atividade desenvolvida, bem como indicação das edificações existentes e propostas, quando aplicável;
- iii) Descrição do uso ou ação, incluindo o seu destino, a sua necessidade e as suas condições de instalação e funcionamento;
- iv) Quantificação da superfície total de REN afetada pelo uso ou ação, expressa em m² ou em hectares;
- v) Demonstração da não afetação significativa da estabilidade ou do equilíbrio ecológico do sistema biofísico e dos valores naturais em presença;
- vi) Demonstração do cumprimento dos requisitos respetivamente aplicáveis a cada um dos usos ou ações, definidos na presente portaria;
- vii) Planta de localização à escala de 1:25000;
- viii) Delimitação do terreno ou parcela e localização exata da ação no interior do mesmo, nomeadamente em planta a escala adequada (1:10000, 1:5000, 1:2000 ou 1:1000) e/ou através da indicação das respetivas coordenadas geográficas;
- ix) Outros elementos tidos como relevantes pelo comunicante para a instrução do seu pedido.

Taxas

- Portaria n.º 360/2015, de 15 de outubro - Fixa o montante das taxas devidas à CCDRC

<u>Ações sujeitas a comunicação prévia - alínea b) do n.º 3 do artigo 20.º do RJREN</u>	Taxa (€)
Ponto I - Obras de construção, alteração e ampliação – alíneas a), d)	60,70

Ponto II - Infraestruturas - alíneas p), q) e t) Ponto III - Sector agrícola e florestal - alíneas b), c), e) e h) Ponto IV.1 — Aquicultura - alínea c) Ponto IV.2 — Aquicultura – alínea c) Ponto V — Salicultura – alínea b) Ponto VI - Prospeção e exploração de recursos geológicos - alíneas a), b), c) e f) Ponto VII - Equipamentos, recreio e lazer - alínea f)	
Ponto II - Infraestruturas - alínea f)	101,10
Ponto I - Obras de construção, alteração e ampliação – alíneas b) e g) Ponto II - Infraestruturas - alínea h) Ponto IV.1 — Aquicultura - alíneas a) e b) Ponto IV.2 — Aquicultura - alíneas a) e b) Ponto V — Salicultura – alínea a) Ponto VI - Prospeção e exploração de recursos geológicos - alíneas e) e g) Ponto VII — Equipamentos, recreio e lazer - alíneas a), b), c), d) e e)	131,50
Ponto I — Obras de construção, alteração e ampliação – alíneas e) e f) Ponto II — Infraestruturas - alíneas g), i) e m) Ponto VI - Prospeção e exploração de recursos geológicos - alínea d) Ponto VIII - Instalações desportivas especializadas	202,20

NOTA: O INE atualiza o valor das taxas anualmente.

Estas taxas deverão ser pagas pelo requerente aquando da apresentação do pedido junto da CCDR, sendo o seu pagamento condição para o início do procedimento.

O comprovativo de pagamento de taxas devidas pela apreciação de ações no âmbito da REN, deverá ser disponibilizado no separador “Pagamentos” (figura 26) previamente ao envio dos requerimentos, conforme artigo 5.º da Portaria n.º 360/2015, de 15 de outubro.

Detalhe	Requerente	Intervenientes	Processo	Peças Processuais	Histórico	Parecer	Pagamentos
Comprovativos anexados							
Motivo de pagamento				Data de anexação do comprovativo	Comprovativo	Montante	
Pagamento efetuado pelo requerente.				2017-08-03		202.2 EUR	
Criar novo pagamento (para acerto de pagamentos) ▶							

Figura 26. Apresentação do comprovativo de pagamento (ambiente SIRJUE)

3.1.2. Reserva Agrícola Nacional



Legislação aplicável

- D.L. n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo D.L. n.º 199/2015, de 16 de setembro
- Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril



Figura 27. Imagem ilustrativa de áreas RAN. Fonte: Sítio da ERRANC

Características da restrição de utilidade pública

A Reserva Agrícola Nacional (RAN), foi instituída pelo D.L. n.º 451/82, de 16 de novembro, ao considerar que o solo era um recurso de fundamental importância para a sobrevivência e o bem-estar das populações e para a independência económica do País, particularmente por ser o suporte da produção vegetal, em especial para a destinada à alimentação.

Define-se como o conjunto de terras que, em virtude das suas características, em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos, apresentam maior aptidão para a atividade agrícola

Assim, a RAN é um instrumento de gestão territorial, que se consubstancia numa restrição de utilidade pública, pelo estabelecimento de um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, e que desempenha um papel fundamental na preservação do recurso solo e a sua afetação à agricultura.

Os objetivos da RAN são:

- “Proteger o recurso solo, elemento fundamental das terras, como suporte do desenvolvimento da atividade agrícola;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola;
- Promover a competitividade dos territórios rurais e contribuir para o ordenamento do território;
- Contribuir para a preservação dos recursos naturais;
- Assegurar que a atual geração respeite os valores a preservar, permitindo uma diversidade e uma sustentabilidade de recursos às gerações seguintes pelo menos análogos aos herdados das gerações anteriores;
- Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza

- Adotar medidas cautelares de gestão que tenham em devida conta a necessidade de prevenir situações que se revelem inaceitáveis para a perenidade do recurso solo.

As áreas de maior aptidão agrícola constituíam elementos fundamentais no equilíbrio ecológico das paisagens, não só devido à função que desempenhavam na drenagem das diferentes bacias hidrográficas, como também na diferenciação e caracterização do zonamento do espaço agrícola.” (<http://www.dgadr.gov.pt>)

Com o D.L. n.º 196/89, de 14 de junho, foi possível proceder à efetiva delimitação destas áreas da RAN, pondo em prática a gestão das áreas nos órgãos regionais representativos com responsabilidade na matéria.

O D.L. n.º 73/2009, de 31 de março, estabeleceu um conjunto de exceções ao uso não agrícola do solo, cujos limites e condições a observar para a sua viabilização vieram a ser definidos e regulamentados pela Portaria n.º 162/2001, de 18 de abril.



Figura 28. Reserva Agrícola Nacional

A RAN é coordenada atualmente pelas ER-RAN (Entidades Regionais da Reserva Agrícola Nacional) correspondentes à área do território onde se localiza.

Estes pedidos de parecer são apresentados pelos interessados, diretamente, na ER-RAN.C ou são encaminhados pelas CM através do portal do SIRJUE.

A ER-RAN.C integra na sua composição um representante da CCDR que, em reunião, transmite o parecer, o qual é incorporado na respetiva ata.

Elementos instrutórios

- **Anexo II da Portaria n.º 162/2011, 18 de abril**

1 - Requerimento inicial à entidade regional da RAN territorialmente competente, para parecer prévio, nos termos do anexo III. O documento para a comunicação prévia deverá ser adaptado, em conformidade.

2 - Memória descritiva e justificativa.

3 - Fotocópia do bilhete de identidade ou cartão do cidadão e cartão de contribuinte de pessoa singular ou coletiva.

4 - Certidão de teor, atualizada, da conservatória do registo predial com as descrições e todas as inscrições em vigor.

5 - Fotocópia da caderneta predial e planta do cadastro.

6 - Extrato da carta militar à escala 1:25 000 com localização do prédio devidamente assinalada.

7 - Extrato da planta de condicionantes do PDM com a localização do prédio e respetiva legenda, legível.

8 - Cartografia ou ortofotomapa à escala 1:5000 ou escala maior, 1:2000 ou a adequada à dimensão ou rigor necessário, com planta de pormenor do pretendido.

9 - Se a área da RAN estiver inserida em aproveitamento hidroagrícola, acresce o parecer da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e peças gráficas.

10 - As entidades da RAN podem solicitar qualquer outra documentação, que considerem importante para a análise do processo.

A solicitação de uma pretensão deverá ser acompanhada com o “modelo de requerimento inicial”, constante no Anexo III da Portaria 162/2011, de 18 de abril.

Ex.mo
Senhor Presidente da Entidade Regional da Reserva Agrícola.
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
yyyy-yy xxxxx
(Nome) _____ com a idade de _____ anos, estado civil _____, com bilhete de identidade n.º _____, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de _____, com o número fiscal _____, concelho ou bairro fiscal de _____, código do domicílio fiscal _____, morador em _____ (rua, _____, localidade, _____ código postal) _____, telefone n.º _____ e endereço electrónico xxxxxx@zzzz.pt, na qualidade de (<i>Procurador/ Proprietário</i>) do prédio rústico / misto, sito em (<i>Lugar, Freguesia e Concelho</i>) _____, inscrito na matriz predial sob o Artigo _____, secção _____, com a área total de _____ m ² , (se for misto indicar a área construída) desejando _____, que ocupará a área de _____ m ² , perfazendo um total de _____ m ² , vem solicitar parecer prévio para a utilização não agrícola, ao abrigo da alínea _____, do n.º 1 do Art.º 22º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março, em virtude de se localizar em área integrada na Reserva Agrícola Nacional, conforme planta de condicionantes do PDM de _____
Confrontações do prédio: Norte - _____ Sul - _____ Nascente — _____ Poente — _____
(*) Para os devidos efeitos declara-se sob compromisso de honra que a construção que aqui se submete a parecer prévio se destina a residência própria e permanente do requerente.
Pede Deferimento

(Data/Assinatura)
(Em cada requerimento não pode ser formulado mais de um pedido) (Se não for o próprio mas procurador, deve enviar documento legal de procuração) (*) Aplicável quando o pedido seja formulado ao abrigo de qualquer das alíneas b), c), n), do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março.

Taxas

O valor da taxa aplicável encontra-se definido nos n.ºs 1 e 2 da Portaria n.º 1403/2002, de 29 de outubro e o seu valor é de € 79,61, a que acresce um montante variável de € 0,04/m², aplicável apenas à fração da área de solos da RAN a afetar a utilizações não agrícolas superior a 500m².

3.2. Serviços administrativos

3.2.1. Infraestruturas - Estradas Nacionais (IP, IC e outras estradas) e ferrovias



Legislação aplicável

- Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN), aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 7 de abril;
- Portaria n.º 54/2015, de 27 de fevereiro (Postos de Abastecimento de Combustíveis).

Características da servidão administrativa

As servidões a cargo das Infraestruturas de Portugal são as estradas nacionais, nomeadamente os itinerários principais e complementares, entre outras estradas, e ferrovias, e respetivos terrenos ao longo destas infraestruturas, de modo a proteger essas vias, de apropriações que possam vir a afetar a segurança e a visibilidade da circulação.

Por exemplo, em relação às zonas de servidão *non aedificandi*, após a publicação em decreto-lei (D.L. n.º 13/94), estas passam a ser as seguintes:

- Itinerários principais: 50 metros para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 20 metros da zona da estrada;
- Itinerários complementares: 35 metros para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 15 metros da zona da estrada;
- Estradas Nacionais e Estradas Regionais: 20 metros para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 5 metros da zona da estrada.

À exceção da construção de vedações de terrenos, desde que não excedam a altura de 2,5 metros, podendo ser cheias até 0,9 metros de altura, contada da conformação natural do solo nos seguintes termos: nos IP e IC, a uma distancia mínima de 7 metros da zona da estrada; nas estradas nacionais, a uma distancia mínima de 5 metros da zona da estrada.



Figura 29. Ponte das Várzeas, Mealhada | Infraestrutura ferroviária da Linha da Beira Alta

Elementos instrutórios

Documento	Tipologia
Requerimento com a identificação do requerente (nome, NIF e morada) dirigido ao Gestor Regional da área da pretensão, com a respetiva localização (distrito, concelho, freguesia, estrada ou linha de caminho-de-ferro, situação quilométrica, lado direito ou esquerdo no sentido crescente da quilometragem, coordenadas geográficas ou outros elementos que permitam identificar de forma inequívoca a sua localização)	Todas
Documento comprovativo da propriedade do terreno onde se pretende efetuar a intervenção	Todas
Procuração ou outro documento habilitante, quando a entidade que requer o licenciamento ou autorização, o faz em representação de terceiros	Todas
Planta à escala 1:10.000, 1:25.000 ou suporte cartográfico de base digital, com identificação do local da pretensão.	Todas
Planta à escala 1:1.000, com indicação da pretensão, contendo os elementos adequados à avaliação do solicitado, designadamente órgãos de drenagem, sinalização e equipamentos de segurança, outra rede viária existente na proximidade da pretensão, delimitação da parcela, edificações e outros elementos cartográficos relevantes	Todas
Projeto de execução, incluindo peças desenhadas e memória descritiva e justificativa da pretensão, contendo os elementos necessários para a sua avaliação, designadamente descrição dos equipamentos e métodos de trabalho, interferências com as infraestruturas e circulação ferroviária ou rodoviária, prazo previsto para a realização da obra/intervenção, cálculos de dimensionamento, orçamento com o valor dos trabalhos a executar na zona da estrada ou no domínio público ferroviário, e outros elementos que se venham a revelar indispensáveis à avaliação	Todas
Declaração de responsabilidade técnica do autor do projeto	Todas
Estudo de Tráfego	Acessos e Edificações associadas a atividades Industriais / Comerciais / Serviços, com impacto nas condições de circulação da rede rodoviária sob gestão da IP.
Projeto de sinalização temporária dos trabalhos.	Sempre que os trabalhos interfiram com a zona da estrada
Projeto de desvio de trânsito	Sempre que for necessário efetuar o corte total da estrada
Perfis transversais da via na escala de 1:200, sempre que os trabalhos interfiram com a plataforma da estrada ou com o caminho-de-ferro	Construção de muros e obras de contenção
Desenhos de Pormenor à escala 1:50 ou inferior (drenagem, pavimentação, sinalização, equipamentos de segurança ou de amarração/fixação)	Construção de muros e obras de contenção e instalação de infraestruturas no solo, subsolo e obras de arte
Perfis transversais cotados à escala 1:50 ou inferior com a representação das intervenções no subsolo da plataforma da estrada ou do caminho-de-ferro	Instalação de infraestruturas no subsolo
Desenho cotado do veículo ou do conjunto veículo e carga	Transportes Especiais

Declaração de responsabilidade do cliente	Transportes Especiais
Percurso, identificado sobre mapa ou esboço da rede viária, em escala adequada, que permita uma correta análise do mesmo, indicando de forma clara as vias abrangidas	Utilizações da via pública com atividades de caráter desportivo, festivo ou outras e Transportes Especiais
Planta de localização à escala 1/1.000 ou 1/2.000 com a delimitação do terreno e implantação do traçado da estrada, numa extensão mínima de 300 m, para cada lado, a contar dos limites da localização do PAC; Perfil longitudinal da estrada nas escalas de 1:2.000 para os comprimentos e de 1:200 para as alturas, numa extensão de 300m para cada lado dos limites do PAC.	Postos de Abastecimento de Combustíveis
Outras peças desenhadas consideradas relevantes para a avaliação da pretensão	Todas

Taxas

- Portaria n.º 357/2015, de 14 de outubro (temporariamente suspensa por força do disposto no n.º 2 do artigo 259.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Orçamento de Estado para 2017);
- Portaria n.º 53/2015, de 27 de fevereiro (Postos de Abastecimento de Combustíveis).

3.2.2. Infraestruturas – Faróis



Legislação aplicável

- D.L. n.º 594/73, de 7 de novembro

Características da servidão administrativa

Esta servidão foi constituída para salvaguardar as zonas adjacentes a qualquer dispositivo de sinalização marítima, existente ou por estabelecer, faróis, farolins, etc, entre outros, e zonas incluídas na sua linha de enfiamento de modo a garantir que a função dos mesmos não seja condicionada pela volumetria de qualquer construção, vegetação ou formas de relevo.

Elementos instrutórios

- Memória descritiva e justificativa da intervenção sujeita a parecer;
- Planta de localização/enquadramento da área sujeita a apreciação;
- Plantas do edificado ou a edificar, sujeito à apreciação;
- Telas com os alçados e as cotas de soleira e máximas.



Figura 30. Farol do Penedo da Saudade | São Pedro de Moel

Taxas

- Portaria n.º 506/2018 de 2 de outubro

3.2.3. Infraestruturas - Rede Rodoviária Nacional



Legislação aplicável

- Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98/ de 31 de outubro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto;
- Lei 34/2015, de 27 de abril.

Características da servidão administrativa

A servidão administrativa a cargo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P é a Rede Rodoviária Nacional.

As servidões rodoviárias, são os encargos, as proibições e as limitações impostos sobre os prédios confinantes ou vizinhos, em benefício de construção, manutenção, uso, exploração e proteção das estradas a que se aplica o Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.

Constituem servidões rodoviárias:

- a) A servidão non aedificandi;
- b) A servidão de visibilidade;
- c) As servidões que, como tal, venham a ser constituídas.

O Plano Rodoviário Nacional (PRN), revisto e atualizado pelo DL 222/98, de 17 de julho,

retificado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-lei n.º 182/2003, de 16 de agosto, define a rede rodoviária nacional do continente, que desempenha funções de interesse nacional ou internacional.

A rede rodoviária nacional é constituída pelas:

- Rede nacional fundamental, que integra os itinerários principais (IP) constantes da lista I anexa ao PRN e do qual faz parte integrante. Os itinerários principais são as vias de comunicação de maior interesse nacional, servem de base de apoio a toda a rede rodoviária nacional e asseguram a ligação entre os centros urbanos com influência supradistrital e destes com os principais portos, aeroportos e fronteiras (art.º 2.º do DL n.º 222/98).
- Rede nacional complementar, que é formada pelos itinerários complementares (IC) e pelas estradas nacionais (EN), constantes, respetivamente, das listas II e III, anexas ao PRN e do qual fazem parte integrante, assegura a ligação entre a rede nacional fundamental e os centros urbanos de influência concelhia ou supraconcelhia, mas infradistrital (n.ºs 1 e 2 do art.º 4.º do DL n.º 222/98).

Os itinerários complementares são as vias que, no contexto do plano rodoviário nacional, estabelecem as ligações de maior interesse regional, bem como as principais vias envolvidas e de acesso nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. (n.º 3 do art.º 4.º do DL n.º 222/98).

A rede nacional de autoestradas é formada pelos elementos da rede rodoviária nacional especificamente projetados e construídos para o tráfego motorizado, que não servem as propriedades limítrofes e que:

a) Exceto em pontos especiais ou que temporariamente disponham de faixas de rodagem distintas para os dois sentidos de tráfego, as quais serão separadas uma da

outra por uma zona central não destinada ao tráfego ou, excecionalmente, por outros dispositivos;

b) Não tenham cruzamentos de nível com qualquer outra estrada, via-férrea ou via de elétricos ou caminho de pé posto; e

c) Estejam especialmente sinalizados como autoestrada.

Os lanços da rede nacional de autoestradas são os que constam da lista IV anexa ao PRN, do qual faz parte integrante. (n.º 2 do art.º 5.º do DL n.º 222/98).

Todos os lanços das estradas da rede rodoviária nacional poderão, mediante despacho do ministro da tutela do sector rodoviário, ser dotados de características de autoestrada, a fim de garantirem as condições de serviço estabelecidas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º, quando os regimes de procura previstos assim o exigirem. (n.º 3 do art.º 5 do DL n.º 222/98).

As Estradas regionais (ER), asseguram as comunicações públicas rodoviárias do continente com interesse supramunicipal e complementar à rede rodoviária nacional (n.º I do art.º 12.º do DL nº222/98), constantes da lista V anexa ao PRN, e do qual faz parte integrante, com uma ou várias das seguintes funções:

a) Desenvolvimento e serventia das zonas fronteiriças, costeiras e outras de interesse turístico;

b) Ligação entre agrupamentos de concelhos constituindo unidades territoriais;

c) Continuidade de estradas regionais nas mesmas condições de circulação e segurança.

Enquanto se mantiverem sob responsabilidade da administração central, as estradas regionais estão subordinadas ao enquadramento normativo das estradas da rede rodoviária nacional, incluindo o disposto no Decreto-Lei n.º 105/98, de 24 de abril. (n.º 4 do art.º 12º do DL nº 222/98).

O novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, abreviadamente designado por EERRN, aprovado, em anexo à Lei 34/2015, de 27 de abril, estabelece as

regras que visam a proteção da estrada e sua zona envolvente, fixa as condições de segurança e circulação dos seus utilizadores e as de exercício das atividades relacionadas com a sua gestão, exploração e conservação.

As disposições legais estabelecidas no novo EERRN, aplicam-se às estradas que integram a rede rodoviária nacional, bem como às estradas regionais, às estradas nacionais desclassificadas, ainda não entregues aos municípios, e às ligações à rede rodoviária nacional, em exploração à data da entrada em vigor do presente Estatuto (art.º 1 da Lei 34/2015).

- Zona de servidão non aedificandi (art.º 32º da Lei 34/2015)

É constituída em benefício das infraestruturas rodoviárias, do tráfego rodoviário, da segurança das pessoas, designadamente dos utilizadores da estrada, e da salvaguarda dos interesses ambientais, uma zona de servidão non aedificandi sobre os prédios confinantes e vizinhos daquelas.

Até à aprovação da respetiva planta parcelar, a zona de servidão non aedificandi é definida por:

- Uma faixa de 200 m para cada lado do eixo da estrada, e
- Por um círculo de 650 m de raio centrado em cada nó de ligação.

Após a publicação do ato declarativo de utilidade pública dos prédios e da respetiva planta parcelar, as zonas de servidão non aedificandi das novas estradas, bem como das estradas já existentes, têm os seguintes limites (nº 8 do artigo 32.º da Lei 34/2015):

- a) Autoestradas e vias rápidas: 50 m para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 20 m da zona da estrada;
- b) IP: 50 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 20 m da zona da estrada;

c) IC: 35 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 15 m da zona da estrada;

d) EN e restantes estradas a que se aplica o presente Estatuto: 20 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 5 m da zona da estrada;

e) Nós de ligação: um círculo de 150 m de raio centrado na interseção dos eixos das vias, qualquer que seja a classificação destas.

- Nos cruzamentos ou entroncamentos das estradas a que se aplica o presente Estatuto entre si ou com estradas municipais, a zona de servidão non aedificandi a considerar é a correspondente à estrada com maior nível de proteção (n.º 10 do artigo 32.º da Lei 34/2015).

- Para as obras de arte e túneis, as zonas de servidão referidas no n.º 8 do artigo 32.º do EERRN, são medidas a partir da projeção vertical do seu eixo sobre o terreno natural (nº11 do artigo 32.º da Lei 34/2015).

- Permissões em zonas de servidão non aedificandi (nº1 do art.º 58.º da Lei 34/2015)

No âmbito das competências do IMT, I.P., podem ser autorizadas obras de ampliação ou alteração de edifícios comerciais, industriais ou de serviços, já existentes na zona de servidão non aedificandi, à data de entrada em vigor do presente Estatuto, ou que, com a construção da estrada, fiquem situados nessa zona, desde que a ampliação ou modificação não possa, em condições economicamente razoáveis, operar-se noutra direção e não haja mudança de tipo de utilização.

Elementos instrutórios

a) Memória descritiva, contendo:

a. Área objeto do pedido;

- b. Caracterização da operação urbanística, incluindo a indicação de anteriores atos administrativos concedidos, referentes à edificabilidade e utilização.
- c. Justificação das opções técnicas da operação, designadamente a demonstração de que as obras envolvidas (ampliação ou alteração/modificação), não podem, em condições economicamente razoáveis, operar-se noutra direção.
- d. Programa de utilização das edificações, incluindo a área a afetar aos diversos usos, indicando o tipo de utilização existente e o proposto.
- e. Outros elementos, que permitam avaliarem a operação urbanística/ quanto às condições de circulação e segurança rodoviárias e visibilidade do trânsito.

b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial; quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem os correspondentes artigos matriciais.

c) Planta de implantação, indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais, bem como a demarcação dos limites das zonas de servidão non aedificandi, definidas nos termos das disposições legais constantes no artigo 32.º da Lei 34/2015, de 27 de abril, em formato PDF.

d) Peças desenhadas de sobreposição, devidamente cotadas, representadas nas cores convencionais:

- a. A vermelha para os elementos a construir;
- b. A amarela para os elementos a demolir;
- c. A preta para os elementos a manter;
- d. A azul para elementos a legalizar.

Taxas

Não aplicável.



Figura 31. IC1/A17 - Servidão rodoviária.
Fonte: <http://trip-suggest.com/portugal/aveiro>

3.2.4. Infraestruturas – Gasodutos nacionais



Legislação aplicável

- D.L. n.º 11/94, de 13 de janeiro - Define o regime aplicável às servidões necessárias à implantação das infraestruturas das concessões de gás natural.
- Portaria n.º 142/2011, de 6 de abril - Ao abrigo do disposto nos art.º 7.º e 56.º da Portaria n.º 142/2011, de 6 de abril, quaisquer intervenções nas imediações da nossa infraestrutura que a possam afetar, direta ou indiretamente, deverão ser previamente avaliadas pela REN-Gasodutos para que possam ser tomadas as medidas de proteção adicionais que venham a ser consideradas necessárias para a manutenção da segurança e operacionalidade da rede de transporte de gás natural.

Características da servidão administrativa

De acordo com o D.L. n.º 11/94, de 13 de janeiro a servidão encontra-se definida face à existência de infraestruturas das concessões de gás natural.

Ao abrigo do disposto nos artigos 7.º e 56.º da Portaria n.º 142/2011, de 6 de abril, quaisquer intervenções nas imediações da citada infraestrutura que a possam afetar, direta ou indiretamente, deverão ser previamente avaliadas pela REN-Gasodutos para que

possam ser tomadas as medidas de proteção adicionais que venham a ser consideradas necessárias para a manutenção da segurança e operacionalidade da rede de transporte de gás natural.

As servidões de gás visam, em especial, permitir e assegurar a progressão contínua e ininterrupta dos trabalhos de implantação das infraestruturas das concessões do serviço público de importação de gás natural e do seu transporte e fornecimento através da rede de alta pressão e de distribuição e fornecimento de GN através das redes regionais de baixa pressão, de acordo com os respetivos projetos.

Sobre os titulares dos imóveis abrangidos pelos projetos referidos anteriormente recai a obrigação da criação de todas as condições adequadas àquela progressão, bem como da pronta e eficaz colaboração, sempre que possível, em face das solicitações da respetiva entidade instaladora ou exploradora das infraestruturas do gás natural.

Os direitos e obrigações previstos neste diploma para os titulares dos imóveis afetados pela construção e exploração das infraestruturas do gás natural serão extensíveis, com as necessárias adaptações exigidas para cada caso, aos titulares de qualquer outro direito real ou ónus sobre os referidos imóveis, bem como aos respetivos arrendatários.

Ao longo de toda a extensão da RNTGN encontra-se constituída, ao abrigo do D.L. n.º 11/94, de 13 de janeiro, uma faixa de servidão de gás natural com 20 m de largura centrada no eixo longitudinal do gasoduto. No interior da referida faixa, o uso do solo tem as seguintes restrições:

- Proibição de arar ou cavar a mais de 0,50 m de profundidade a menos de 2 m do eixo longitudinal do gasoduto;
- Proibição de plantação de árvores ou arbustos a menos de 5 m do eixo longitudinal do gasoduto;
- Proibição de qualquer tipo de construção, mesmo provisória, a menos de 10 m do eixo longitudinal do gasoduto.

Elementos instrutórios

O n.º 2 do artigo 7.º da Portaria n.º 142/2011, de 6 de abril, dispõe que " (...) no caso de terceiros, promotores de outras infraestruturas, pretenderem desenvolver projetos com interferência sobre as condições de segurança dos gasodutos de transporte, devem solicitar à concessionária da RNTGN o estudo das medidas adequadas para proteção ou alteração da infraestrutura de transporte de GN (...)."

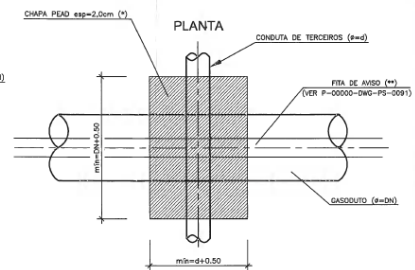
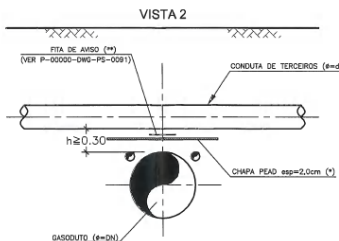
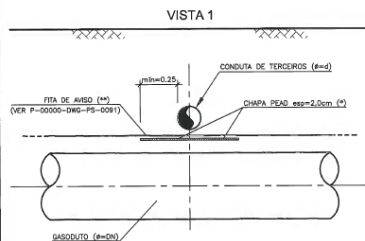
Deste modo e não obstante o diploma não definir os elementos instrutórios necessários, a REN-Gasodutos considera essenciais os seguintes elementos mínimos:

- Memória descritiva e justificativa da interferência com a RNTGN;
- Planta de localização à escala 1:25.000 (de preferência sobre carta militar);
- Planta / perfil à escala adequada (1:1.000 ou superior) para verificação do cumprimento dos requisitos indicados nos nossos desenhos tipo P-OOOOO-DWG-PS-0037 (cruzamento com condutas) e P-OOOOO-DWG-PS-0403-0 / P-OOOOO-DWG-PS-0404-0 (estrutura tipo de proteção de gasoduto).

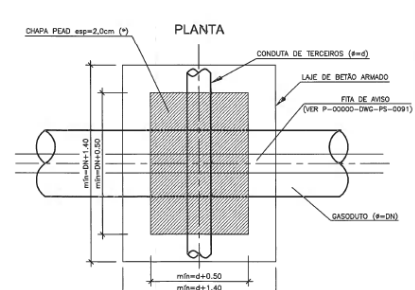
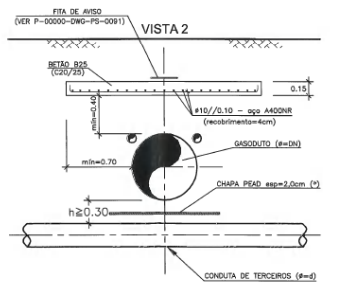
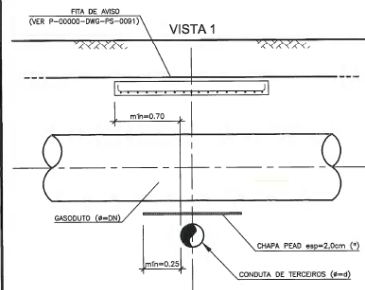
Para este efeito, é habitual ser necessário o levantamento de dados altimétricos e planimétricos do gasoduto com recurso a detetor da REN-Gasodutos. O requerente deverá assim solicitar a intervenção dos nossos técnicos de exploração no campo para, com recurso à topografia do requerente, realizarem o levantamento da informação referida para inserção nas peças de projeto.

PROPRIEDADE DA REN-GASDUTOS, S.A. Só pode ser usado, reproduzido no todo ou em parte ou comunicado a terceiros com a autorização expressa da REN-GASDUTOS, S.A.

SITUAÇÃO 1 - GASODUTO SOB CONDUTA DE TERCEIROS



SITUAÇÃO 2 - GASODUTO SOBRE CONDUTA DE TERCEIROS



NOTAS:

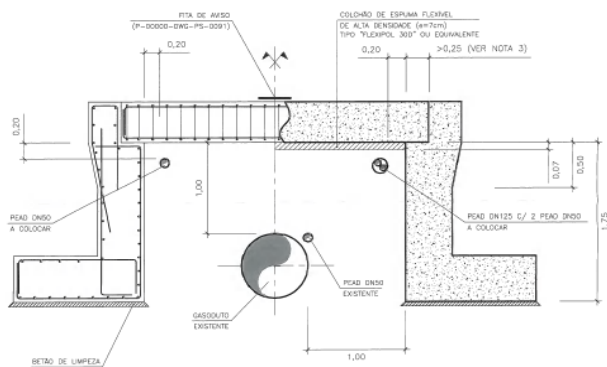
(*) - APLICÁVEL APENAS QUANDO $h < 0.80m$.

(**) - PARA $h \geq 0.80m$ A FITA DE AVISO DEVERÁ SER COLOCADA 0.30m ACIMA DA GERATRIZ SUPERIOR DO GASODUTO.

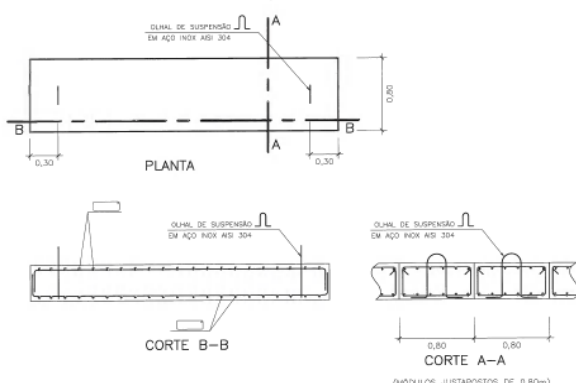
3 30.04.07 REVISÃO GERAL		GASODUTOS - CIVIL	
2 16.02.07 SUBSTITUIÇÃO LOGOTIPO		CRUZAMENTO TÍPICO COM CONDUTA	
REV.	DATA	DISCUSÃO	OUT. APR. APR.
DOCUMENTO EXECUTADO, REVISADO E COM APROVAÇÃO DIGITAL POR WORKFLOW DO GDSR			
REN		ESCALA	NÚMERO DO DOCUMENTO
REDE NACIONAL DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL		PROJETO	PREP.
Divisão de Operação da Rede - Equipamento e Construção		ÁREA	TPO SOC. CATES
S/E		P. 000000	DWG PS 0037

Rev 0037-04-09-000000-000000-000000-000000

ESTRUTURA TIPO DE PROTEÇÃO DE GASODUTO



LAJE DE COBERTURA (MÓDULO 0,80m)



NOTAS:

1. R_{90} = RECOBRIMENTO DE TERRAS DO GASODUTO. O RECOBRIMENTO DEVERÁ SER DETERMINADO NO LOCAL, COM UM TÉCNICO DA REN GASDUTOS.
2. DIMENSÕES A DEFINIR EM FUNÇÃO DAS CARGAS ATUANTES SOBRE A ESTRUTURA.
3. AS CONDIÇÕES DE PÉD A COLOCAR SERÃO TAMPONADAS NAS EXTREMIDADES.
4. A LAJE DA COBERTURA DEVERÁ SER ENTERRADA EM MÓDULOS DE 0,80m.
5. A VENTILADA DA COBERTURA DEVERÁ SER ENTERRADA COM O RECURSO ÀS QUILAS DE SUSPENSÃO QUE DEVERÃO POSSUIR O DIÂMETRO ADEQUADO.
6. A VENTILADA DA COBERTURA NÃO DEVERÁ PROVOCAR ENGAZAMENTO DO COLCHÃO DE ESPUMA.
7. ARMADURAS E DIMENSÕES NÃO INDICADAS, A SEREM DIMENSIONADAS EM FUNÇÃO DAS CARGAS ATUANTES SOBRE A ESTRUTURA DE PROTEÇÃO.

MATERIAIS:

- BETÃO CLASSE MINIMA B25
- AÇO CLASSE A500 NR
- RECOBRIMENTO DAS ARMADURAS = 4cm

0 10.09.15 EMISSÃO APROVADA		ESTRUTURA TIPO DE PROTEÇÃO DE GASODUTO	
REV.	DATA	DISCUSÃO	OUT. APR. APR.
DOCUMENTO EXECUTADO, REVISADO E COM APROVAÇÃO DIGITAL POR WORKFLOW			
REN		ESCALA	NÚMERO DO DOCUMENTO
S/E		PROJETO	PREP.
P. 000000		ÁREA	TPO SOC. CATES
DWG PS 0403		P. 000000	DWG PS 0403

PROPRIEDADE DA REN. Só pode ser usado, reproduzido no todo ou em parte ou comunicado a terceiros com a autorização expressa da REN.

FASE 1 - PERÍO DE TERRENO DA CUE O RECOBRIMENTO DO GASODUTO É SUPERIOR A 1m (FASE 1-1m)
FASE 2 - PERÍO DE TERRENO DA CUE O RECOBRIMENTO DO GASODUTO É INFERIOR A 1m (FASE 2-1m)

FASE 3 - PERÍO DE TERRENO DA CUE O RECOBRIMENTO DO GASODUTO É INFERIOR A 1m (FASE 3-1m)
FASE 4 - PERÍO DE TERRENO DA CUE O RECOBRIMENTO DO GASODUTO É INFERIOR A 1m (FASE 4-1m)

FASE 5		FASE 6	
FASE 7		FASE 8	
FASE 9		FASE 10	
FASE 11		FASE 12	
FASE 13		FASE 14	
FASE 15		FASE 16	
FASE 17		FASE 18	
FASE 19		FASE 20	
FASE 21		FASE 22	
FASE 23		FASE 24	
FASE 25		FASE 26	
FASE 27		FASE 28	
FASE 29		FASE 30	
FASE 31		FASE 32	
FASE 33		FASE 34	
FASE 35		FASE 36	
FASE 37		FASE 38	
FASE 39		FASE 40	
FASE 41		FASE 42	
FASE 43		FASE 44	
FASE 45		FASE 46	
FASE 47		FASE 48	
FASE 49		FASE 50	
FASE 51		FASE 52	
FASE 53		FASE 54	
FASE 55		FASE 56	
FASE 57		FASE 58	
FASE 59		FASE 60	
FASE 61		FASE 62	
FASE 63		FASE 64	
FASE 65		FASE 66	
FASE 67		FASE 68	
FASE 69		FASE 70	
FASE 71		FASE 72	
FASE 73		FASE 74	
FASE 75		FASE 76	
FASE 77		FASE 78	
FASE 79		FASE 80	
FASE 81		FASE 82	
FASE 83		FASE 84	
FASE 85		FASE 86	
FASE 87		FASE 88	
FASE 89		FASE 90	
FASE 91		FASE 92	
FASE 93		FASE 94	
FASE 95		FASE 96	
FASE 97		FASE 98	
FASE 99		FASE 100	

Nota: De acordo com a Portaria n.º 142/2011, de 6 de abril – art.º nº 7, nº 2, no caso de terceiros, promotores de outras infraestruturas, pretenderem desenvolver projetos com interferência sobre as condições de segurança dos gasodutos de transporte, devem solicitar à concessionária da RNTGN o estudo das medidas adequadas para proteção ou alteração da infraestrutura de transporte de GN, sendo que:

- a) Os custos incorridos pela concessionária da RNTGN com o estudo de interferências de terceiros serão imputados ao respetivo promotor, antes da sua execução;
- b) Os custos com as medidas de proteção ou alteração dos gasodutos de transporte, devidas a interferências de terceiros, serão suportados por estes, incluindo os incorridos pela concessionária da RNTGN para a sua segurança, supervisão e certificação;
- c) Os custos referidos nas alíneas anteriores serão previamente indicados às entidades pela concessionária da RNTGN.”

Deste modo e não obstante o diploma não definir os elementos instrutórios necessários, a REN-Gasodutos considera essenciais os seguintes elementos mínimos:

- Memória descritiva e justificativa da interferência com a RNTGN;
- Planta de localização à escala 1:25.000 (de preferência sobre carta militar);
- Planta / perfil à escala adequada (1:1.000 ou superior) para verificação do cumprimento dos requisitos indicados nos nossos desenhos tipo P-OOOOO-DWG-PS-0037 (cruzamento com condutas) e P-OOOOO-DWG-PS-0403-0 / P-OOOOO-DWG-PS-0404-0 (estrutura tipo de proteção de gasoduto).

Para este efeito, é habitual ser necessário o levantamento de dados altimétricos e planimétricos do gasoduto com recurso a detetor da REN-Gasodutos. O requerente deverá assim solicitar a intervenção dos nossos técnicos de exploração no campo para, com

recurso à topografia do requerente, realizarem o levantamento da informação referida para inserção nas peças de projeto.



Figura 32. Gás natural | Fonte: Sítio da REN - Gasodutos

Taxas

As alíneas a), b) e c) do n.º 2 do art.º 7.º da Portaria n.º 142/2011, de 6 de abril, preveem a imputação aos promotores de outras infraestruturas, antes da sua execução, de todos os custos incorridos pela concessionária da RNTGN com o estudo da interferência de terceiros, com as medidas de proteção ou alteração dos gasodutos de transporte e ainda com a sua segurança, supervisão e certificação.

Deste modo, o valor a imputar aos requerentes é calculado/orçamentado caso a caso e apenas em situações de real afetação da RNTGN.

3.2.5. Infraestruturas – Metro Mondego



Legislação aplicável

- Decreto-Lei n.º 10/2002 de 24 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 226/2004 de 6 de dezembro

Atribuiu à Metro-Mondego, S.A. a concessão em regime de serviço público, da exploração de um sistema de metro ligeiro de superfície (agora denominado Sistema de Mobilidade do Mondego, abreviadamente SMM) nos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã pelo prazo de 30 anos, aprovando as Bases de Concessão e os Estatutos da Metro-Mondego, S.A..

As bases de concessão referem expressamente (Base VII, n.º 1) “competem à concessionária [...] constituir as servidões necessárias à construção do sistema”.

- Plano Diretor Municipal (PDM) de Coimbra - 1ª revisão (agosto de 2013), publicada no Diário da República, 2.ª Série - N.º 124, de 1 de julho de 2014, de acordo com o Aviso n.º 7635/2014
Art n.º 128.º, n.º 3, alíneas a), b), c), e n.º 4.
- Plano Diretor Municipal (PDM) de Miranda do Corvo – 1.ª revisão, publicada no diário da República, 2.ª Série – N.º 139, de 22 de julho de 2014, de acordo com o Aviso n.º 8473/2014
Art. 109.º do PDM de Miranda do Corvo (2014), n.º 1 e n.º 2.

- Plano Diretor Municipal (PDM) da Lousã – 1.^a revisão (janeiro de 2013), publicado em diário da República, 2.^a Série – N.º 130, de 9 de julho de 2013, de acordo com o Aviso n.º 8729/2013
Art. 109.º do PDM da Lousã (2013), n.º 1 e n.º 2

Características da servidão administrativa

- Plano Diretor Municipal (PDM) de Coimbra:

Estabelece as áreas e condições de proteção envolventes ao traçado definido para o SMM, para as quais qualquer intervenção fica sujeita a “parecer da entidade responsável pela infraestrutura do Sistema do Metro Mondego”, nas seguintes “áreas e condições de proteção:
 - a) Uma área com a largura de 50 metros para cada um dos lados do eixo, até à aprovação do estudo prévio;
 - b) Uma área com a largura de 20 metros para cada um dos lados do eixo, até à aprovação do projeto de execução;
 - c) Uma área com a largura de 7 metros para cada um dos lados do eixo, após a aprovação do projeto de execução e exploração da infraestrutura, devendo ser respeitadas as condições previstas nos projetos de execução, incluindo as integrações funcionais.
- Plano Diretor Municipal (PDM) de Miranda do Corvo
Estabelece as áreas e condições de proteção envolventes ao traçado definido para o SMM, para as quais qualquer intervenção fica sujeita a parecer “da entidade competente pela mesma” e “numa faixa de 10 metros para cada lado da via Ferroviária.
- Plano Diretor Municipal (PDM) da Lousã
Estabelece as áreas e condições de proteção envolventes ao traçado definido para o SMM, para as quais qualquer intervenção fica sujeita a parecer na área correspondente “às faixas de proteção non aedificandi aplicáveis” equivalentes à do Domínio Público Ferroviário.

Elementos instrutórios

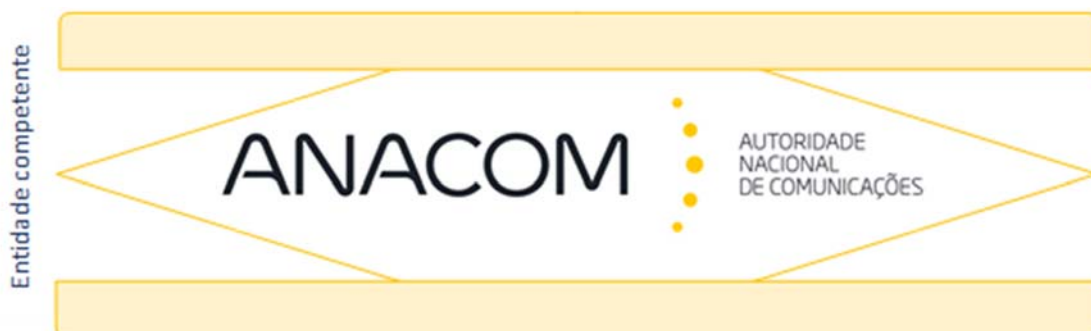
- Plantas de localização e implantação da intervenção, georreferenciadas, em formato DWG;
- Memória descritiva (formato PDF)
- Peças escritas e desenhadas – plantas, cortes, alçados de edifícios, acessos e zonas verdes (formato DWG ou DXF) - do projeto de arquitetura e restantes especialidades.
- (os elementos a submeter devem permitir avaliar a localização, o afastamento ao canal e altura/profundidade da intervenção que se pretende levar a cabo)

Nota: Nas áreas correspondentes aos troços que estão, ainda, sujeitos ao regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário (Decreto-Lei n.º 276/2003 de 04.11), o parecer da MM não substitui a competente apreciação/aprovação pela Infraestruturas de Portugal.

Taxas

Não aplicável.

3.2.6. Infraestruturas - Servidões radioelétricas



Legislação aplicável

- Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de novembro.

Características da servidão administrativa

As servidões radioelétricas em vigor agrupam-se em dois tipos diferentes:

- a) Servidões de ligações hertzianas, onde se define um corredor (projeção horizontal sobre o terreno) e uma área delimitada por esse corredor, acima da cota do terreno, a uma distância variável em relação a essa cota;
- b) servidões de centros radioelétricos, onde se define uma zona normalmente circular em torno desse centro, dentro do qual são aplicáveis diversas condicionantes.

Elementos instrutórios

Embora a legislação de suporte (DL n.º 597/73) não defina quais os elementos instrutórios necessários à apreciação dos processos, é fundamental que haja conhecimento de determinados parâmetros dos diversos projetos que se pretendam implementar em áreas condicionadas, para que o parecer desta Autoridade possa ser emitido:

- A. Uma planta de localização do projeto em análise à escala 1:25000, por exemplo em formato .jpg ou .pdf;

B. Em alguns casos, uma planta de localização do projeto em análise à escala 1:10000 em igual formato digital (normalmente solicitada a posteriori, se for caso disso);

C. Um conjunto de desenhos de projeto que evidencie a cota de implantação no terreno e a cota máxima que a infraestrutura atingirá (por exemplo, no caso de edifícios, os desenhos dos respetivos alçados, e igualmente para o caso de torres de radiocomunicações ou de aerogeradores), em formato .pdf ou .dwf ou .dwg;

D. A memória descritiva do projeto, na qual se descreva que tipo de infraestrutura estará em apreciação (edifício, parque eólico, linha de energia, antena de radiocomunicações, etc.), em formato .doe ou .pdf.

Taxas

Não aplicável.

3.2.7. Equipamentos – Instalações militares



Legislação aplicável

- Lei n.º 2078, de 11 de julho de 1955
- Artigos 7.º e 8.º do D.L. n.º 45 986
- Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril - Elementos instrutórios dos procedimentos previstos no RJUE.

Características da servidão administrativa

A Lei n.º 2078, de 11 de julho de 1955 estabelece a lei das servidões militares e promulga o regime a que ficam sujeitas as zonas confinantes com organizações ou instalações militares ou de interesse para a Defesa Nacional, de carácter permanente ou transitório;

O D.L. n.º 45 986, de 22 de outubro de 1964 estabelece as competências para a realização do estudo da constituição, modificação ou extinção das servidões militares a que se refere a mencionada lei.

Estão sujeitas à servidão militar as zonas confiantes como fortificações, baterias de artilharia fixa, estradas militares, aeródromos militares ou civis, instalações de defesa de qualquer natureza e quaisquer outras integradas nos planos de defesa, aquartelamentos,

campos de instrução, carreiras e polígonos de tiro, explosivos, de mobilização ou de combustíveis.



Figura 33. Base aérea n.º 5 – Monte Real, Leiria | **Instalação militar**

Elementos instrutórios

- Extratos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento;
- Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do PDM;
- Extratos das plantas do plano especial de ordenamento do território vigente;
- Projeto de arquitetura;
- Memória descritiva e justificativa.

Taxas

Não aplicável.

3.2.8. Recursos geológicos



Legislação aplicável

Áreas/servidões sujeitas a parecer da DGEG	Legislação aplicável
A-Águas Minerais Naturais	- Lei nº 54/2015, de 22 de junho, (estabelece o regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos, onde se integram as águas minerais naturais); - Decreto-Lei nº 86/90, de 16 de março (diploma que regula o exercício das atividades de prospeção, pesquisa e exploração das águas minerais naturais, com vista ao seu racional aproveitamento técnico-económico e à sua valorização).
B-Recursos Geotérmicos	- Lei nº 54/2015, de 22 de junho, (estabelece o regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos, onde se integram as águas minerais naturais). - Decreto-Lei nº 87/90, de 16 de março (diploma que regula o exercício das atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos geotérmicos, com vista ao seu racional aproveitamento técnico-económico e à sua valorização).
C- Águas Minero-industriais	- Lei nº 54/2015, de 22 de junho, (estabelece o regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos, onde se integram as águas minerais naturais). - Decreto-Lei nº 85/90, de 16 de março (diploma que regula o exercício das atividades de prospeção, pesquisa e exploração de águas minero-industriais, com vista ao seu racional aproveitamento técnico-económico e à sua valorização).
D - Águas de Nascente	- Lei nº 54/2015, de 22 de junho, (estabelece o regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos, onde se integram as águas de nascente - Decreto-Lei nº 84/2001, de 16 de março que aprova o regime jurídico da atividade de exploração num racional aproveitamento técnico-económico e sua valorização.
E - Depósitos Minerais (concessões mineiras / minas)	- Lei nº 54/2015, de 22 de junho, (estabelece o regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos, onde se integram os depósitos minerais). - D.L. nº 88/90, de 16 de março (diploma que regula o exercício das atividades de prospeção, pesquisa e exploração dos depósitos minerais, com vista ao seu racional aproveitamento técnico-económico e valorização).
F - Jazigos e Ocorrências de Urânio	- Diplomas relativos a radiações mórmente D.L. 165/2002
G - Concessão para recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas	- Decreto-lei nº 198-A/2001 de 6 de julho - estabelece o regime jurídico de concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei nº 60/2005 de 9 de março. - Contrato de Concessão: Resolução do Conselho de Ministros nº 81/2015, de 21 de setembro - Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2017, de 1 de fevereiro
H - Bens que apresentem relevância geológica, mineira ou educativa	- Decreto-lei nº 54/2015 de 22 de junho.
I - Armazenamento Geológico de Carbono	- Decreto-lei nº 60/2012 de 14 de março

<p>J - Massas minerais (pedreiras)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Lei nº 54/2015, de 22 de junho, (estabelece o regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos, onde se integram as massas minerais, vulgarmente designadas por pedreiras). - Decreto-Lei nº 270/2001, de 6 de outubro, na atual redação dada pelo Decreto-Lei nº 340/2007, de 12 de outubro de 2007 que aprova o regime jurídico de pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras).
<p>K - Instalações de transporte, distribuição, armazenamento e abastecimento de combustíveis</p>	<p style="text-align: center;"><u>Gás natural</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Decreto-Lei nº 30/2006, de 15 de fevereiro, na atual redação conferida pelo - Decreto-Lei nº 230/2012, de 26 de outubro (estabelece os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural - SNGN, bem como ao exercício das atividades de receção, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de gás natural, e à organização dos mercados de gás natural); - Decreto-Lei nº 140/2006, de 26 de julho, na atual redação conferida pelo Decreto-Lei nº 231/2012, de 26 de outubro, (estabelece os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do SNGN (desenvolve os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do SNGN, aprovados pelo Decreto-Lei nº 30/2006, de 15 de Fevereiro, regulamentando o regime jurídico aplicável ao exercício das atividades de transporte, armazenamento subterrâneo, receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito, à distribuição e comercialização de gás natural e à organização dos mercados de gás natural); - Decreto-Lei nº 232/90, de 16 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 183/94, de 1 de julho, e pelo Decreto-Lei nº 7/2000, de 3 de fevereiro (estabelece os princípios a que deve obedecer o projeto, a construção, a exploração e a manutenção do sistema de abastecimento de gases combustíveis canalizados); - Decreto-lei nº 11/94, de 13 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 23/2003, de 4 de janeiro, (estabelece o regime aplicável às servidões necessárias à implantação e à exploração das infraestruturas das concessões de serviço público relativas ao gás natural, no seu estado gasoso (GN) ou líquido (GNL) e dos seus gases de substituição); - Portaria nº 390/94, de 17 de junho (Regulamento Técnico Relativo ao Projeto, Construção, Exploração e Manutenção de Gasodutos de Transporte de Gases Combustíveis entre 4 e 20 bar - tal como definido na Portaria nº 235/2012, de 8 de agosto). - Portaria nº 386/94, de 16 de junho, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 690/2001, de 10 de julho (estabelece as condições técnicas a que devem obedecer as redes de distribuição de gases combustíveis - pressão igual ou inferior a 4 bar); - Portaria nº 142/2011, de 6 de abril (Regulamento da RNTGN, retificada pela Portaria nº 235/2012, de 8 de agosto; A realização de trabalhos na faixa de servidão do gasoduto carece de apreciação técnica pelo operador da RNTGN e, em casos devidamente justificados, de autorização prévia da entidade licenciadora, a qual deverá dar o seu assentimento ao método de realização dos trabalhos, podendo impor as condições que considerar necessárias para manter a segurança do gasoduto- artigo 7º) - Portaria nº 137/2011, de 5 de abril, alterada pela Portaria nº 201/2013, de 6 de junho, (adota como Regulamento do Terminal de Receção, Armazenamento e Regaseificação de Gás Natural Liquefeito a norma NP 1473); Portaria nº 181/2012, de 8 de junho, (Regulamento de Armazenamento Subterrâneo de Gás Natural). Portaria nº 1270/2001 de 8 de novembro, (Estabelece as condições a que deve obedecer o projeto, a construção, a exploração e a manutenção de postos de enchimento de gás natural, destinados ao abastecimento de veículos rodoviários que utilizem gás natural como combustível) <p style="text-align: center;"><u>Petróleo e seus derivados</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Decreto-lei nº 36270, de 9 de maio de 1947 (estabelece o regulamento de segurança das instalações para armazenagem e tratamento industrial de petróleos brutos, seus derivados e resíduos); - Decreto-Lei nº 232/90, de 16 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 183/94, de 1 de julho, e pelo Decreto-Lei nº 7/2000, de 3 de fevereiro (estabelece os princípios a que deve obedecer o projeto, a construção, a exploração e a manutenção do sistema de abastecimento de gases combustíveis canalizados); - Decreto-Lei nº 109/94, de 26 de abril, alterado pela Lei nº 82/2017, de 18 de agosto (regulamenta o acesso e exercício das atividades de prospeção, pesquisa, desenvolvimento, e produção de petróleo nas áreas disponíveis da superfície emersa do território nacional, das águas interiores, do mar territorial e da plataforma continental, bem como a realização de estudos de avaliação prévia do potencial interesse no referido exercício de atividade). - Decreto-Lei nº 152/94, de 26 de maio (define o regime jurídico da implantação e exploração de oleodutos e gasodutos para o transporte de gás petróleo liquefeito (GPL) e ou de produtos refinados, com exceção do gás natural. São aplicáveis às servidões destinadas à implantação e exploração

	<p>de oleodutos/gasodutos objeto de reconhecimento de interesse público as disposições sobre o regime das servidões de gás natural e respetiva indemnização);</p> <p>- Decreto-Lei nº 124/97 de 23 de maio (Estabelece as disposições relativas à aprovação do Regulamento das Instalações de Armazenagem de Gases de Petróleos Liquefeitos (GPL) com Capacidade não Superior a 200 m³ por Recipiente, do Regulamento de Segurança Relativo à Construção, Exploração e Manutenção dos Parques de Garrafas de Gases de Petróleo Liquefeitos (GPL) e do Regulamento Relativo à Instalação de Aparelhos a Gás com Potências Elevadas, bem como à sua fiscalização)</p> <p>- Decreto-Lei nº 125/97 de 23 de maio (define as regras aplicáveis ao projeto, à construção, à exploração técnica e à segurança das redes e ramais de distribuição de gases combustíveis da 3.ª família, usualmente designados por gases de petróleo liquefeitos (GPL)).</p> <p>- Portaria 131/2002, de 9 de fevereiro, alterado pela Portaria nº 362/2005 de 4 de abril (aprova o Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis);</p> <p>- Portaria nº 451/2001 de 5 de maio (Aprova o Regulamento de Segurança Relativo à Construção, Exploração e Manutenção dos Parques de Garrafas de Gases de Petróleo Liquefeitos (GPL)).</p> <p>- Portaria nº 460/2001 de 8 de maio, (Aprova o Regulamento de Segurança das Instalações de Armazenagem de Gases de Petróleo Liquefeitos (GPL) com Capacidade até 200 m³ por Recipiente.)</p> <p>- Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 389/2007, de 30 de novembro, 31/2008, de 25 de fevereiro, 195/2008, de 6 de outubro e 217/2012, de 9 de outubro (estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos), conjugado com a Portaria nº 1188/2003, de 10 de outubro, alterada pela Portaria nº 1515/2007, de 30 de novembro;</p> <p>- Portaria n.º 765/2002, de 1 de julho (Regulamento de Segurança Relativo ao Projeto, Construção, Exploração e Manutenção de Oleodutos de Transporte de Hidrocarbonetos Líquidos e Liquefeitos. A realização de trabalhos na faixa de servidão do oleoduto carece de apreciação técnica pela entidade responsável pela exploração do oleoduto e de autorização prévia da entidade licenciadora, a qual deverá dar o seu assentimento ao método de realização dos trabalhos, podendo impor as condições que considerar necessárias para manter a segurança do oleoduto - artigo 45º).</p> <p>- Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 244/2015, de 18 de outubro (estabelece as bases gerais da organização e funcionamento do Sistema Petrolífero Nacional (SPN), bem como as disposições gerais aplicáveis ao exercício das atividades de armazenamento, transporte, distribuição, refinação e comercialização e à organização dos mercados de petróleo bruto e de produtos de petróleo).</p>
L - Instalações elétricas	<p>- D.L. 26/2006, de 15 de fevereiro e DL 172/2006, de 23 de agosto, com as alterações introduzida pelo DL 215-A/2012, de 8 de outubro DL 215-B/2012, de 8 de outubro, onde se estabelecem as bases do sistema elétrico nacional;</p> <p>- D.L. 43 335/60 de 19 de novembro;</p> <p>- D.L. 26 852/36, de 30 de julho (Regulamento de licenças de instalações elétricas);</p>

Características da servidão administrativa

Áreas/servidões sujeitas a parecer da DGE	Caracterização
A-Águas Minerais Naturais	<p>"Consideram-se águas minerais naturais as águas bacteriologicamente próprias, de circulação subterrânea, com particularidades físico-químicas estáveis na origem dentro da gama de flutuações naturais, de que podem resultar eventuais propriedades terapêuticas ou efeitos favoráveis à saúde, (alínea b) do art.º 2º da Lei nº 54/2015, de 22 de junho. A exploração das águas minerais naturais deve desenvolver-se no âmbito de um perímetro de proteção, fixado com base em estudos hidrogeológicos, destinado a garantir a disponibilidade e características da água, bem como as condições para uma adequada exploração. (art.ºs 46, 47a e 48º da Lei nº 54/2015, de 22 de junho, e art.º 27a do Decreto-Lei nº 86/90, de 16 de março)."</p>
B-Recursos Geotérmicos	<p>"Consideram-se recursos geotérmicos, os fluidos e as formações geológicas do subsolo, cuja temperatura é suscetível de aproveitamento económico, (alínea o) do art.º 2º da Lei nº 54/2015, de 22 de junho. A servidão ou restrição de utilidade pública decorre assim da existência de uma concessão de recurso geotérmico, atribuída por contrato a um bem público integrado no domínio público do Estado (art.º S3.º e ss. e nº 5 do art.º 62.º da Lei nº 54/2015)."</p>

C- Águas Minero-industriais	<p>“Consideram-se águas minero-industriais, as águas de circulação subterrânea que permitem a extração económica de substâncias nelas contidas (alínea c) do art.º 2º da Lei n.º 54/2015, de 22 de junho.</p> <p>A servidão ou restrição de utilidade pública decorre assim da existência de uma concessão de recurso geotérmico, atribuída por contrato a um bem público integrado no domínio público do Estado (art.º 53.º e ss. e n.º 5 do art.º 62.º da Lei n.º 54/2015).”</p>
D - Águas de Nascente	<p>“Consideram-se águas de nascente, as águas de circulação subterrânea, bacteriologicamente próprias, que não apresentam características necessárias à qualificação como águas minerais naturais, desde que na origem se conservem próprias para beber. (alínea a) do art.º 2º da Lei n.º 54/2015, de 22 de junho.</p> <p>As águas de nascente são bens do domínio privado, podendo ser objeto de atribuição da respetiva licença de exploração para fins de engarrafamento. (Art.º 4º do Decreto-Lei nº 84/90, de 16 de março).</p> <p>Não existem servidões ou restrições de utilidade pública decorrentes da atividade de exploração das águas de nascente, salvo se for fixado um perímetro de proteção, o que, até à presente data não foi fixado nenhum (nº 4 do Art.º 46º da Lei nº 54/2015, de 22 de junho.”</p>
E - Depósitos Minerais (concessões mineiras / minas)	<p>“Consideram-se como depósitos minerais quaisquer ocorrências minerais que, pela sua raridade, alto valor específico ou importância na aplicação em processos industriais das substâncias nelas contidas, se apresentam com especial interesse económico (art.º 1º e 2º da Lei n.º 54/2015 e art.º 3º do DL n.º 88/90). Os depósitos minerais são bens do domínio público do Estado, podendo ser objeto de direitos de avaliação prévia, de prospeção e pesquisa, de exploração experimental ou de exploração mediante a celebração de contratos (art.º nº 2 da Lei nº 54/2015 e art.º 8º, 20º e 21º. do DL n.º 88/90.”</p>
F - Jazigos e Ocorrências de Urânio	<p>“As áreas onde constem jazigos e ocorrências de urânio, deverão ter em conta a especificidade destes, devendo ser considerado o princípio da precaução evitando que os locais onde estão identificadas essas ocorrências venham a ser ocupados com construções e pessoas, pelo que, na medida do possível, deverá defender-se a manutenção das restrições de ocupação por desconhecimento dos níveis de radioatividade, atendendo em especial, aos usos urbanos.</p> <p>A ocupação destas áreas deverá ter em conta a salvaguarda das populações relativamente a eventuais efeitos de radiações e ainda o interesse na preservação desta matéria-prima estratégica, não sendo de admitir a construção de edificações ou de equipamentos para outros fins que a exploração deste recurso geológico, salvo em casos excecionais, ou quando não seja possível outra alternativa. Tendo em conta o princípio da precaução, enquanto estruturante das questões ambientais, consideramos que estas áreas radioativas deverão incluir-se no quadro das servidões e restrições de utilidade pública.”</p>
G - Concessão para recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas	<p>“Após várias décadas de exercício da atividade mineira em Portugal, constatou-se que o exercício desta atividade gerou um passivo ambiental muito significativo, agravado, ainda, pelos riscos potenciais que a falta de um adequado processo de recuperação ambiental das áreas abrangidas pode trazer para as populações e para os ecossistemas envolventes. O reconhecimento da gravidade da situação e da urgência em encontrar meios adequados de reposição do equilíbrio ambiental de áreas sujeitas à atividade mineira, designadamente aquelas que hoje se encontram em estado de degradação e abandono, constituiu fundamento para a publicação do Decreto-lei nº 198-A/2001 de 6 de julho, que veio estabelecer o regime Jurídico de concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas. Assim, atendendo à figura da concessão para a recuperação ambiental, são diretamente enquadráveis no âmbito das servidões e restrições de utilidade pública as áreas incluídas nos projetos de recuperação das áreas mineiras degradadas(Base XVII do DL n.º 198-A/2001)”</p>
H - Bens que apresentem relevância geológica, mineira ou educativa	<p>“Os bens geológicos que apresentem relevância geológica, mineira ou educativa, com vista à sua proteção ou aproveitamento, são considerados recursos geológicos, nos termos do nº 3 do artigo nº da Lei nº 54/2015. São bens do domínio público do Estado, podendo ser objeto de direitos de avaliação prévia, de prospeção e pesquisa, de exploração experimental ou de exploração mediante a celebração de contratos (art.º 13º nº 2 da Lei nº 54/2015).”</p> <p>“Os direitos sobre estes recursos com relevância geológica, mineira ou educativa são titulados por contrato.</p> <p>A servidão decorre assim da existência de um direito atribuído por contrato a um bem público integrado no domínio público do Estado e que poderá ser classificado tendo em conta a sua preservação.”</p>
I - Armazenamento Geológico de Carbono	<p>“A atribuição de direitos de pesquisa e de direitos de armazenamento dependem de atribuição de uma licença e de um contrato de concessão (art.º 12.º e ss, e art.º 17 e ss.). Atualmente não existem quaisquer direitos atribuídos sendo que qualquer pedido que venha a surgir será de imediato disponibilizado para consulta no site da DGEg. (www.dgeg.gov.pt).”</p>

J - Massas minerais (pedreiras)	<p><u>“Massas minerais</u> - as rochas e ocorrências minerais não qualificadas legalmente como depósitos minerais (art.º 2, alínea n) do DL n.º 270/2001 e art.º 2º, alínea n) da Lei n.º 54/2015).</p> <p><u>Pedreira</u> - o conjunto formado por qualquer massa mineral objeto do licenciamento, pelas instalações necessárias à sua lavra, pela área de extração e zonas de defesa, pelos depósitos de massas minerais extraídas, estéreis e terras removidas, e bem assim, pelos seus anexos (art.º 2º, alínea p) e art.º 10º-A do DL n.º 270/2001).</p> <p>A servidão ou restrição de utilidade pública decorre da existência de licenças de pesquisa e exploração (art.º 4.º e ss. do DL n.º 270/2001) ou de um diploma legal que classifique áreas de reserva e áreas cativas (art.º 53.º e ss. e n.º 5 do art.º 62.º da Lei n.º 54/2015 e art.º 1.º, al. b) e c), e 3.º do DL n.º 70/2001) sendo possível, no site da DGEG, encontrar a implantação destas áreas.”</p>
K - Instalações de transporte, distribuição, armazenamento e abastecimento de combustíveis	<p>A servidão administrativa “gasodutos e oleodutos”, onde a competência da DGEG se insere, diz respeito ao sistema de instalação, transporte, distribuição, armazenagem e abastecimento de gasodutos e oleodutos para fins de interesse público. (DGOTDU)</p> <p>“No que respeita a informações sobre Gasodutos, Oleodutos e redes de distribuição, tendo presente que se trata de infraestruturas sensíveis, a DGEG analisa o respetivo pedido, sendo enviada posteriormente resposta, caso se verifiquem eventuais interferências com infraestruturas desta natureza.”</p>
L - Instalações elétricas	<p>“A servidão decorre da existência de concessões da rede elétrica de serviço pública (RESP) ao operador de rede de transporte (ORT), atualmente a REN, ou a Operador de rede de Distribuição (ORD), atualmente a EDP distribuição. Em regras as servidões são atribuídas para efeitos constituição de linhas elétricas de alta tensão.”</p>

Elementos instrutórios

A-Águas Minerais Naturais:

- “Planta de localização da pretensão fornecida pela Câmara Municipal e planta de localização em escala adequada (1:500, 1:1000 ou superior, e 1:25 000 ou 1:10 000), com indicação clara da pretensão e com a indicação das coordenadas geográficas (sistema ETRS89 – PT TM06) dos limites da área da operação urbanística;
- Peças desenhadas do projeto (preferencialmente em formato pdf);
- Memória descritiva e justificativa com o devido enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis, em termos de ordenamento e condicionantes existentes;
- Descrição de toda a pretensão (incluindo demolições, alterações, remodelações, construções);
- Descrição das escavações e fundações com indicação da profundidade prevista;
- Informação sobre a existência ou não de redes de abastecimento municipal e saneamento básico (águas residuais e águas pluviais) no local. Esta indicação pode ser fornecida pela própria Câmara Municipal (ou SMAS) no ofício com o pedido de parecer;
- Origem do abastecimento de água à pretensão e drenagem de águas residuais. No caso das águas residuais irem para uma fossa, deve ser fornecida informação técnica sobre a fossa a instalar;
- No caso de se tratar de um processo de legalização de obras já realizadas, é indispensável a informação sobre as soluções adotadas a nível do abastecimento de água e encaminhamento de esgotos. Se existir uma fossa deve ser fornecida informação sobre as características da fossa, incluindo o projeto. Deverá ser também demonstrado o que está instalado no terreno (ex. fatura de água e saneamento recente, fatura relativa à contratação dos SMAS/empresa licenciada para a limpeza de fossa e encaminhamento de lamas).”

B a K:

- “Planta de localização da pretensão fornecida pela Câmara Municipal e planta de localização em escala adequada (1:500, 1:1000 ou superior, e 1:25 000 ou 1:10 000), com indicação clara da pretensão e com a indicação das coordenadas geográficas (sistema ETRS89 – PT TM06) dos limites da área da operação urbanística;
- Memória descritiva e justificativa com o devido enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis, em termos de ordenamento e condicionantes existentes;
- Peças desenhadas do projeto (preferencialmente em formato pdf).”

L - Instalações elétricas:

- “A documentação exigida nos diplomas habilitantes (enquadramento legal acima descrito)
- Memória descritiva e justificativa da pretensão;
- Planta de localização da pretensão em escala adequada (1:500, 1:1000 ou superior, e 1:25 000 ou 1:10 000), em formato pdf.”

Taxas

Não aplicável.

3.2.9. Rede Elétrica- Linhas elétricas de muita alta tensão (tensão > 110Kv)

Entidade competente



Legislação aplicável

- Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro

Características da servidão administrativa

Os pareceres incidem sobre linhas elétricas de alta tensão com manutenção de distâncias de segurança, designadamente a edifícios, ao solo, a árvores, etc:

Tensão Nominal (kV)	150	220	400
Solo	6.8	7.1	(8
Árvores	3.1	3.7	5
Edifícios	4.2	4.7	6
Estradas	7.8	8.5	10.3
Vias-férreas eletrificadas	13.5	14	16
Vias-férreas não eletrificadas	7.8	8.5	10.3
Outras linhas aéreas	4 (a)	5 (a)	7 (a)

(a) Considerando o ponto de cruzamento a 300 m do apoio mais próximo. A distância será diferente se aquela distância ao apoio for outra.

(Valores em metros)

Figura 34. Tensão nominal (kV) – REN

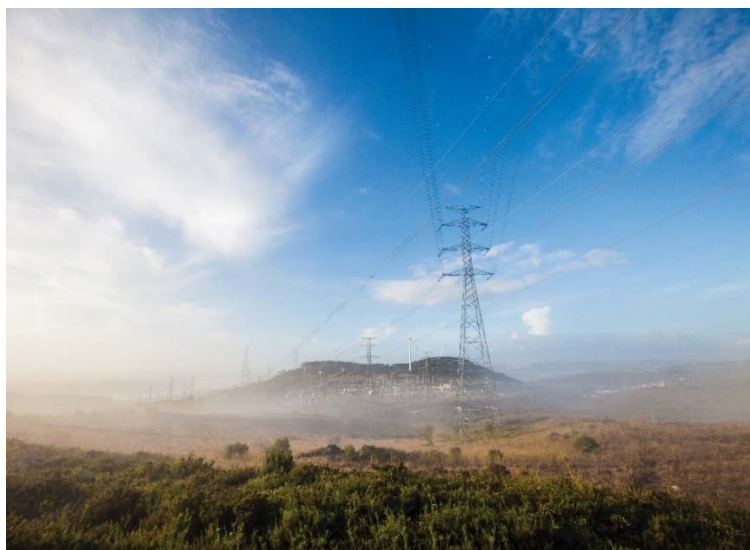


Figura 35. Linhas de muito alta tensão | Servidão administrativa da REN. Fonte: Sítio da REN

Elementos instrutórios

- Memória descritiva e justificativa da atividade a desenvolver na zona da interferência com a RNT;
- Planta de localização à escala 1:25.000 (de preferência sobre carta militar);
- Planta / perfil à escala adequada (desejavelmente 1: 500) georreferenciado no sistema de unidades ETRS89tm06 para verificação do cumprimento das distâncias de segurança.

Para este efeito, poderá ser necessário o levantamento de dados altimétricos e planimétricos da linha a realizar por técnicos da REN.

Taxas

Não aplicável.

3.2.10. Servidão Aeronáutica

Entidade competente



Legislação aplicável

- D.L. n.º 40/2015, de 16 de março (alíneas ii) e jj do n.º 3 do Art.º 4)
- D.L. n.º 45987, de 22 de outubro de 1964

(O restante ordenamento jurídico aplicável referentes a servidões aeronáuticas encontra-se em <http://www.anac.pt/vPT/Generico/ServidoesAeronauticas/Paginas/Servidoesaeronauticas.aspx>)

Características da servidão administrativa

As zonas confinantes com aeródromos civis e instalações de apoio à aviação civil estão sujeitas a servidão aeronáutica tendo em vista garantir a segurança e eficiência da utilização e funcionamento dessas instalações, com a proteção das pessoas e bens à superfície (art.º 1 e 2º do D.L. n.º 45 987), não obstante, acrescem as que se localizem nas proximidades de servidões aeronáuticas, bem como as que, em qualquer local, se possam considerar obstáculos artificiais à navegação aérea, e de que são exemplo as linhas aéreas de transporte de energia, os aerogeradores, as torres de telecomunicações, antenas, entre outros.



Figura 36. Aeródromo Bissaya Barreto, Coimbra | **Servidão aeronáutica**

Elementos instrutórios

- Localização da pretensão;
- Valores das cotas absolutas de implantação e máximas a atingir pelas construções;
- Materiais a aplicar (o uso de revestimentos metálicos pode comprometer a qualidade dos sinais das rádios-ajuda);
- Memória descritiva;

Nota: Os documentos deverão ter o formato "pdf", "dwf", "dwfx" ou "dwg"

Taxas

Não aplicável.

3.2.11. Estabelecimentos industriais: tipos 1 e 2



Legislação aplicável

- Decreto-Lei n.º 169/2012 de 1 de agosto
- Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de junho.

Características da servidão administrativa

O IAPMEI, I.P. - Agência para a Competitividade e Inovação tem a competência de coordenar o licenciamento dos estabelecimentos industriais, tipos 1 e 2, assegurando em paralelo a monitorização e a coordenação da implementação do Sistema de Indústria Responsável (SIR). Os mesmos classificam-se através do D.L. nº 169/2012, art.º 11, pontos 1 a 3, transcrito de seguida:

“1 - Os estabelecimentos industriais classificam-se, em função do grau de risco potencial inerente à sua exploração, para a pessoa humana e para o ambiente, em três tipos.

2 - São incluídos no tipo 1 os estabelecimentos cujos projetos de instalações industriais se encontrem abrangidos por, pelo menos, um dos seguintes regimes jurídicos:

- a) O RJAIA;
- b) O RJPCIP;
- c) O RPAG.

3 - São incluídos no tipo 2 os estabelecimentos industriais não incluídos no tipo 1, desde que abrangidos por pelo menos um dos seguintes regimes jurídicos ou circunstâncias:

- a) Potência elétrica contratada igual ou superior a 99 kVA;
- b) Potência térmica superior a 12×10^6 (elevado a 6) kJ/h;
- c) Número de trabalhadores superior a 20;
- d) Necessidade de obtenção de TEGEE;
- e) Necessidade de obtenção de alvará ou parecer para operações de gestão de resíduos, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelos Decretos-Leis n.ºs 183/2009, de 10 de agosto, e 73/2011, de 17 de junho."

Elementos instrutórios

- Aprovação do projeto de arquitetura
- ou
- Informação prévia favorável.

Taxas

Não aplicável.

3.2.12. Áreas classificadas - Áreas protegidas, Rede Natura 2000, ZPE e ZEC

Entidade competente



Legislação aplicável

- Decreto de 24 de dezembro de 1901, Decreto de 24 de dezembro de 1903 e legislação complementar: regime florestal;
- D.L. n.º 173/88, de 17 de maio e D.L. n.º 174/88, de 17 de maio: corte ou arranque de árvores florestais;
- D.L. n.º 423/89, de 4 de dezembro: proteção ao azevinho espontâneo;
- D.L. n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo D.L. n.º 155/2004, de 30 de junho: proteção do sobreiro e da azinheira;
- Portaria n.º 1140/2006, de 25 de outubro, com a redação dada pelo Despacho n.º 5802/2014, de 2 de maio: define as especificações técnicas em matéria de DFCI a observar na instalação e funcionamento de equipamentos florestais e recreio inseridos no espaço rural;
- Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro: regime jurídico da classificação de arvoredos de interesse público;
- Portaria n.º 124/2014, de 24 de junho, regulamenta a Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro: determinando os critérios da classificação e desclassificação de arvoredos de interesse

público, tramitação dos correspondentes procedimentos, incluindo as formalidades das comunicações inerentes, e o modelo de funcionamento do RNAIP (Registo Nacional do Arvoredo de Interesse Público);

- D.L. n.º 95/2011, de 8 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 30-A/2011, de 7 de outubro, e alterado pelo D.L. n.º 123/2015, de 3 de julho: estabelece medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do nemátodo da madeira do pinheiro.

- D.L. n.º 142/2008, de 24 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 53-A/2008, de 22 de setembro, e alterado pelo D.L. n.º 242/2015, de 15 de outubro - Regime jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

- D.L. n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelo D.L. n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, e pelo D.L. n.º 156-A/2013, de 8 de novembro: revê a transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril (relativa à conservação das aves selvagens), e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio (relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens) - Rede Natura 2000;

- D.L. n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, nas seguintes situações:

- Construção de novos edifícios ou a ampliação de edifícios existentes fora das áreas edificadas consolidadas, nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida em PMDFCI como de média, baixa e muito baixa perigosidade.
- Construção de novos edifícios ou o aumento da área de implantação de edifícios existentes, destinados exclusivamente ao turismo de habitação, ao turismo no espaço

rural, à atividade agrícola, silvícola, pecuária, aquícola ou atividades industriais conexas e exclusivamente dedicadas ao aproveitamento e valorização dos produtos e subprodutos da respetiva exploração

Características da servidão administrativa

As áreas classificadas como áreas protegidas constituem a Rede Nacional de Áreas Protegidas que integra o Sistema Nacional de Áreas Classificadas da Rede Fundamental de Conservação da Natureza, enquanto a Rede Natura 2000 engloba as áreas classificadas como zonas especiais de conservação (ZEC) e as áreas classificadas como Zonas de Proteção Especial (ZPE).

Estes IGT aplicáveis nestas zonas protegidas garantem a conservação dos habitats de populações das espécies em função dos quais as referidas zonas foram classificadas.

Deste modo, as ações como a construção de novos edifícios ou a ampliação de edifícios existentes nas condições referidas no artigo 16.º do D.L. n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, carecem de parecer vinculativo ao ICNF.



Figura 37. Parque Natural de Serras de Aire e Candeeiros | Fonte: patiodovale.com/pt

Elementos instrutórios

1. Operações de loteamento

- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação;
- Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, caso exista e esteja em vigor, ou indicação do respetivo procedimento administrativo, acompanhada de declaração dos autores e coordenador dos projetos de que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do RJUE, se o requerente estiver a exercer a faculdade prevista no n.º 6 do artigo 4.º do RJUE;
- Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos, incluindo o de loteamento e os projetos de obras de urbanização, e pelo coordenador do projeto, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- Planta da situação existente, à escala de 1:1.000 ou superior, correspondente ao estado e uso atual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com indicação dos valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública e infraestruturas existentes;
- Planta de síntese do loteamento, à escala de 1:1.000 ou superior, indicando, nomeadamente, a modelação proposta para o terreno, a estrutura viária, as redes de abastecimento de água e de saneamento, de energia elétrica, de gás e de condutas destinadas à instalação de infraestruturas de telecomunicações, a divisão em lotes e sua numeração, finalidade, áreas de implantação e de construção, número de pisos acima e abaixo da cota de soleira e número de

fogos, com especificação dos destinados a habitações a custos controlados, quando previstos, e a localização dos equipamentos e das áreas que lhes sejam destinadas, bem como das áreas para espaços verdes e de utilização coletiva;

- Planta com identificação das áreas de cedência para o domínio municipal, a qual será vertida para a planta do cadastro predial a apresentar após a conclusão da operação;
- Simulação virtual tridimensional, nos casos em que seja exigida discussão pública;

2. Obras de urbanização

- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação;
- Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, caso exista e esteja em vigor, ou indicação do respetivo procedimento administrativo, acompanhada de declaração dos autores e coordenador dos projetos de que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do RJUE, se o requerente estiver a exercer a faculdade prevista no n.º 6 do artigo 4º do RJUE;
- Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos e coordenador do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- Planta da situação existente, à escala de 1:1.000 ou superior, correspondente ao estado e uso atual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere,

com indicação dos valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública e infraestruturas existentes;

- Projetos de especialidades que integrem a obra, designadamente, infraestruturas viárias, redes de abastecimento de águas, esgotos e drenagem, de gás, de eletricidade, de telecomunicações, arranjos exteriores, contendo cada projeto memória descritiva e justificativa, bem como os cálculos, se for caso disso, e as peças desenhadas, em escala tecnicamente adequada, e os respetivos termos de responsabilidade dos técnicos autores dos projetos;
- Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos;
- Estimativa do custo total da obra e custo por especialidades, baseado em quantidades e qualidades dos trabalhos necessários à sua execução, devendo ser adotadas as normas europeias e portuguesas em vigor ou as especificações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

3. Obras de edificação, para efeitos de aprovação do projeto de arquitetura

- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação;
- Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, caso exista e esteja em vigor, ou indicação do respetivo procedimento administrativo, acompanhada de declaração dos autores e coordenador dos projetos de que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do RJUE, se o requerente estiver a exercer a faculdade prevista no n.º 6 do artigo A.º do RJUE;

- Caso a operação seja abrangida por operação de loteamento e o procedimento adotado for o do licenciamento nos termos do n.º 6 do artigo 4.º do RJUE, indicação do respetivo procedimento administrativo;
- Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos e coordenador do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- Projeto de arquitetura, incluindo:
 - o Plantas à escala de 1:50 ou de 1:100 contendo as dimensões e áreas e utilizações de todos os compartimentos, bem como a representação do mobiliário fixo e equipamento sanitário;
 - o Alçados à escala de 1:50 ou de 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, bem como as construções adjacentes, quando existam;
 - o Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:50 ou de 1:100 abrangendo o terreno, com indicação do perfil existente e o proposto, bem como das cotas dos diversos pisos, da cota de soleira e dos acessos ao estacionamento;
 - o Pormenores de construção, à escala adequada, esclarecendo a solução construtiva adotada para as paredes exteriores do edifício e sua articulação com a cobertura, vãos de iluminação/ventilação e de acesso, bem como com o pavimento exterior envolvente;
 - o Discriminação das partes do edifício correspondentes às várias frações e partes comuns, valor relativo de cada fração, expressa em percentagem ou permilagem, do valor total do prédio, caso se pretenda que o edifício fique sujeito ao regime da propriedade horizontal.
 - o Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos;

- o Estimativa do custo total da obra;
- o Fotografias do imóvel.

4. Obras de demolição

- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação;
- Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, caso exista e esteja em vigor, ou indicação do respetivo procedimento administrativo, acompanhada de declaração dos autores e coordenador dos projetos de que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17º do RJUE, se o requerente estiver a exercer a faculdade prevista no n.º 6 do artigo 4.º do RJUE;
- Caso a operação seja abrangida por operação de loteamento, indicação do respetivo procedimento administrativo;
- Descrição da utilização futura do terreno;
- Indicação do local de depósito dos entulhos;
- Projetos de especialidades necessários à execução dos trabalhos, incluindo o projeto de estabilidade ou de contenção de construções adjacentes e termos de responsabilidade dos seus autores;
- Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos;
- Estimativa do custo total da obra;
- Termos de responsabilidade assinados pelo diretor de fiscalização de obra e pelo diretor de obra;

- Número do alvará, ou de registo, ou número de outro título habilitante emitido pelo ICNFI, I. P. que confira habilitações adequadas à natureza ou valor da obra.

5. Trabalhos de remodelação de terrenos

- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação;
- Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, caso exista e esteja em vigor, ou indicação do respetivo procedimento administrativo, acompanhada de declaração dos autores e coordenador dos projetos de que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do RJUE, se o requerente estiver a exercer a faculdade prevista no n.º 6 do artigo 4.º do RJUE;
- Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos e coordenador do projeto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Projetos de especialidades necessários à execução dos trabalhos;
- Projeto de execução dos trabalhos;
- Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos;
- Estimativa do custo total da obra.

Os POAP definem supletivamente outros elementos instrutórios, nomeadamente:

- Projeto de arranjos exteriores, com vista ao enquadramento paisagístico, à estabilização de terras, à redução dos impactes visuais negativos, bem como à manutenção do coberto vegetal e da arborização existentes nas áreas envolventes;
- Projeto de especialidade que contemple soluções adequadas para o abastecimento de água, drenagem, tratamento e destino final das águas residuais e a remoção e tratamento dos resíduos sólidos;
- Medidas cautelares necessárias para minimizar as perturbações ambientais e reduzir os impactes negativos correspondentes.

Taxas

Não aplicável.

3.2.13. Domínio Público Marítimo

Entidade competente



Legislação aplicável

- Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água)
- Regime jurídico de utilização dos recursos hídricos (D.L. n.º 226-A/2007, de 31 de maio).

Características da servidão administrativa

Esta servidão consiste na proteção de zonas de domínio público hídrico, relativamente a operações que consistem em usos privativos nessas áreas, sendo estas sujeitas a licença ou concessão.

Considera-se uso privativo quando:

- Com essa utilização alguém obtém para si um maior aproveitamento desses recursos do que a generalidade dos utentes ou;
- Se essa utilização implicar alteração no estado quantitativo, químico ou ecológico dos mesmos recursos ou colocar esse estado em perigo.



Figura 38. Porto da Figueira da Foz | Fonte: <http://figueira.tv>

Elementos instrutórios

- Portaria n.º 1450/2007, de 12 de novembro.

1 - Os pedidos de emissão de título de utilização de recursos hídricos são instruídos com os seguintes elementos:

- a) Identificação do requerente e a indicação do seu número de identificação fiscal;
- b) Identificação detalhada da utilização pretendida;
- c) A indicação exata do local pretendido, com recurso às coordenadas geográficas;
- d) Descrição detalhada da utilização, incluindo, no caso de pedido de emissão de licença ou de concessão, os elementos constantes do anexo i à presente portaria, e que dela faz parte integrante, que sejam respetivamente aplicáveis à utilização em causa.

2 - A comunicação prévia de início de utilização é instruída com os seguintes elementos:

- a) Identificação do utilizador e a indicação do seu número de identificação fiscal;
- b) Identificação e descrição da utilização;
- c) A indicação exata do local, com recurso às coordenadas geográficas.

3 - Do anúncio referido na alínea a) do no n.º 3 do artigo 21.º do D.L. 226-A/2007, de 31 de maio, constam, entre outros considerados relevantes pela autoridade competente, os seguintes elementos:

- a) Objeto e características da utilização;
- b) Valor de base, quando aplicável;
- c) Valor da renda, quando aplicável;
- d) Critérios e fatores de adjudicação, por ordem decrescente de importância;
- e) Composição do júri de apreciação das propostas;
- f) Modo e prazo de apresentação das propostas, nomeadamente o endereço e a designação do serviço de receção de propostas, com indicação do respetivo horário de funcionamento;
- g) Documentos que acompanham as propostas e elementos que devem ser indicados nas propostas;
- h) No caso de extração de inertes, as áreas abrangidas, o volume de inertes a extrair e o destino final, com indicação dos volumes a restituir ao domínio hídrico ou suscetíveis de comercialização.

4 - O título de utilização de autorização emitido pela autoridade competente contém:

- a) A identificação do titular;
- b) A indicação da finalidade da utilização;
- c) A localização exata da utilização;
- d) A taxa de recursos hídricos devida, de acordo com a lei em vigor;
- e) Os demais elementos constantes do anexo ii à presente portaria, e que dela faz parte integrante, que sejam respetivamente aplicáveis à utilização em causa.

5 - O título de utilização de licença emitido pela autoridade competente contém:

- a) A identificação do titular;
- b) A indicação da finalidade da utilização;

- c) A localização exata da utilização;
 - d) O prazo da licença;
 - e) Os componentes de incidência da taxa de recursos hídricos devida, nos termos da lei em vigor;
 - f) Os demais elementos constantes do anexo ii à presente portaria que sejam respetivamente aplicáveis à utilização em causa.
- 6 - O contrato de concessão de utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público dispõe, entre outras matérias a acordar entre as partes, sobre:
- a) Objeto da concessão;
 - b) Direitos e deveres das partes contratantes;
 - c) Duração da concessão;
 - d) Construção de infraestruturas;
 - e) Bens e meios afetos à concessão e propriedade dos mesmos;
 - f) Inventário do património da concessão;
 - g) Condições financeiras;
 - h) Modo e prazo de revisões periódicas;
 - i) Valor da renda, nos casos aplicáveis;
 - j) Componentes de incidência da taxa de recursos hídricos, nos termos da lei em vigor;
 - l) Os demais elementos constantes do anexo ii à presente portaria que sejam respetivamente aplicáveis à utilização em causa.
- 7 - O relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 41.º do D.L. n.º 226-A/2007, de 31 de maio, contém os seguintes elementos:
- a) Localização da obra de captação, com indicação das coordenadas geográficas;
 - b) Indicação do número do processo de licenciamento;
 - c) Datas de início e conclusão dos trabalhos;

- d) Profundidades, diâmetros e métodos de perfuração utilizados;
- e) Profundidades, diâmetros e natureza dos materiais de revestimento utilizados;
- f) Tipos, posição e material dos tubos ralos;
- g) Profundidades dos níveis estático e dinâmico e respectivos caudais;
- h) Profundidade aconselhada para a colocação do sistema de extração;
- i) Posição, granulometria e natureza do maciço filtrante e outros preenchimentos do espaço anelar;
- j) Procedimento do ensaio de desenvolvimento com indicação do número de horas de ensaio;
- l) Caudal e regime de exploração recomendados;
- m) Análise química e bacteriológica da água captada;
- n) Tabela dos valores medidos nos ensaios de caudal e determinação dos parâmetros hidráulicos;
- o) Observações quanto aos cuidados a tomar nas explorações das captações para se evitar o envelhecimento prematuro da obra;
- p) Desenho relativo a:
 - i) Corte litológico dos terrenos atravessados, indicando as profundidades dos mesmos;
 - ii) Perfuração efetuada, referindo diâmetros e profundidades;
 - iii) Profundidades e diâmetros da tubagem de revestimento;
 - iv) Posição dos tubos ralos;
 - v) Preenchimento do espaço anelar (maciço filtrante, isolamentos e cimentações);
- q) Outros elementos colhidos durante os trabalhos;
- r) Constrangimentos ocorridos durante a obra.

Taxas

Não aplicável.

3.2.14. Obras de aproveitamento agrícola

3.2.14.1. Aproveitamentos hidroagrícolas dos tipos I, II e III



Legislação aplicável

- D.L. n.º 269/82, de 10 de julho, com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 86/2002, de 6 de abril e D.L. n.º 169/2005, de 26 de Setembro;
- DR n.º 84/82, de 4 de novembro;
- DR n.º 86/82, de 12 de novembro;
- D.L. n.º 69/92, de 27 de abril;
- DR n.º 2/93, de 3 de fevereiro;
- Portaria n.º 1473/2007, de 15 de novembro, alterada pela Portaria n.º 1001/2009, de 8 de setembro

Características da servidão administrativa - Aproveitamentos hidroagrícolas dos tipos I, II e III

Esta servidão visa acautelar a conservação e exploração das obras de aproveitamentos hidroagrícolas.

A implementação da agricultura de regadio contribui não só para a criação de riqueza, mas também para a dinamização do espaço rural, proporcionando melhoria da qualidade de vida e de trabalho das populações, numa perspetiva de bem-estar social e sustentabilidade ambiental. Por outro lado, na estratégia de desenvolvimento rural da região Centro tem sido reconhecido que o fornecimento de água em qualidade e regularidade é fator de competitividade e que as áreas de regadio são zonas privilegiadas para a produção de bens transacionáveis de qualidade, assumindo-se como polos de implementação de culturas associadas às fileiras estratégicas regionais.

Em função da sua importância os Aproveitamentos Hidroagrícolas classificam-se em diferentes grupos.

Na Região Centro existem, entre outros, grandes aproveitamentos, com interesse estratégico regional, de iniciativa estatal, cujos beneficiários estão obrigatoriamente organizados em Associações de Beneficiários, como são os A. H. do Baixo Mondego, Baixo Vouga, Lis, Cova da Beira e Idanha.

Elementos instrutórios

Nº Exemplares	Elementos / Documentos a Anexar ao Requerimento
1	Fotocópia do Cartão de Cidadão ou, do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte, válidos (nos requerimentos individuais)
1	Fotocópia da escritura de constituição da sociedade, quando aplicável
1	Certidão da Conservatória do Registo Predial (CRP) das descrições e inscrições em vigor, com menos de 6 meses;
1	Certidão da Repartição de Finanças, com a descrição de todos os prédios rústicos, mistos e urbanos inscritos em nome do requerente e do cônjuge, com menos de 1 ano, no concelho em causa
1	Cadernetas Prediais Rústicas e Urbanas
1	Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação requerida (escritura de compra e venda, contrato de arrendamento, declaração de autorização dos com-proprietários, etc.) devidamente autenticados (se o requerente não for o sujeito ativo da certidão da CRP)
1	Documentos com a descrição da exploração agrícola, entre outros, identificação das parcelas/prédios que constituem a exploração agrícola, com a localização, áreas e ocupação cultural (cópias dos elementos P1 e P3 sistema parcelar do IFAP), destino dos produtos obtidos, identificação do parque de máquinas próprio, plano de gestão e justificação da indispensabilidade da pretensão, localização e respetiva área no âmbito da gestão da exploração.
1	Comprovativo de atividade agrícola (exemplos de documentos: declaração de início/cessação de atividade (Serviço de Finanças), prova de titularidade/compra de máquinas e alfares agrícolas, cartão de beneficiário gasóleo agrícola atual, sócio de associação de produtores (quota em dia), certificado emitido pela DRAP comprovativa da atividade agrícola)
1	Projeto de construção que inclua a seguinte informação: ⁽¹⁾
2	Memória descritiva e Justificativa - descrição e justificação do projeto, fundamentando a localização da pretensão em área beneficiada pelo Aproveitamento Hidroagrícola, sem alternativa viável fora da mesma, no que respeita às componentes técnica, económica ou ambiental
2	Planta de enquadramento/localização, à escala 1/25 000, assinalando devidamente o local (extrato da carta militar) ⁽²⁾
1	Extrato da carta da RAN em vigor com legenda ⁽²⁾ , assinalando devidamente o local
1	Extrato da Carta(s) de Condicionantes em vigor, incluindo a REN, com legenda ⁽²⁾ assinalando devidamente o local
1	Extrato da Planta de Ordenamento dos Planos Municipais de Ordenamento do Território em vigor (PDM, PU ou PP), com legenda ⁽²⁾ assinalando devidamente o local
2	Plantas de implantação (existente, alteração e proposta), à escala adequada à dimensão do prédio e à natureza da pretensão (1/1 000, 1/2 000, 1/5 000) delimitando devidamente o prédio e a área de implantação de todas as utilizações existentes e propostas, indicando os respetivos usos e áreas.
1	Licença de construção e Licença de utilização, complementadas com plantas do projeto aprovado/telas finais, autenticadas pela Câmara Municipal, incluindo uso e áreas iniciais (quando se trate de construção existente a reconstruir/recuperar) ⁽²⁾
1	Extrato da Planta Predial e das infraestruturas do Aproveitamento Hidroagrícola, com a delimitação do prédio ⁽³⁾

⁽¹⁾ a adaptar em função do tipo de projeto

⁽²⁾ a obter na Câmara Municipal

⁽³⁾ a obter na Associação de Regantes e Beneficiários, entidade gestora do Aproveitamento Hidroagrícola respetivo

Nota: Podem ser pedidos outros elementos/documentos considerados necessários à emissão de parecer ao processo

No caso de charcas e outras estruturas de armazenamento para fins agrícolas, deve o processo ser instruído com os documentos constantes em Anexo próprio.

Ex^{ma}. Senhor
Diretor-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Av. Afonso Costa nº 3
1949-002 LISBOA

Pedido de Parecer

(Artigo 95º do Decreto-Lei nº 269/82, de 10 de julho, na
redação dada pelo Decreto-Lei nº 86/2002, de 6 de abril)

Identificação do Requerente

Nome/Designação

Domicílio/Sede (avenida/rua)

Código Postal - Localidade

NIF/NIPC CC/BI Data de Validade (dd-mm-aaaa)

Estado Civil Agregado Familiar ¹ Profissão

Telefone Telemóvel Fax

Endereço Eletrónico

Na qualidade de ² do prédio:

denominado

sito em

Freguesia de

descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº , e inscrito ou participado na
matriz predial sob o(s) artigo(s) nº , da secção cadastral da Freguesia de
, Concelho de
, com a área:

Total m²; Coberta m²; Descoberta m².

Forma de aquisição do prédio: Data da aquisição (dd-mm-aaaa)

O prédio está inserido na área beneficiada pelo Aproveitamento Hidroagrícola de

identificado com o nº ou NPP ³ , carta nº , Bloco de Rega ,
Hidrante nº , Boca de Rega , Ligado

O interessado / requerente é: de outros prédios (rústicos, urbanos ou mistos).

1 Nº de pessoas do agregado familiar

2 Juntar documento comprovativo da qualidade identificada (ex. Contrato de ...).

3 NPP — Número de prédio ou parcela no registo predial do A. H.. Dado a obter junto da Associação de Regantes e Beneficiários.

Objeto do pedido

Vem requerer a V. Ex^a, ao abrigo do Artigo 95º do Decreto-Lei nº 269/82, de 10 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 86/2002, de 6 de abril, parecer sobre a utilização do prédio / parcela do prédio beneficiado acima identificado, demarcada na planta anexa e com área de implantação de (m²) e área de construção de (m²) para efeitos de (descrição e justificação sumária da pretensão):

Pede deferimento,

Assinatura ⁴ _____

Dia de Mês de

Junta: Documentos constantes da [lista anexa](#).

⁴ Se não for o próprio mas procurador, deve enviar documento legal de procuração.

Taxas

Não aplicável.

3.2.14.2. Obras de aproveitamentos agrícolas do tipo IV

Entidade competente



Legislação aplicável

- D.L. n.º 269/82, de 10 de julho, com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 86/2002, de 6 de abril e D.L. n.º 169/2005, de 26 de Setembro;
- DR n.º 84/82, de 4 de novembro;
- DR n.º 86/82, de 12 de novembro;
- D.L. n.º 69/92, de 27 de abril;
- DR n.º 2/93, de 3 de fevereiro;
- Portaria n.º 1473/2007, de 15 de novembro, alterada pela Portaria n.º 1001/2009, de 8 de setembro

Características da servidão administrativa

As obras de Aproveitamento Hidroagrícola são obras de aproveitamento de águas do domínio público para rega, drenagem, enxugo e defesa dos terrenos para fins agrícolas, que visam a intensificação sustentada da atividade agrícola na área abrangida. Estas obras estão sujeitas a um regime jurídico específico.

A implementação da agricultura de regadio contribui não só para a criação de riqueza, mas também para a dinamização do espaço rural, proporcionando melhoria da qualidade de vida e de trabalho das populações, numa perspetiva de bem-estar social e sustentabilidade ambiental. Por outro lado, na estratégia de desenvolvimento rural da região Centro tem sido reconhecido que o fornecimento de água em qualidade e regularidade é fator de competitividade e que as áreas de regadio são zonas privilegiadas para a produção de bens transacionáveis de qualidade, assumindo-se como polos de implementação de culturas associadas às fileiras estratégicas regionais.

Em função da sua importância os Aproveitamentos Hidroagrícolas classificam-se em diferentes grupos:

- Regadios coletivos de interesse local, com maior ou menor impacto coletivo, de iniciativa estatal, enquadrados inicialmente nas obras do grupo III e reclassificados no grupo IV, cujos beneficiários estão normalmente organizados em Juntas de Agricultores, como são os A. H. de Açafal, Alfaiates, Calde, Coutada/Tamujais, Mortágua, Pereiras, Porcão, entre outros;
- Regadios coletivos tradicionais, de iniciativa dos beneficiários associados normalmente em Juntas de Agricultores, isoladamente ou em conjunto com as autarquias, enquadrados nas obras do grupo IV.



Aproveitamento
Hidroagrícola da
Várzea de Calde,
concelho de Viseu



Aproveitamento
Hidroagrícola de
Pereiras, Pinheiro de
Lafões, concelho de
Oliveira de Frades



Aproveitamento
Hidroagrícola do
Porcão, Vila Nova de
Monsarros, concelho
de Anadia

Figura 39. Alguns exemplos dos aproveitamentos hidroagrícolas na Região Centro. Fonte: DRAPC

APROVEITAMENTOS HIDROGRÁFICOS DE INICIATIVA DA DRAP CENTRO, COM AS PRINCIPAIS INFRAESTRUTURAS EXECUTADAS E EM EXPLORAÇÃO

Aproveitamento Hidroagrícola	Área total do Aprov. (ha)	Nº Agríc.	Concelho	Freguesia	Linha de água	Bacia Hidrográfica	Descrição das infra-estruturas principais	Características da rede de rega		Características da barragem/albufeira				Entidade responsável pela exploração
								sistema de rega	comprim. (m)	tipo	altura (m)	volume ao NPA (x10 3m3)	fin a que se destina	
A H da Várzea de Calde	133	417	Viseu	Calde	ribeira da Várzea	Vouga	Barragem, redes de rega e drenagem, caminho e electrificação.	baixa pressão e gravidade	14.679	aterro zonado	33,5	589	rega abastecimento lazer	J. A. do Reg. da Várzea de Calde
A H. das várzeas das ribeiras da Fraga e de Mortágua	BL de Vila Moínhos	315	300	Mortágua	Sobral	ribeira da Fraga	Mondego	Barragem s/ circuito hidráulico operacional e c/ recuperação do Desvio Provisório.						J. A. das Várzeas das Rib. da Fraga e Mortágua - Bloco de Vila Moínhos
	BL da Macieira	180	200	Mortágua	Pala	ribeira de Mortágua	Mondego	Barragem						J. A. das Várzeas das Rib. da Fraga e Mortágua - Bloco da Macieira
A H de Pereiras	43	36	Oliveira de Frades	Pinheiro de Lafões	ribeira de Pereiras	Vouga	Barragem e rede de rega.	baixa pressão e gravidade	3.904	aterro zonado	15,0	120	rega	J. A. de Pereiras
A H do Porcão	60	133	Anadia	Vila Nova de Monsarros	ribeira do Porcão	Vouga (Cértima)	Barragem e rede de rega.	gravidade	2.334	aterro zonado	19,0	102	rega	J.A do Regadio de Vila Nova de Monsarros
A. H. Açafal	350	50	Vila Velha Ródão	Vila Velha Ródão	ribeira Açafal	Tejo	Barragem, estação elevatória e redes rega, drenagem e viária.	gravidade	8.198	aterro zonado	27,0	1.800	rega	J.A do Reg. de Açafal
A. H. Alfaiates	105	250	Sabugal	Alfaiates	ribeira de Alfaiates	Douro (Còa)	Barragem, estação elevatória e redes rega, drenagem e viária.	gravidade	7.151	aterro zonado	16,0	600	rega	J.A do Reg. de Alfaiates
A. H. Cerejo	470	500	Pinhel/Trancoso	Cerejo, Moimentinha	ribeiras de Cerejo e Massueime	Douro	Barragem, Sistema Elevatório, redes rega, drenagem e viária.	pressão e gravidade	44.000	aterro zonado	23,3	4.900	rega abastecimento	J. Agricultores do Cerejo
A. H. Magueija	84	230	Castelo Branco	Magueija	ribeira da Magueija	Tejo	Açude e rede de rega	gravidade	13.000	betão	15,0	90	rega	J. Agricultores da Magueija
A. H. Touluca	230	100	Idanha-a-Nova	Zebreira	ribeira Touluca	Tejo	Barragem, redes de rega, drenagem e viária e remodelação da tomada de água.	pressão	10.700	aterro zonado	14,5	2.023	rega	J. Freguesia da Zebreira
A. H. Vermiosa	162	100	Figueira de Castelo Rodrigo	Vermiosa	ribeira da Devesa	Douro	Barragem, estação elevatória e redes rega, drenagem e viária.	pressão e gravidade	7.920	aterro zonado	18,0	2.250	rega	J. Agricultores da Vermiosa
A. H. Coutada/Tamujais	355	45	Vila Velha Ródão	Sarnadas, Perais e Vila Velha de Ródão	ribeira Lucriz, Tamujais, Prior e Retaxo	Tejo	Barragem, estação elevatória e redes de rega, drenagem e viária	pressão e gravidade	15.500	aterro zonado	24,0	3.891	rega	J. Agricultores da Coutada/Tamujais

Elementos instrutórios

- Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril.

Taxas

Não aplicável.

3.2.15. Património edificado

3.2.15.1. Obras em imóveis classificados



Legislação aplicável

- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.
- D.L. n.º 115/2012, de 25 de maio, orgânica da Direção-Geral do Património Cultural.
- D.L. n.º 114/2012, de 25 de maio, orgânica das Direções Regionais de Cultura.
- Portaria n.º 223/2012 de 24 de julho, que estabelece a estrutura nuclear da Direção-geral do Património Cultural.
- D.L. n.º 140/2009, de 15 de junho, que estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação; de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.
- D.L. n.º 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.

- D.L. n.º 164/97, de 27 de junho, que harmoniza a legislação que rege a atividade arqueológica em meio subaquático com a aplicável à atividade arqueológica em meio terrestre.
- D.L. n.º 164/2014, de 4 de novembro, que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.

Características da servidão administrativa

Obras em imóveis classificados como património cultural ou em vias de classificação, seja de interesse público, nacional ou municipal.

Elementos instrutórios

- Relatório Prévio exigível nos termos do D.L. n.º 140/2009 de 15 de junho para os imóveis classificados ou em vias de classificação, com elementos indicados no artigo 15.º:
 - a) Critérios que fundamentem as obras ou intervenções de reconstrução, ampliação, alteração e conservação propostas;
 - b) Adequação das obras ou intervenções em relação às características do imóvel, tendo em conta o grau de classificação de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, bem como o interesse cultural que a fundamenta, designadamente o interesse histórico, arquitetónico, artístico, científico, social ou técnico;
 - c) Compatibilidade dos sistemas e materiais propostos em relação aos existentes;
 - d) Avaliação dos benefícios e riscos das obras ou intervenções propostas;
 - e) Consequências das obras ou intervenções no património arqueológico;
 - f) A utilização proposta para o imóvel;
 - g) Bibliografia e fontes documentais relevantes no âmbito das obras ou intervenções propostas;
 - h) Levantamento fotográfico ou videográfico geral, de conjunto e de detalhe do interior e do exterior.

- Listagem indicativa dos elementos constante no formulário para pedido de emissão de parecer (Pedido de Informação Prévia/Análise de Projetos de Arquitetura) disponível no sítio da DGPC:



B – Documentos que devem instruir o Pedido de Informação Prévia/Projectos de Arquitectura

1. DOCUMENTOS E PEÇAS ESCRITAS

- ☐ Certidão emitida pela Ordem dos Arquitectos.
- ☐ Termo de responsabilidade técnica do autor do projecto (os projectos devem ser realizados por arquitecto nos termos do Decreto n.º 205/88, de 16 de Junho).
- ☐ Memória Descritiva e Justificativa da intervenção proposta, incluindo, nomeadamente:
 - ☐ Descrição das características do local de intervenção.
 - ☐ Caracterização da intervenção proposta.
 - ☐ Breve descrição da edificação.
 - ☐ Definição e diagnóstico das características estruturais do imóvel.
 - ☐ Avaliação das principais patologias do imóvel objecto da intervenção.
 - ☐ Justificação dos usos propostos e sua compatibilização com a estrutura espacial onde se pretende intervir.
 - ☐ Caracterização da intervenção proposta (metodologia, técnicas, materiais e cores).

2. FOTOGRAFIAS

- ☐ Documentação fotográfica actual, a cores, do local da intervenção.
- ☐ Documentação fotográfica da envolvente, com visualização, se possível, do imóvel classificado.

3. PEÇAS DESENHADAS – Relação do projecto com a envolvente

- ☐ Planta de localização actualizada, com indicação do local da obra e do imóvel classificado (escalas 1:1000 ou 1:2000).
- ☐ Planta de Implantação, com indicação da área de construção e de logradouro (escalas 1:500 ou 1:200).
- ☐ Perfis de inserção volumétrica (no caso de obras novas ou de alterações de volumetrias).

4. PEÇAS DESENHADAS – Levantamento do existente

- ☐ Levantamento do existente: plantas; cortes (longitudinais e transversais); alçados (incluindo os imóveis confinantes numa extensão mínima de 7,5 metros)

5. PEÇAS DESENHADAS – Sobreposição do existente com a proposta

- ☐ Sobreposição do existente com a proposta (com utilização das cores convencionais – amarelos e encarnados).

6. PEÇAS DESENHADAS – Elementos da proposta

- ☐ Elementos da proposta: plantas, cortes (longitudinal e transversal); alçados (incluindo os imóveis confinantes numa extensão mínima de 7,5 metros).

7. OUTROS ELEMENTOS (caso a pretensão o justifique)

- ☐ Maquetas reais ou virtuais; fotomontagens ou outros meios de visualização da integração da proposta
- ☐ _____
- ☐ _____
- ☐ _____
- ☐ _____

- Listagem indicativa para os pedidos de instalação de reclamos, toldos, mobiliário urbano:

1. RECOMENDAÇÕES (qualificação técnica e reuniões) :

Este tipo de intervenção deve ser resultado de projeto de técnico devidamente qualificado.

Sempre que necessário deverá ser efetuada uma reunião prévia para esclarecimentos sobre a viabilidade da intervenção.

2. DOCUMENTOS E PEÇAS ESCRITAS :

Identificação do requerente.

Memória descritiva e explicativa da solução a aplicar, indicando, entre outros, os materiais, as cores propostas e o modo de fixação.

3. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA ATUAL E A CORES DO LOCAL, QUE INCLUA:

a área específica da intervenção proposta.

a totalidade do imóvel onde a mesma se insere, bem como da envolvente urbana mais próxima, devendo ser o mais completa e esclarecedora possível da situação existente.

a relação do local de intervenção com o bem classificado ou em vias de classificação, objeto da servidão administrativa em vigor.

4. PEÇAS DESENHADAS :

Planta de localização com indicação exata do local da intervenção e do limite da servidão do bem classificado.

Desenho rigoroso da proposta com indicação das dimensões pretendidas (altura, largura e profundidade).

Desenho da proposta no imóvel de modo a verificar a sua integração.

5. OUTROS ELEMENTOS (caso a pretensão o justifique) :

Fotomontagens ou quaisquer outros meios de visualização da integração da proposta que se justifiquem, nomeadamente nos casos de *outdoors* e de outras grandes áreas publicitárias ou de Estações de Radiocomunicações com inserção de novas antenas.

Taxas

Não aplicável.



Figura 40. Mosteiro da Batalha | Fonte: Sítio da DGPC

3.2.15.2. Obras em edificações situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação



Legislação aplicável

- Artigos 43, 45, 51, 60, 74, 75, 77, 78 e 79 da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro;
- Artigos 13.º e 13.º-A do RJUE.
- Título IV do RGEU (Condições especiais relativas à estética das edificações);
- D.L. n.º 115/2012 de 25 de maio,
- Artigo 29.º do D.L. n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro e alínea a) do n.º 3 do artigo 2.º do D.L. n.º 114/2012, de 25 de maio.

Características da servidão administrativa

Esta servidão a cargo da DRCC consiste em todas as intervenções que se realizem nos edifícios localizados nas Zonas de Proteção de bens imóveis classificados ou em vias de classificação.



Figura 41. Palácio de São Marcos, Coimbra | **Património Cultural**

Elementos instrutórios:

-D.L. n.º 140/2009, de 16 de junho – Regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

As intervenções em bens imóveis obedecem às regras procedimentais do regime jurídico da urbanização e edificação, razão pela qual o presente diploma adapta aquelas regras às especificidades do património cultural imóvel de forma a facilitar a apreciação, por parte da administração autárquica e da administração central, da necessidade, pertinência e adequação das propostas de obras ou intervenções.

A obrigatoriedade do relatório prévio tem a virtualidade de promover a qualificação das obras ou intervenções e estimular o crescimento e especialização de vários sectores profissionais responsáveis pela sua elaboração, ao mesmo tempo que introduz um mecanismo de controlo prévio na realização de operações urbanísticas em relação aos bens culturais imóveis.

Artigo 15.º: Elementos do relatório prévio para bens culturais imóveis

O relatório prévio incide, nomeadamente, sobre os seguintes aspetos:

- a) Critérios que fundamentem as obras ou intervenções de reconstrução, ampliação, alteração e conservação propostas;
- b) Adequação das obras ou intervenções em relação às características do imóvel, tendo em conta o grau de classificação de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, bem como o interesse cultural que a fundamenta, designadamente o interesse histórico, arquitetónico, artístico, científico, social ou técnico;
- c) Compatibilidade dos sistemas e materiais propostos em relação aos existentes;
- d) Avaliação dos benefícios e riscos das obras ou intervenções propostas;
- e) Consequências das obras ou intervenções no património arqueológico;
- f) A utilização proposta para o imóvel;
- g) Bibliografia e fontes documentais relevantes no âmbito das obras ou intervenções propostas;
- h) Levantamento fotográfico ou videográfico geral, de conjunto e de detalhe do interior e do exterior.

Artigo 19.º - Elementos do relatório prévio para bens culturais móveis:

O relatório prévio incide, nomeadamente, sobre os seguintes aspetos:

- a) Identificação e localização do bem;
- b) Histórico de obras ou intervenções no bem;
- c) Diagnóstico do estado de conservação;
- d) Âmbito e objetivos das obras ou intervenções;
- e) Adequação das obras ou intervenções em relação às características do móvel, ou património móvel integrado, tendo em conta o grau de classificação de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, bem como o interesse cultural que a fundamenta;

- f) Caracterização das técnicas, metodologias e tratamentos propostos, bem como dos materiais a utilizar, e compatibilidade com os materiais existentes;
- g) Avaliação dos benefícios e riscos das obras ou intervenções propostas;
- h) Bibliografia e fontes documentais relevantes no âmbito das obras ou intervenções propostas;
- i) Levantamento fotográfico ou videográfico geral, de conjunto e de detalhe.

2 - Para além dos elementos previstos no número anterior, são fixados por portaria do membro do Governo responsável pela área da cultura outros elementos que se revelem necessários, designadamente em relação aos patrimónios arqueológico, arquivístico, audiovisual, bibliográfico, fonográfico e fotográfico.

- Portaria n.º113/2015, de 22 de abril - Identifica os elementos instrutórios dos procedimentos previstos no RJUE.

Taxas

Não aplicável.

3.2.15.3. Edifícios públicos e outras construções de interesse publico

3.2.15.3.1. Tribunal da Relação de Coimbra

Entidade competente



Legislação aplicável

- Resolução n.º 14/94, art.ºs 14 e 15 alínea d) do Diário da República I Série B de 22 de abril de 1994;
- D.L. n.º 516/71 de 22 de novembro, artigo n.º 2 - Imóveis classificados e as suas zonas de proteção.

Características da servidão administrativa

A servidão administrativa pela qual o Tribunal da Relação tem o dever de se pronunciar é a zona de proteção do Palácio da Justiça de Coimbra.



Figura 42. Edifício do tribunal da relação de Coimbra | Palácio da Justiça. Fonte: Folha do Centro

Elementos instrutórios

- Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril.

Taxas

Não aplicável.

3.2.15.3.2. Zona de proteção OGAUC



Legislação aplicável

- Aviso n.º 7635/2014 do Município de Coimbra, publicado no Diário da República 2.ª série - N.º 124 - 1 de julho de 2014);
- RJUE;
- Diário do Governo, II Série, n.º 181, de 7 de agosto de 1976 (fixa a zona de proteção do Observatório Magnético da Universidade de Coimbra);
- Diário do Governo, II Série, n.º 197, de 21 de agosto de 1956 (fixa a zona de proteção do Instituto Geofísico da Universidade de Coimbra);
- Diário do Governo, II Série, n.º 275, de 26 de novembro de 1949 (fixa a zona de proteção do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra/ pela Direção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos do antigo Ministério das Obras Públicas).



Figura 43. Extrato da planta de condicionantes de Coimbra, onde está fixada a zona de proteção do OGAUC

Características da servidão administrativa

Fixa a Zona de Proteção do OGAUC - Categoria: Equipamentos, edifícios públicos e outras construções de interesse público.

Elementos instrutórios

- Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril.

Taxas

Não aplicável.

3.3. Medidas preventivas

Os pedidos de parecer do ICNF à CCDRC relacionados com o estabelecimento de medidas preventivas, devem ser instruídos de acordo com a Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril e com peças escritas e desenhadas relacionadas com as referidas medidas preventivas e com o pagamento de taxa devida pela apreciação da pretensão, de acordo com o n.º III-3.5 da Portaria n.º 314/2010, de 14 de junho.

3.4. Outras consultas em razão da localização

- Parecer, ao abrigo das alíneas c) dos n. os 3 e 5 do artigo 16.º da Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, que altera o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho.

Agradecimentos

A CCDRC agradece às seguintes entidades que enviaram contributos técnicos e legislativos para a elaboração do presente guia:

- Águas do Centro Litoral S.A.
- ANA - Aeroportos de Portugal
- ANAC - Autoridade Nacional de Aviação Civil
- ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil
- CDOS Coimbra
- Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra
- DGADR - Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural
- DGEG - Direção-Geral de Energia e Geologia
- DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DSR Centro
- DGPC - Direção-Geral do Património Cultural
- DGRDN - Direção Geral de Recursos de Defesa Nacional
- DGT - Direção-Geral do Território
- Direção de Faróis
- Direção-Geral do Território
- DOCAPESCA - Portos e Lotas, S.A.
- DRAP Centro - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
- DRCC - Direção Regional de Cultura do Centro
- EDP - Gás Distribuição
- EPAL, S.A.
- ER.RAN-C - Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro
- IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.
- ICP-ANACOM (Instituto das Comunicações de Portugal - Autoridade Nacional das Comunicações)
- IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes
- Infraestruturas de Portugal, SA
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF)
- IPDJ - instituto Português do Desporto e Juventude, IP
- Metro Mondego
- Observatório Geofísico e Astronómico da Universidade de Coimbra
- REN - Gasodutos, SA
- REN - Rede Elétrica Nacional

- Tribunal da Relação de Coimbra
- Turismo de Portugal, IP

Anexos

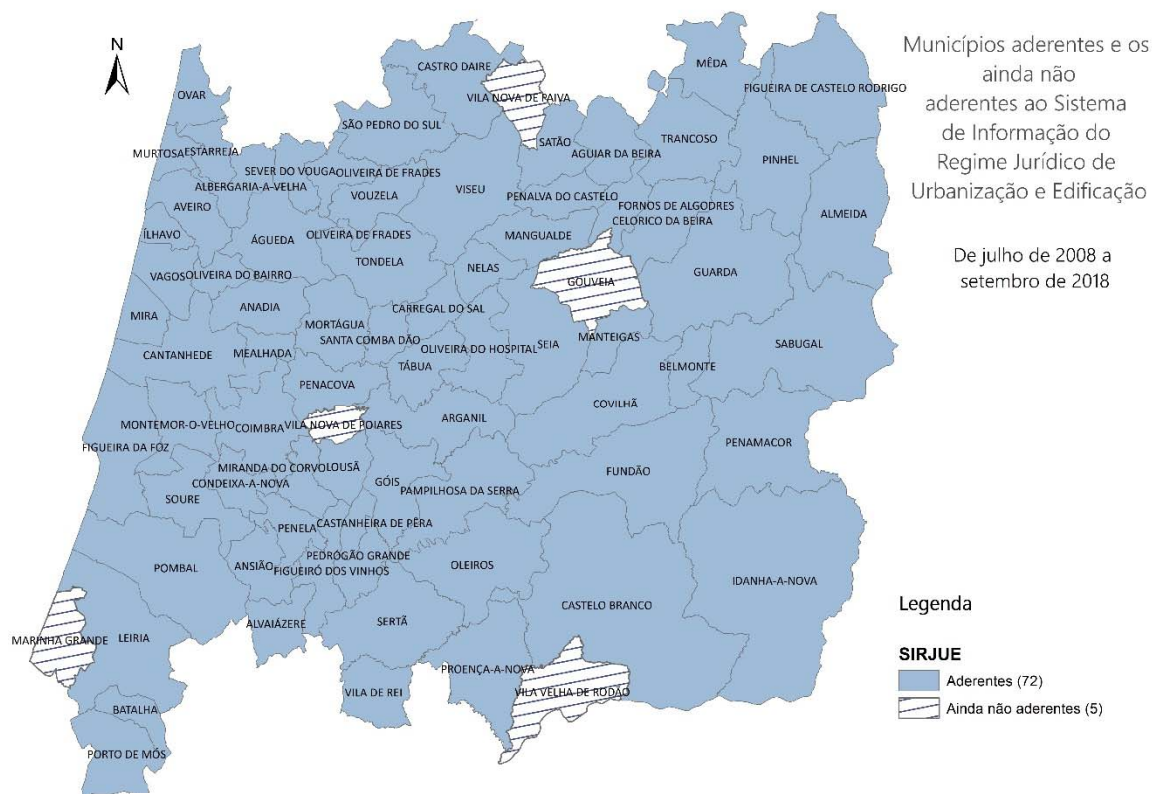


Figura 44. Municípios aderentes e ainda não aderentes ao SIRJUE

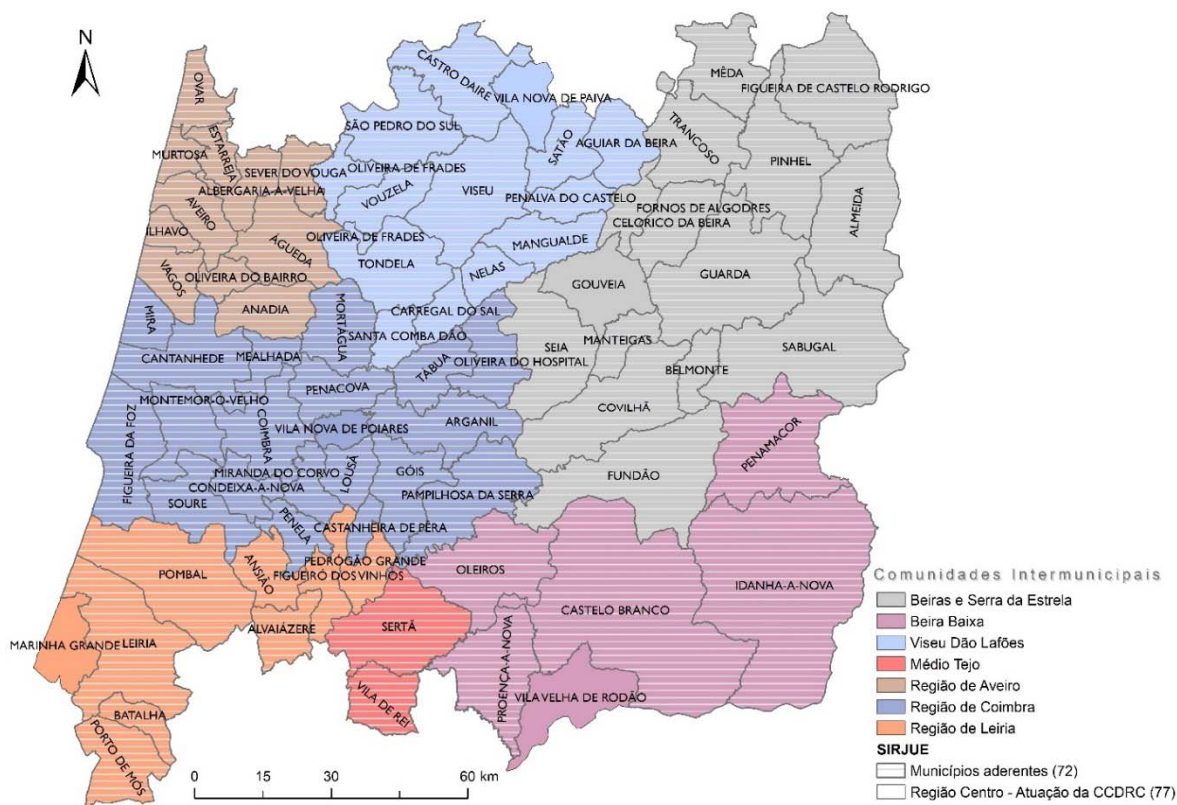
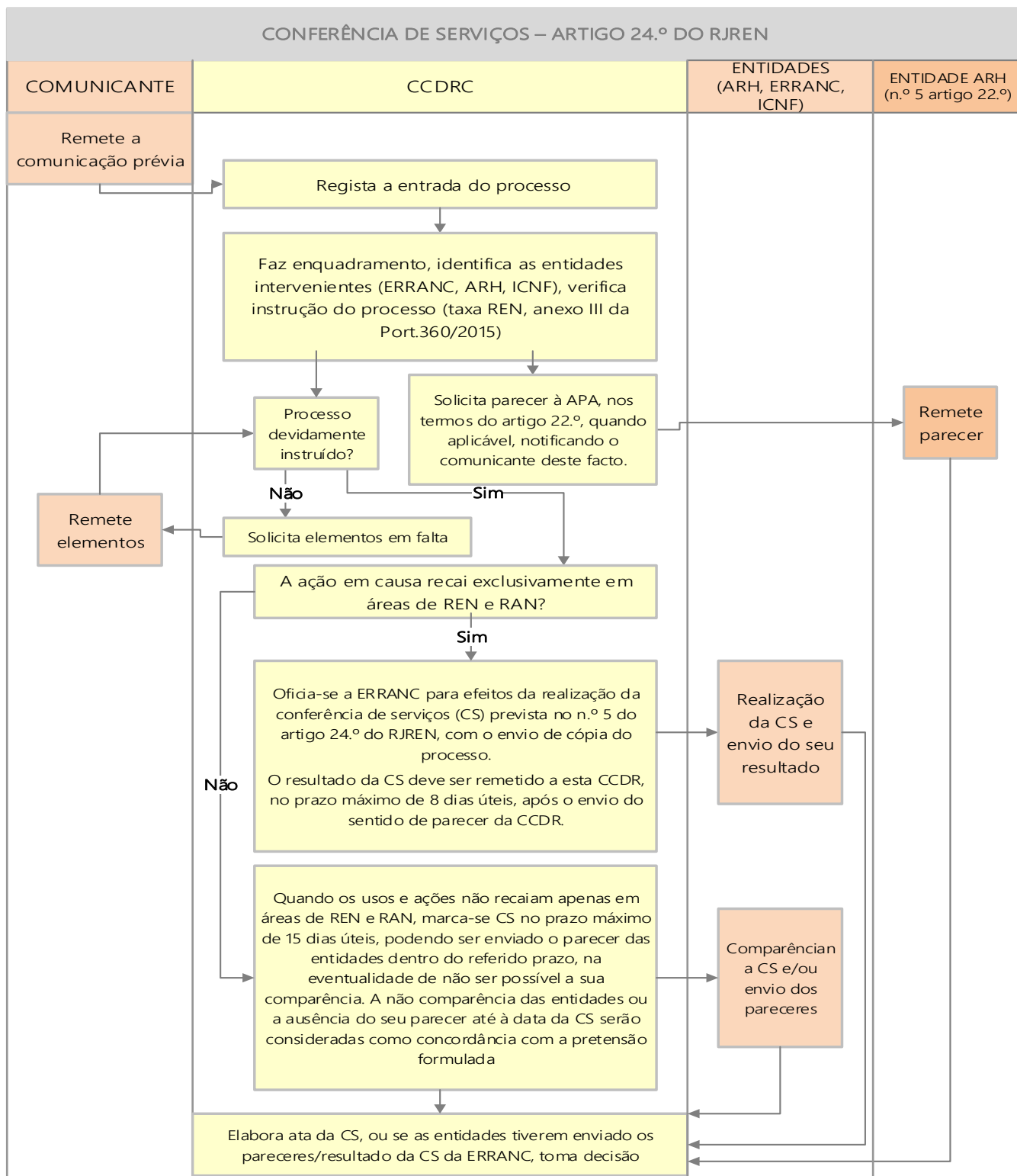


Figura 45. Representação cartográfica das CIM da Região Centro, com os municípios correspondentes à área de atuação da CCDRC/Utilização do SIRJUE



Número total de pareceres: Nº pareceres por município (2008-setembro de 2018)

18232

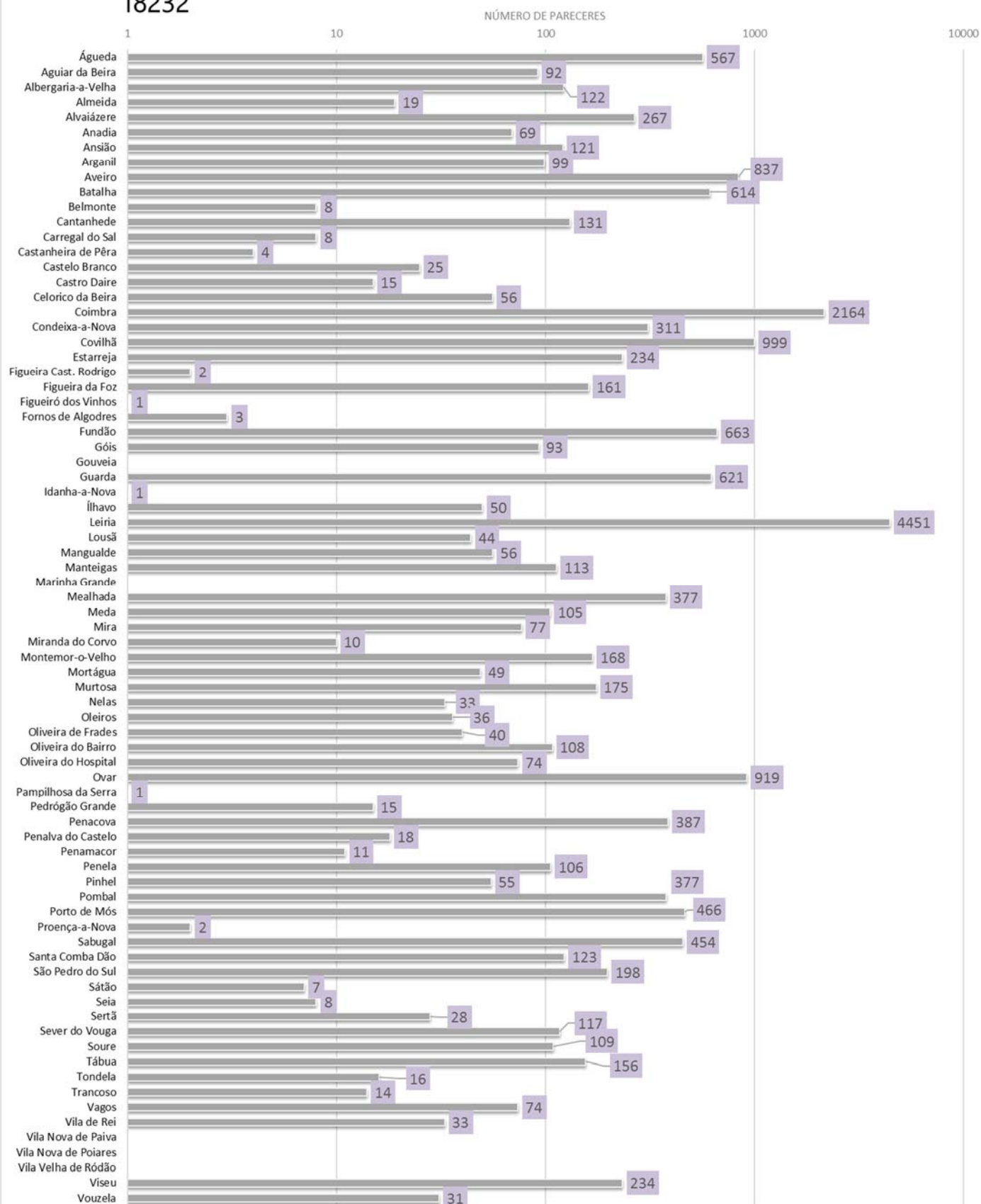


Figura 46. Pareceres emitidos no SIRJUE (2008 a 09/2018) por município



Ex.mo(a) Senhor(a)
Presidente da Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro

—

Assunto: Comunicação prévia no âmbito do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN) ⁽¹⁾

Dados do comunicante	
Nome ou denominação social	
N.º de Identificação Fiscal	
Morada ou sede social	
Código postal	
Telefone/Telemóvel	
Correio eletrónico	

Para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 22.º do RJREN, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2/11, vem apresentar a V. Ex.ª a comunicação prévia a que se refere a subalínea ii) da alínea b) do n.º 3 do artigo 20.º do RJREN em relação à pretensão a seguir identificada:

Dados da pretensão
Designação da(s) ação(ões) ⁽²⁾

⁽¹⁾ As consultas sobre operações urbanísticas sujeitas aos procedimentos de controlo prévio, incluindo as informações prévias, previstas no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo DL 555/99, de 16/12, na redação do DL 136/2014, de 9/9, a efetuar pelas Câmaras Municipais, a esta CCDR, no âmbito do RJREN, deverão ser feitas através do Sistema de Informação do RJUE, conforme disposto no artigo 2.º da Portaria n.º 216-A/2008, de 3/3.

⁽²⁾ Quando se tratar de legalização de edificações existentes deverá ser indicada a data de construção das mesmas.

Artigo(s) matri- cial(ais)	
Local	
Freguesia	
Concelho	

Área total de REN afetada pela pretensão	m²
Áreas de REN por tipologia⁽³⁾:	
Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos	m ²
Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo	m ²
Zonas ameaçadas pelas cheias	m ²
Leitos e margens dos cursos de água	m ²
	m ²
	m ²

Para o efeito vem instruir o processo, de acordo com o Anexo III da Portaria n.º 419/2012, de 20/12, juntando dois exemplares em suporte de papel e outro em suporte digital⁽⁴⁾, contendo os elementos constantes do documento anexo.

Tomo conhecimento das seguintes informações:

1. Nos termos da Portaria n.º 360/2015, de 15/10, o presente pedido encontra-se sujeito ao prévio pagamento de taxa, com a possibilidade do mesmo ser feito da seguinte forma:

⁽³⁾ Exemplo de outras tipologias: *Águas de transição e leitos, margens e faixas de proteção; Lagoas e lagos e respetivos leitos, margens e faixas de proteção; Faixa terrestre de proteção costeira; Albufeiras e respetivos leitos, margens e faixas de proteção; Zonas ameaçadas pelo mar; Zonas adjacentes; Dunas costeiras e dunas fósseis, ...*

⁽⁴⁾ O exemplar em suporte digital deverá apresentar as peças escritas e desenhadas nos formatos DOC e DWF, respectivamente. Os restantes elementos/documentos poderão ser apresentados noutro formato digital.

a) Quando há emissão prévia de guia de pagamento, por:

-
-
- Multibanco (preferencialmente);
- Cheque à ordem de Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP) ou Vale Correio à ordem da CCDRC, enviado por correio para a sede desta CCDRC;
- Numerário ou cheque na Tesouraria da CCDRC.

b) Quando não há emissão prévia de guia de pagamento, por transferência bancária, para esta CCDRC, para o IBAN PT50 078101120000000779854, com a referência do processo ou o nome completo do requerente;

2. O valor das taxas encontra-se igualmente disponível no Portal da CCRDC

(www.ccdrc.pt), em Ordenamento/Taxas.

3. Os prazos previstos no n.º 6 do artigo 22.º do RJREN têm início apenas após a apresentação na CCDRC do processo devidamente instruído, incluindo o comprovativo do pagamento da Taxa.

Elementos instrutórios nos procedimentos de comunicação prévia

- Anexo III da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro

Memória descritiva e justificativa da qual conste a:

i) Identificação do comunicante	
ii) Descrição da situação existente e da atividade desenvolvida, bem como indicação das edificações existentes e propostas, quando aplicável	
iii) Descrição do uso ou ação, incluindo o seu destino, a sua necessidade e as suas condições de instalação e funcionamento	
iv) Quantificação da superfície total de REN afetada pelo uso ou ação, expressa em m ² ou em hectares	
v) Demonstração da não afetação significativa da estabilidade ou do equilíbrio ecológico do sistema biofísico e dos valores naturais em presença	

vi) Demonstração do cumprimento dos requisitos respetivamente aplicáveis a cada um dos usos ou ações, definidos na presente portaria	
vii) Planta de localização à escala de 1:25000	
viii) Delimitação do terreno ou parcela e localização exata da ação no interior do mesmo, nomeadamente em planta a escala adequada (1:10000, 1:5000, 1:2000 ou 1:1000) e/ou através da indicação das respetivas coordenadas geográficas	
ix) Outros elementos tidos como relevantes pelo comunicante para a instrução do seu pedido	

....., dede

O comunicante

ANEXO II - RJREN

Usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN

[illegible]

Anexo I da Portaria 419/2012, 20 de dezembro

Usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN

I - Obras de construção, alteração e ampliação

- a) Apoios agrícolas afetos exclusivamente e exploração agrícola e instalações para transformação de produtos exclusivamente da exploração ou de carácter artesanal diretamente afetos á exploração agrícola;
- b) Habitação, turismo, indústria, agroindústria e pecuária com área de implantação superior a 40 m² e inferior a 250m².
- c) Cabinas para motores de rega com área inferior a 4m².
- d) Pequenas construções de apoio aos setores da agricultura e, floresta, ambiente, energia e recursos geológicos, telecomunicações e indústria, cuja área de implantação seja igual ou inferior a 40 m².



Figura 47. Talasnal, Lousã

- e) Ampliação de edificações existentes destinadas a usos industriais e de energia e recursos geológicos;

- f) Ampliação de edificações existentes destinadas a empreendimentos de turismo em espaço rural e de turismo da natureza e a turismo de habitação;
- g) Ampliação de edificações existentes destinadas a usos de habitação e outras não abrangidas pelas alíneas e) e f), nomeadamente afetas a outros empreendimentos turísticos, equipamentos de utilização coletiva, etc.;
- h) Muros de vedação e muros de suporte de terras desde que apenas ao limite da cota do terreno, ou até mais 0,20 m acima deste.

II - Infraestruturas

- a) Pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas;
- b) Charcas para fins agroflorestais e de combate a incêndios, com capacidade máxima de 2.000 m³;
- c) Charcas para fins agroflorestais e de combate a incêndios com capacidade de 2.000 a de 50.000 m³;
- d) Infraestruturas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de efluentes, incluindo estações elevatórias, ETA, ETAR, reservatórios e plataformas de bombagem;
- e) Beneficiação de infraestruturas portuárias e de acessibilidades marítimas existentes;



Figura 48. Parque eólico | **Pampilhosa da Serra**

- f) Produção e distribuição de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis;
- g) Antenas de rádio, teledifusão e estações de telecomunicações;
- h) Redes elétricas aéreas de baixa tensão, excluindo subestações;
- i) Redes elétricas aéreas de alta e média tensão, excluindo subestações;
- j) Estações meteorológicas e de rede sísmica digital;
- l) Sistema de prevenção contra tsunamis e outros sistemas de prevenção geofísica;
- m) Redes subterrâneas elétricas e de telecomunicações e condutas de combustíveis, incluindo postos de transformação e pequenos reservatórios de combustíveis;
- n) Pequenas beneficiações de vias e de caminhos municipais, sem novas impermeabilizações;
- o) Alargamento de plataformas e de faixas de rodagem e pequenas correções de traçado;
- p) Construção de restabelecimentos para supressão de passagens de nível;
- q) Construção de subestações de tração para eletrificação ou reforço da alimentação, em linhas existentes;
- r) Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial;

- s) Postos de vigia de apoio à defesa da floresta contra incêndios de iniciativa de entidades públicas ou privadas;
- t) Pequenas pontes, pontões e obras de alargamento das infraestruturas existentes.



Figura 49. Ponte de Cartamil – Arganil/Pampilhosa da Serra

III - Sector agrícola e florestal

- a) Abrigos para produção agrícola em estrutura ligeira;
- b) Agricultura em masseiras (exclusivamente na área de atuação da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte);
- c) Ações nas regiões delimitadas de interesse vitivinícola, frutícola e olivícola;
- d) Plantação de olivais, vinhas, pomares e instalação de prados, sem alteração da topografia do solo;



Figura 50. Pomar de cerejeiras | **Fundão**

- e) Abertura de caminhos de apoio ao setor agrícola e florestal;
- f) Operações de florestação e reflorestação;
- g) Ações de defesa da floresta contra incêndios, desde que devidamente aprovadas pelas comissões municipais de defesa da floresta contra incêndios;
- h) Ações de controlo e combate a agentes bióticos;
- i) Ações de controlo de vegetação espontânea decorrentes de exigências legais no âmbito da aplicação do regime da condicionalidade da política agrícola comum



Figura 51. Pinhal | **Leiria**

IV – Aquicultura

IV.1 - Aquicultura marinha

a) Novos estabelecimentos de culturas marinhas em estruturas flutuantes (incluindo estruturas que pela sua localização em sistema sujeito a maré não apresentam flutuabilidade);



Figura 52. Ilha da Morraceira | Figueira da Foz

b) Novos estabelecimentos de culturas marinhas em terra;

c) Recuperação, manutenção e ampliação de estabelecimentos de culturas marinhas existentes e reconversão de salinas em estabelecimentos de culturas marinhas, incluindo estruturas de apoio à exploração da atividade.

IV.2 - Aquicultura de água doce

a) Novos estabelecimentos de aquicultura em estruturas flutuantes (apenas os que se desenvolvam com sistema de fixação ao fundo, sem que se verifiquem alterações físicas do meio hídrico);

- b) Novos estabelecimentos de aquicultura em estruturas fixas de avaliação de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável, a pretensão é sujeita a um procedimento de avaliação de incidências ambientais;
- c) Recuperação, manutenção e ampliação de estabelecimentos de aquicultura existentes, incluindo estruturas de apoio à exploração da atividade.



Figura 53. Aquicultura de água doce | Aveiro

V - Salicultura

- a) Novas salinas
- b) Recuperação, manutenção e ampliação de salina

VI - Prospeção e exploração de recursos geológicos

- a) Abertura de sanjas com extensão superior a 30 m ou profundidade superior a 6 m e largura da base superior a 1 m;
- b) Abertura de sanjas de extensão inferior a 30 m, profundidade inferior a 6 m e largura da base inferior a 1 m;

- c) Sondagens mecânicas e outras ações de prospeção e pesquisa geológica de âmbito localizado;
- d) Novas explorações ou ampliação de explorações existentes;



Figura 54. Exploração de massas minerais (pedreira) | Portunhos, Cantanhede

- e) Anexos de exploração exteriores à área de exploração (nomeadamente, equipamentos de britagem, crivagens, moagem, lavagem de inertes e outros de tratamento primário diretamente afetos à exploração, bem como outras infraestruturas, tais como depósitos de combustível, portarias e outras, indispensáveis à viabilidade da atividade);
- f) Abertura de caminhos de apoio ao sector;
- g) Exploração de manchas de empréstimo para alimentação artificial de praias.

VII - Equipamentos, recreio e lazer

- a) Espaços não construídos de instalações militares (nomeadamente heliportos, parques de estacionamento em pavimento permeável ou semipermeável, espaços verdes, sem prejuízo da necessária limitação das áreas impermeabilizadas e das alterações ao relevo, assegurando uma adequada integração paisagística);

b) Equipamentos e apoios às zonas de recreio banhar e à atividade náutica de recreio em águas interiores, bem como infraestruturas associadas;

c) Equipamentos e apoios à náutica de recreio no mar e em águas de transição, bem como infraestruturas associadas

d) Equipamentos e apoios de praia, bem como infraestruturas associadas à utilização de praias costeiras (incluindo as infraestruturas de pequena dimensão de apoio à atividade náutica);



Figura 55. Praia fluvial das Rocas | Castanheira de Pêra

e) Espaços verdes equipados de utilização coletiva;

f) Abertura de trilhos e caminhos pedonais/cicláveis destinados à educação e interpretação ambiental e de descoberta da natureza, incluindo pequenas estruturas de apoio

VIII - Instalações desportivas especializadas

a) Instalação de campos de golfe, excluindo as áreas edificadas .



Figura 56. Campo de Golfe – Montebelo | Viseu

Em relação às áreas integradas em Reserva Ecológica Nacional, estas distinguem-se por serem áreas que exigem uma proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução dos riscos naturais.

Anexo I do RJREN

Funções em áreas de REN

No RJREN, os grandes grupos integrados em áreas de REN são: *áreas de proteção do litoral; de áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre e de áreas de prevenção de riscos naturais.*

▪ **Proteção do litoral**

a) Faixa marítima de proteção costeira

1 - A faixa marítima de proteção costeira é uma faixa ao longo de toda a costa marítima no sentido do oceano, correspondente à parte da zona nerítica com maior riqueza biológica, delimitada superiormente pela linha que limita o leito das águas do mar, ou pelo limite de jusante das águas de transição e inferiormente pela batimétrica dos 30 m.

2 - A faixa marítima de proteção costeira caracteriza-se pela sua elevada produtividade em termos de recursos biológicos e pelo seu elevado hidrodinamismo responsável pelo

equilíbrio dos litorais arenosos, bem como por ser uma área de ocorrência de habitats naturais e de espécies da flora e da fauna marinhas consideradas de interesse comunitário nos termos do D.L. n.º 49/2005, de 24 de fevereiro.

3 - Na faixa marítima de proteção costeira podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) As funções descritas no número anterior;
- ii) Os processos de dinâmica costeira;
- iii) O equilíbrio dos sistemas biofísicos;
- iv) Prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens.

b) Praias

1 - As praias são formas de acumulação de sedimentos não consolidados, geralmente de areia ou cascalho, compreendendo um domínio emerso que corresponde à área sujeita à influência das marés e ainda à porção geralmente emersa com indícios do mais extenso sintoma de atividade do espraio das ondas ou de galgamento durante episódios de temporal, bem como um domínio submerso, que se estende até à profundidade de fecho e que corresponde à área onde, devido à influência das ondas e das marés, se processa a deriva litoral e o transporte de sedimentos e onde ocorrem alterações morfológicas significativas nos fundos proximais.



Figura 57. Quiaios, Figueira da Foz | **Praia**. Fonte: Google Earth

2 - Na delimitação das praias deve considerar-se a área compreendida entre a linha representativa da profundidade de fecho para o regime da ondulação no respetivo setor de costa e a linha que delimita a atividade do espraio das ondas ou de galgamento durante episódio de temporal, a qual, consoante o contexto geomorfológico presente, poderá ser substituída pela base da duna embrionária/frontal ou pela base da escarpa de erosão entalhada no cordão dunar ou pela base da arriba.

3 - Nas praias podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Manutenção dos processos de dinâmica costeira;
- ii) Conservação dos habitats naturais e das espécies da flora e da fauna;
- iii) Manutenção da linha de costa;
- iv) Prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens.

c) Barreiras detríticas (restingas, barreiras soldadas e ilhas-barreira)

1 - As barreiras detríticas são cordões arenosos ou de cascalho, destacados de terra, com um extremo a ela fixo e outro livre, no caso das restingas, ligadas a terra por ambas as extremidades, no caso das barreiras soldadas, ou contidas entre barras de maré permanentes, no caso das ilhas-barreira.

2 - As barreiras detríticas estão frequentemente localizadas na embocadura de estuários ou na margem externa de lagunas, são providas de mobilidade em direção a terra ou ao mar, podendo crescer ou encurtar em função da agitação marítima dominante.

3 - As restingas correspondem à área compreendida entre as linhas de máxima baixa-mar de águas vivas equinociais, que a limitam quando esta se projeta em direção ao mar, ou entre a linha de máxima baixa-mar de águas vivas equinociais do lado oceânico e o sapal ou estuário, quando se desenvolva ao longo da embocadura de um estuário.

4 - As barreiras soldadas correspondem à área compreendida entre as linhas de máxima baixa-mar de águas vivas equinociais que a limitam, ou entre a linha de máxima baixa-mar de águas vivas equinociais, do lado oceânico, e o sapal ou estuário, do lado interior.

5 - As ilhas-barreira correspondem à área compreendida entre a linha de máxima baixa-mar de águas vivas equinociais, do lado oceânico, e a laguna ou o sapal, do lado interior.

6 - Nas barreiras detríticas podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Barreira contra os processos de galgamento oceânico e de erosão provocada pelo mar e pelo vento;
- ii) Garantia dos processos de dinâmica costeira e de apoio à diversidade dos sistemas naturais, designadamente da estrutura dunar, da vegetação e da fauna.

7 - As barreiras detríticas incluem uma praia oceânica e, para terra, outros conteúdos morfossedimentares arenosos ou de cascalho, nomeadamente: raso de barreira, dunas, cristas de praia, praia interna lagunar ou estuarina, deltas de maré e leques de galgamento.

d) Tômbolos

1 - Os tômbolos são formações que resultam da acumulação de sedimentos detríticos que ligam uma ilha ao continente.

2 - Na delimitação dos tômbolos deve considerar-se a área de acumulação de sedimentos detríticos cujo limite inferior é definido pela linha representativa da profundidade de fecho para o regime da ondulação no respetivo setor de costa e, nos topos, pela linha que representa o contacto entre aquela acumulação arenosa e as formações geológicas de substrato por ela unidas.

3 - Nos tômbolos podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) A manutenção da dinâmica costeira;
- ii) A conservação dos habitats naturais e das espécies da flora e da fauna;
- iii) A manutenção da linha de costa.

e) Sapais

1 - Os sapais são ambientes sedimentares de acumulação localizados na zona interdita elevada, acima do nível médio do mar local, de litorais abrigados, ocupados por vegetação halofítica.

2 - A delimitação dos sapais deve atender às características morfológicas e bióticas presentes.

3 - Nos sapais podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

i) Conservação de habitats naturais e das espécies da flora e da fauna;

ii) Manutenção do equilíbrio e da dinâmica flúvio-marinha;

iii) Depuração da água de circulação e amortecimento do impacto das marés e ondas.

f) Ilhéus e rochedos emersos no mar

1 - Os ilhéus e os rochedos emersos no mar são formações rochosas destacadas da costa.

2 - Os ilhéus e os rochedos emersos no mar correspondem às áreas emersas limitadas pela linha máxima de baixa-mar de águas vivas equinociais.

3 - Os ilhéus e os rochedos emersos no mar caracterizam-se pela sua relevância para a proteção e conservação de habitats naturais e das espécies da flora e da fauna.

4 - Nos ilhéus e nos rochedos emersos no mar não são admitidos quaisquer usos e ações.

g) Dunas costeiras e dunas fósseis

I - Dunas costeiras

1 - As dunas costeiras são formas de acumulação eólica de areia marinhas.

2 - A área correspondente às dunas costeiras é delimitada, do lado do mar, pela base da duna embrionária, ou frontal, ou pela base da escarpa de erosão entalhada no cordão

dunar, abrangendo as dunas frontais em formação, próximas do mar, as dunas frontais semiestabilizadas, localizadas mais para o interior, e outras dunas, estabilizadas pela vegetação ou móveis, cuja morfologia resulta da movimentação da própria duna.



Figura 58. Praia de Mira | **Dunas costeiras**. Fonte: <http://www.mygola.com>

3 - Em dunas costeiras podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Constituição de barreira contra fenómenos de erosão e galgamento oceânico, associados a tempestades ou tsunami, e de erosão eólica;
- ii) Armazenamento natural de areia para compensação da perda de sedimento provocada pela erosão;
- iii) Garantia dos processos de dinâmica costeira e da diversidade dos sistemas naturais, designadamente da estrutura geomorfológica, dos habitats naturais e das espécies da flora e da fauna;
- iv) Manutenção da linha de costa;
- v) Prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens;

II - Dunas fósseis

1 - As dunas fósseis são dunas consolidadas através de um processo natural de cimentação.

2 - As dunas fósseis são delimitadas, do lado do mar, pelo sopé do edifício dunar consolidado e, do lado de terra, pela linha de contacto com as restantes formações geológicas.

3 - Em dunas fósseis podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

i) Equilíbrio dos sistemas biofísicos;

ii) Preservação do seu interesse geológico;

iii) Conservação da estrutura geomorfológica dos habitats naturais e das espécies da flora e da fauna.

h) Arribas e respetivas faixas de proteção

1 - As arribas são uma forma particular de vertente costeira abrupta ou com declive elevado, em regra talhada em materiais coerentes pela ação conjunta dos agentes morfo-genéticos marinhos, continentais e biológicos.

2 - As faixas de proteção de arribas devem ser delimitadas a partir do rebordo superior, para o lado de terra, e da base da arriba, para o lado do mar, tendo em consideração as suas características geológicas, a salvaguarda da estabilidade da arriba, as áreas mais suscetíveis a movimentos de massa de vertentes, incluindo desabamentos ou queda de blocos, a prevenção de riscos e a segurança de pessoas e bens e, ainda, o seu interesse cénico.



Figura 59. Serra da Boa Viagem, Figueira da Foz | **Arribas e respetivas faixas de proteção.**

Fonte: <http://bttdocentro.blogspot.pt>

3 - Nas arribas e respetivas faixas de proteção podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Constituição de barreira contra fenómenos de galgamento oceânico;
- ii) Garantia dos processos de dinâmica costeira;
- iii) Garantia da diversidade dos sistemas biofísicos;
- iv) Conservação de habitats naturais e das espécies da flora e da fauna;
- v) Estabilidade da arriba;
- vi) Prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens;

4 - Nas faixas de proteção das arribas só podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens;
- ii) Garantia da diversidade dos sistemas biofísicos;
- iii) Estabilidade da arriba;

i) Faixa terrestre de proteção costeira

1 - A faixa terrestre de proteção costeira deve ser definida em situações de ausência de dunas costeiras ou de arribas.

2 - Na delimitação da faixa terrestre de proteção costeira deve considerar-se a faixa onde se inclui a margem do mar, medida a partir da linha que limita o leito das águas do mar para o interior, com a largura adequada à proteção eficaz da zona costeira e à prevenção de inundações e galgamentos costeiros, a definir com base em informação topográfica, meteorológica e oceanográfica.

3 - Nas faixas terrestres de proteção costeira podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens;
- ii) Conservação de habitats naturais;
- iv) Equilíbrio dos sistemas biofísicos.

j) Águas de transição e respetivos leitos, margens e faixas de proteção

1 - As águas de transição são as águas superficiais na proximidade das fozes de rios, parcialmente salgadas em resultado da proximidade de águas costeiras, mas que são também significativamente influenciadas por cursos de água doce, correspondendo as respetivas margens e faixas de proteção às áreas envolventes ao plano de água que asseguram a dinâmica dos processos físicos e biológicos associados a estas interfaces flúvio-marinhos.

2 - Incluem-se nas águas de transição as lagunas e zonas húmidas adjacentes, designadas habitualmente por rias e lagoas costeiras, que correspondem ao volume de águas salobras ou salgadas e respetivos leitos adjacentes ao mar e separadas deste, temporária ou permanentemente, por barreiras arenosas.

3 - As águas de transição são delimitadas, a montante, pelo local até onde se verifique a influência da propagação física da maré salina e, a jusante, por critérios geomorfológicos, que incluem os alinhamentos de cabos, promontórios, restingas e ilhas-barreira, incluindo os seus prolongamentos artificiais por obras marítimo-portuárias ou de proteção costeira, que definem as fozes ou barras destas águas, no caso dos estuários e das lagunas com ligação permanente ao mar, ou pelo limite interior das barreiras soldadas, no caso das lagunas com ligação efémera ao mar.

4 - As águas de transição caracterizam-se pela sua elevada produtividade em termos de recursos biológicos.

5 - A delimitação das faixas de proteção deve partir da linha de máxima preia-mar de águas vivas equinociais e considerar as características dos conteúdos sedimentares, morfológicos e bióticos.

6 - Na faixa de proteção inclui-se a margem, cuja largura se encontra definida pela alínea gg) do artigo 4.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada pelos Decretos-Leis n.ºs 245/2009, de 22 de setembro, 60/2012, de 14 de março, e 130/2012, de 12 de junho.

7 - Nas águas de transição e respetivos leitos, margens e faixas de proteção podem ser realizados os usos e ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

i) Conservação de habitats naturais e das espécies da flora e da fauna;

ii) Manutenção do equilíbrio e da dinâmica flúvio-marinha.”

Sustentabilidade do ciclo da água

a) Cursos de água e respetivos leitos e margens

1 - Os leitos dos cursos de água correspondem ao terreno coberto pelas águas, quando não influenciadas por cheias extraordinárias, inundações ou tempestades, neles se incluindo os mouchões, os lodeiros e os areais nele formados por deposição aluvial.

2 - As margens correspondem a uma faixa de terreno contígua ou sobranceira à linha que limita o leito das águas, com largura legalmente estabelecida, nelas se incluindo as praias fluviais.

3 - A delimitação da largura da margem deve observar o disposto na alínea gg) do artigo 4.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada pelos Decretos-Leis n.ºs 245/2009, de 22 de setembro, 60/2012, de 14 de março, e 130/2012, de 12 de junho.



Figura 60. Rio Zêzere, Vila de Rei | **Leitos e nas margens dos cursos de água**
Fonte: Ivo Mendes

4 - Nos leitos e nas margens dos cursos de água podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Assegurar a continuidade do ciclo da água;
- ii) Assegurar a funcionalidade hidráulica e hidrológica dos cursos de água;
- iii) Drenagem dos terrenos confinantes;
- iv) Controlo dos processos de erosão fluvial, através da manutenção da vegetação ripícola;
- v) Prevenção das situações de risco de cheias, impedindo a redução da secção de vazão e evitando a impermeabilização dos solos;
- vi) Conservação de habitats naturais e das espécies da flora e da fauna;
- vii) Interações hidrológico-biológicas entre águas superficiais e subterrâneas, nomeadamente a drenância e os processos físico-químicos na zona piorreica.

b) Lagoas, lagos e respetivos leitos, margens e faixas de proteção

1 - Os lagos e as lagoas são meios hídricos lênticos superficiais interiores, correspondendo as respetivas margens e faixas de proteção às áreas envolventes ao plano de água que asseguram a dinâmica dos processos físicos e biológicos associados à interface terra-água, nelas se incluindo as praias fluviais.

2 - A delimitação dos lagos e lagoas deve corresponder ao plano de água que se forma em situação de cheia máxima e a largura da margem deve observar o disposto na alínea gg) do artigo 4.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro.

3 - A delimitação das faixas de proteção deve considerar a dimensão dos lagos e lagoas e a sua situação na bacia hidrográfica.



Figura 61. Pateira de Fermentelos, Águeda | **Lagos e lagoas**
Fonte: Armindo Ferreira

4 - Nos lagos e lagoas e respetivos leitos, margens e faixas de proteção podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Reservatório de água, tanto em termos de quantidade como de qualidade;
- ii) Regulação do ciclo da água e controlo de cheias;
- iii) Conservação de habitats naturais e das espécies da flora e da fauna;
- iv) Manutenção de uma faixa naturalizada que permita a colonização por vegetação espontânea, essencial ao refúgio faunístico.

c) Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, com os respetivos leitos, margens e faixas de proteção

1 - A albufeira corresponde à totalidade do volume de água retido pela barragem, em cada momento, cuja cota altimétrica máxima iguala o nível pleno de armazenamento, incluindo o respetivo leito, correspondendo as respetivas margens e faixas de proteção às áreas envolventes ao plano de água que asseguram a dinâmica dos processos físicos e biológicos associados à interface terra-água, incluindo as praias fluviais.

2 - A delimitação das albufeiras deve corresponder ao plano de água até à cota do nível de pleno armazenamento.

3 - A delimitação da largura da margem deve observar o disposto na alínea gg) do artigo 4.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro.

4 - A delimitação das faixas de proteção deve considerar a dimensão da albufeira e a sua situação na bacia hidrográfica.

5 - Nas albufeiras e respetivos leitos, margens e faixas de proteção podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Salvaguarda e proteção dos recursos hídricos armazenados, nas suas componentes quantitativa e qualitativa;
- ii) Salvaguarda das funções principais das albufeiras, no caso de se tratar de uma albufeira de águas públicas de serviço público;
- iii) Regulação do ciclo da água e controlo de cheias;
- iv) Conservação das espécies de fauna.

d) Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos

1 - As áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos são as áreas geográficas que, devido à natureza do solo, às formações geológicas aflorantes e subjacentes e à morfologia do terreno, apresentam condições favoráveis à ocorrência de infiltração e recarga natural dos aquíferos e se revestem de particular interesse na salvaguarda da quantidade e qualidade da água a fim de prevenir ou evitar a sua escassez ou deterioração.



Figura 62. Serra de Aires e Candeeiros, Leiria | **Áreas estratégicas e recarga de aquíferos.**
Fonte: <http://www.montesetrilhos.pt>

2 - A delimitação das áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos deve considerar o funcionamento hidráulico do aquífero, nomeadamente no que se refere aos mecanismos de recarga e descarga e ao sentido do fluxo subterrâneo e eventuais conexões hidráulicas, a vulnerabilidade à poluição e as pressões existentes resultantes de atividades e ou instalações, e os seus principais usos, em especial a produção de água para consumo humano.

3 - Nas áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos só podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Garantir a manutenção dos recursos hídricos renováveis disponíveis e o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos subterrâneos;
- ii) Contribuir para a proteção da qualidade da água;
- iii) Assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e da biodiversidade dependentes da água subterrânea, com particular incidência na época de estio;
- iv) Prevenir e reduzir os efeitos dos riscos de cheias e inundações, de seca extrema e de contaminação e sobreexploração dos aquíferos;
- v) Prevenir e reduzir o risco de intrusão salina, no caso dos aquíferos costeiros e estuários;
- vi) Assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas de águas subterrâneas, principalmente nos aquíferos cársticos, como por exemplo invertebrados que ocorrem em cavidades e grutas."

Prevenção de riscos naturais

a) Zonas adjacentes

- 1 - As zonas adjacentes são as áreas contíguas à margem que como tal estejam classificadas por um ato regulamentar.
- 2 - (Revogado.)
- 3 - Em zonas adjacentes podem ser realizados os usos e ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:
 - i) Prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens;
 - ii) Garantia das condições naturais de infiltração e retenção hídricas;

iii) Regulação do ciclo hidrológico pela ocorrência dos movimentos de transbordo e de retorno das águas;

iv) Estabilidade topográfica e geomorfológica dos terrenos em causa;

v) (Revogada.)

vi) (Revogada.)

b) Zonas ameaçadas pelo mar

1 - As zonas ameaçadas pelo mar são áreas contíguas à margem das águas do mar que, em função das suas características fisiográficas e morfológicas, evidenciam elevada suscetibilidade à ocorrência de inundações por galgamento oceânico.

2 - A delimitação das zonas ameaçadas pelo mar deve incluir as áreas suscetíveis de serem inundadas por galgamento oceânico e contemplar todos os locais com indícios e ou registos de galgamentos durante episódios de temporal.



Figura 63. Furadouro, Ovar | **Zonas ameaçadas pelo mar**. Fonte: Google Earth

3 - Em zonas ameaçadas pelo mar podem ser realizados os usos e ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Manutenção dos processos de dinâmica costeira;
- ii) Prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens;
- iii) Manutenção do equilíbrio do sistema litoral.

c) Zonas ameaçadas pelas cheias

1 - Consideram-se «zonas ameaçadas pelas cheias» ou «zonas inundáveis» as áreas suscetíveis de inundação por transbordo de água do leito dos cursos de água devido à ocorrência de caudais elevados.

2 - A delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias é efetuada através de modelação hidrológica e hidráulica que permita o cálculo das áreas inundáveis com período de retorno de 100 anos da observação de marcas ou registos de eventos históricos e de dados cartográficos e de critérios geomorfológicos, pedológicos e topográficos.

3 - Em zonas ameaçadas pelas cheias podem ser realizados os usos e ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens;
- ii) Garantia das condições naturais de infiltração e retenção hídricas;
- iii) Regulação do ciclo hidrológico pela ocorrência dos movimentos de transbordo e de retorno das águas;



Figura 64. Parque Verde do Mondego, Coimbra | **Zonas ameaçadas pelas cheias**

iv) Estabilidade topográfica e geomorfológica dos terrenos em causa;

v) Manutenção da fertilidade e capacidade produtiva dos solos inundáveis.

4 - Na delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias podem ser considerados períodos de retorno mais baixos.

d) Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo

1 - As áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo são as áreas que, devido às suas características de solo e de declive, estão sujeitas à perda excessiva de solo por ação do escoamento superficial.

2 - A delimitação das áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo deve considerar, de forma ponderada para a bacia hidrográfica, a erosividade da precipitação, a erodibilidade média dos solos, a topografia, o uso do solo e a ocupação humana.



Figura 65. Estrada da Beira, Coimbra | **Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo.** Fonte: SIC Notícias

3 - Em áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

i) Conservação do recurso solo;

ii) Manutenção do equilíbrio dos processos morfogenéticos e pedogenéticos;

iii) Regulação do ciclo hidrológico através da promoção da infiltração em detrimento do escoamento superficial;

iv) Redução da perda de solo, diminuindo a colmatação dos solos a jusante e o assoreamento das massas de água.

e) Áreas de instabilidade de vertentes

1 - As áreas de instabilidade de vertentes são as áreas que, devido às suas características de solo e subsolo, declive, dimensão e forma da vertente ou escarpa e condições hidrogeológicas, estão sujeitas à ocorrência de movimentos de massa em vertentes, incluindo os deslizamentos, os desabamentos e a queda de blocos.

2 - Na delimitação de áreas de instabilidade de vertentes devem considerar-se as suas características geológicas, geomorfológicas e climáticas.

3 - Em áreas de instabilidade de vertentes podem ser realizados os usos e ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

i) Estabilidade dos sistemas biofísicos;

ii) Salvaguarda face a fenómenos de instabilidade e de risco de ocorrência de movimentos de massa em vertentes e de perda de solo;

iii) Prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens."